

Revista do TRT5

Publicação do Tribunal Regional
do Trabalho da 5ª Região

Edição ESPECIAL • BIÊNIO 2013/2015



TRT5 • BIÊNIO

2013 - 2015



Tribunal Regional
do Trabalho da
5ª Região

As marcas do biênio 2013-2015

Editorial 1**Entrevista** 2

- "Tenho o orgulho do dever cumprido",
com Valtércio de Oliveira 3
- "Otimizar serviços e qualidade
da prestação jurisdicional",
com a Vice-presidente Nélia Neves 8
- "Por uma justiça mais célere e transparente",
com o Corregedor Regional Tadeu Vieira 10
- "Dois anos de aprendizado diário e salutar",
com a Vice-Corregedora Yara Trindade 12

Tecnologia 14

- Processo Judicial eletrônico
da Justiça do Trabalho 15
- Presidente do TST elogia PJe na Bahia 16
- Grupo tira dúvidas sobre PJe 17
- Renovação do parque tecnológico 17
- eSAMP 18
- Proad 19
- eGESTÃO 20
- SOF 21
- SCMP – Sistema de controle
de material e patrimônio 22
- Resumo das ações desenvolvidas
na gestão 2013/2015 22

Infraestrutura 24

- Novos fóruns concluídos 26
- Postos avançados 31
- Obras em licitação 32
- Renovação da frota de veículos 33
- Reformas importantes 34
- Nova sede do TRT5 CAB 35

Processos 36

- Processos e gestão 37
- Plano de conciliação 40
- Cumprimento de metas pelo TRT5
comprova produtividade crescente 42
- 100% das varas cumpriram
uma meta em 2013 43
- Planejamento estratégico 45

Saúde 48

- TRT5-Saúde comprova vantagens
da autogestão 49
- Primeiro bebê nasceu no Aliança 51
- Qualidade de vida 52
- Dia Mundial da Saúde 53
- Pesquisa de clima 54
- Pedômetro – Projeto Mexa-se 55
- Corridas ecológicas 56

Ação Social 58

- Acessibilidade teve destaque 59
- Ação Global 61
- Economia de papel e reciclagem 62
- Setor de Análise Documental 63
- Camelot encerra o ano com
primeira campeã baiana 64
- Campanhas 65

Cultura 66

- Artes tiveram apoio como
ferramenta de integração 67
- Grupos musicais foram parceiros 69

Eventos 74

- Coleprecor na Bahia 75
- Boas práticas 77
- Comenda Ministro Coqueijo Costa 79
- Treinamentos no TRT5 82

Comunicação 84

- Ritmo acelerado 86
- Secom TRT5 é premiada 89

Curtas 90

Desembargador Presidente
Valtércio Ronaldo de Oliveira

Vice-Presidente
Nélia de Oliveira Neves

Corregedor Regional
Luiz Tadeu Leite Vieira

Vice-Corregedor Regional
Yara Ribeiro Dias Trindade

Juízes Auxiliares da Presidência
Gilmar Carneiro
Ana Paula Diniz

Secretário-Geral da Presidência
Manoel Evangelista Neto

Diretor-Geral
Tarcísio Filgueiras

Assessora-Chefe da Presidência
Thais Vieira de Oliveira

Assessoramento Administrativo
Luciana Maria Machado
M. Pinto Aguiar
Linda Madalena Souza Araújo
André Pereira

Secretária de Comunicação Social
Léa Paula Septímio Coury

Coordenação Geral
Léa Paula Coury e
Valdicéa do Val

Edição
Valdicéa do Val e
Olenka Machado

Apoio
Equipes de Imprensa,
Mídias Gráficas e
Publicidade da Secom

Redação e Fotografia
José Carlos de Castro | MC&G
Design
Olenka Machado | MC&G
Design

Produção editorial
Maria Clara P. Costa | MC&G
Design

Projeto Gráfico e Diagramação
Laércio Lourenço e
Gláucio dos Santos Coelho |
MC&G Design

Impressão
Athaláia Gráfica | MC&G Design



Valtécio Ronaldo de Oliveira
Presidente do Tribunal Regional
do Trabalho da 5.^a Região

O tempo passou e aqui chegamos ao final de um ciclo – o biênio 2013/2015 –, avaliando tudo o que foi feito e desejando o melhor para a nova etapa que se inicia. São muitas vitórias a celebrar e fica aqui o meu agradecimento à inestimável contribuição de todos. Agora é fato: fechamos o ano com a instalação do PJe-JT em todas as 88 varas baianas, trazendo mais celeridade à solução dos processos e atuação mais confortável e direta dos magistrados, procuradores, servidores e advogados trabalhistas.

Importante mencionar a redução do uso do papel, fundamental na preservação e melhoria da qualidade ambiental. E, na esteira da economia de tempo e eliminação de papel, também estão os novos sistemas eletrônicos como eSamp, Proad, eGestão, SCMP, Sigeo e outros. É o Judiciário do século XXI, garantindo um desenvolvimento sustentável.

Avanços tecnológicos que já se refletem na eficiência produtiva. Mesmo com redução de 9,9% no quadro de servidores e estagnação no quadro de magistrados, de 2009 a 2014, o TRT5 obteve recordes históricos de produtividade no período: 30,4%

para magistrados (IPM) e 47,6% para servidores (IPS).

Seguimos de olho na saúde do planeta e de cada um de nós. Prova disso é a implantação do plano de autogestão *TRT5 Saúde*, de assistência multiprofissional, hospitalar e ambulatorial, na capital e interior do estado, com cobertura nacional, para magistrados e servidores, ativos e inativos, e a seus dependentes e pensionistas. Após dez anos de planejamento, o plano foi lançado em 1º de agosto deste ano e já é sucesso.

E tem muito mais ações que nos honram e alegram, como o significativo avanço na infraestrutura das unidades. Quatro novos fóruns concluídos – Itapetinga, Brumado, Paulo Afonso e Ipiaú –, postos avançados, novas sedes em licitação já com recursos garantidos, reformas importantes, investimentos em acessibilidade e climatização em diversos municípios. Sem esquecer o encaminhamento das obras da nova sede do CAB.

Estamos orgulhosos de poder oferecer tantas notícias positivas. Foi um trabalho duro, feito com seriedade e muito amor pelo nosso Tribunal Regional do Trabalho da 5.^a Região - Bahia.

Uma boa leitura!

Tenho o orgulho do dever cumprido

Em clima de balanço, o presidente do TR5, Valtécio de Oliveira, concedeu em depoimento à Revista do TRT5 em seu gabinete e lembrou os principais feitos da sua gestão. Frisou o sentimento de dever cumprido em relação à instituição, que abraçou como caminho de vida profissional, principalmente por ter eliminado papéis e entraves burocráticos que atrapalhavam um atendimento de qualidade ao cidadão. Deixa uma Justiça do Trabalho 100% eletrônica. No interior, 47 das 49 varas já têm sua sede própria, e as duas jurisdições ainda não atendidas – Euclides da Cunha e Itaberaba – já tem a verba e terrenos garantidos para construção. Com satisfação, festeja a implantação da autogestão em Saúde e lembra dificuldades que teve no seu trajeto à frente do Regional baiano. **Confira.**

Revista do TRT5 – O senhor está entregando uma Justiça do Trabalho 100% convertida para uma plataforma digital. Foi difícil cumprir esse desafio?

Quando assumi a Presidência do TRT5, dentro da minha plataforma de trabalho, estava a preocupação de completar a implantação do PJe. Minha antecessora, a desembargadora Vânia Chaves, conseguiu implantar o sistema em 39 varas na capital e 10 no interior. Sobraram 39 varas e, destas, a maioria estava em cidades longínquas, como Teixeira de Freitas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Eunápolis e Itamaraju. A dificuldade inicial que encontramos para a implantação nestes municípios referia-se à questão da internet, que era muito lenta, e também do link, que apresentava problemas.

O que foi feito para sanar o problema?

Fizemos reuniões com a empresa que ganhou a licitação para chegarmos a um denominador comum e, gradativamente, o serviço foi se aprimorando. Encontramos também dificuldades no que diz respeito aos fóruns antigos e suas instalações. Nem titular de vara, nem servidores

sonhavam que um dia o PJe fosse chegar lá. Então tivemos que fazer modificação de fiação, energia elétrica, tomadas e tudo contando sempre com o apoio do setor de obras e do setor de O&M. Para isso eram feitas visitas e inspeções aos prédios para fazer as adequações que o PJe exigia. Resolvemos todas as pendências, mesmo com varas onde não temos prédios, como Euclides da Cunha. Dessa forma, atendemos os pleitos do presidente do TST e do CSJT, Barros Levenhagen, para que entregássemos a Justiça do Trabalho na Bahia totalmente integrada ao PJe. Destaco a ajuda que tive da desembargadora Dalila Andrade e da servidora Cláudia Jorge, diretora da TI, dentre outros.

Em relação ao sistema eSamp, quais os pontos positivos de sua implantação?

O eSamp é um projeto anterior ao PJe e só a Justiça Trabalhista da Bahia o utiliza. No ano passado, recebemos a visita da Comissão de Diretores de Varas, que trazia um pleito no sentido de implantá-lo para os processos anteriores ao PJe, ou seja, ainda físicos. Ele é um sistema desenvolvido pelo TRT5, é nosso, e converte

o processo físico em digital. A 27.^a Vara, na capital, foi utilizada como base para a implantação deste sistema. Na época em que era corregedor, diferente das demais varas, que nos custavam praticamente três dias para fazer a correição, lá eu gastei uma manhã. Encontramos também as prateleiras de processos vazias. Então consultei a equipe de informática, sobre a viabilidade de instalar o sistema em todas as varas da capital e, em junho, todas já tinham eSamp. O interior todo está pedindo eSamp, mas não tivemos tempo, então vamos aguardar a próxima administração para dar continuidade. Acho muito importante.

A prestação de um melhor serviço aos jurisdicionados do interior teve destaque na sua gestão? De que forma?

A nossa plataforma incluía também dar uma assistência maior ao interior. Porque normalmente as varas da capital, por estarem na sede, têm um contato mais fácil, permanente. Qualquer juiz ou diretor de vara pode ter seu pleito logo atendido. No interior, a dificuldade é maior, tudo é mais difícil, sobretudo nos municípios longínquos, como Barreiras, a 1.000 km de distância. Era nossa meta visitar todas as varas do interior e transferir a Presidência do Tribunal, com parte da nossa equipe, para lá. Irmos *in loco* para saber das reais necessidades e dificuldades, não só do ponto de vista jurisdicional mas processual. Juízes, advogados, partes e jurisdicionados conversaram comigo buscando melhorias, inclusive nas instalações físicas.

Foi o Programa Presidência Itinerante, não é isso? Qual o legado dele?

A Presidência Itinerante implicou mapear melhor as melhorias para o interior. Muitas reformas foram feitas depois e em decorrência dessas nossas visitas. Encontramos

arquivos totalmente desarrumados, lotados e insalubres. Então, fizemos a adequação destes espaços com a eliminação de autos. Verificamos aqueles processos que já tinham sido solucionados e que não tinham necessidade de figurar no arquivo, então convidávamos, por meio de edital, as partes para receber seus documentos. Em alguns destes processos, encontramos até depósitos judiciais para serem liberados. A partir daí, encaminhamos ao juiz para dar despacho e liberar o depósito ou depósito recursal ou valor que foi depositado para o reclamante e que ele não tinha sido notificado (em razão do volume de serviço, às vezes, o juiz não teve tempo de organizar isso). Esta reordenação do arquivo foi um ponto fundamental comandado por uma equipe, que tinha à frente

Na época em que era corregedor na 27.^a Vara, diferente das demais, que nos custavam praticamente três dias para fazer a correição, eu gastei uma manhã. Encontramos também as prateleiras de processos vazias.

a servidora Renata Veiga, da Seção de Análise Documental.

E como o senhor avalia o Plano Regional de Conciliação, também criado para reforçar as unidades do interior do estado?

Avalio como excelente. Por meio da Coordenadoria de Execução e Expropriação, a juíza Ana Paola, por solicitação nossa, encaminhava ofício às varas para que os advogados indicassem processos em fase de cobrança para que pudéssemos oferecer uma tentativa de conciliação. Então os três juízes da Coordenadoria e até o auxiliar da Presidência, Gilmar Carneiro, se deslocaram para municípios distantes para realizar audiências. O percentual de conciliação ficou em torno de 60%. Em Eunápolis, o índice ficou em 65% de processos em fase de execução, ou seja, eram 30 por dia, o que dava 150 processos por semana. Isto fez com que se reduzisse drasticamente a nossa taxa de congestionamento que era de cerca 86%, quando assumi, e hoje está em torno de 76%. Este é um dado importantíssimo, inclusive, elogiado até pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

E quais foram os ganhos físicos do interior do biênio?

No interior inauguramos os prédios novos de Itapetinga, Brumado, Ipiá e Paulo Afonso. Além disso, conseguimos a doação de um terreno espetacular em Conceição do Coité, como apoio do prefeito Francisco Assis, junto a Câmara Municipal de lá, e conseguimos a verba junto a Caixa Econômica Federal para a construção. Vale ressaltar que já lançamos a pedra fundamental em Coité. Vão ficar faltando duas varas que ainda não possuem prédio próprio: Euclides da Cunha e Itaberaba. Assim como ocorreu com outras cidades, por meio de emendas individuais de bancada, os deputados e senadores da Bahia

estão contribuindo muito com a Justiça do Trabalho baiana por meio da destinação de verbas para a construção destes fóruns. Já conseguimos o valor total da obra de Itaberaba. Para Euclides da Cunha, conseguimos verba no Congresso Nacional para a construção parcial do fórum e, para completá-lo, já assinamos um contrato com a Caixa e conseguimos mais R\$ 1,4 milhão para concluir Euclides da Cunha. Já está em fase de licitação a construção destes dois prédios. Em termos de balanço, posso dizer que deixei todo o interior, 49 varas atendidas, 47 com sedes próprias e apenas restando nova sede para estas últimas duas jurisdições, mas que já contam com verba para construção e terrenos garantidos. E em Feira de Santana, um dos últimos atos foi a conquista da escritura e do terreno para a nova sede (foto). E todas elas já têm o PJe implantado.

Quem vem do interior tem sempre um pouco mais de sensibilidade às necessidades de lá...

É verdade. A gente vivenciou no dia a dia as dificuldades, falta de material. Quando eu era juiz de vara faltava papel cópia – na época era máquina de datilografia – então pra você colocar uma folha aqui com tinta do tribunal, tinha que ter carbono e aquele papel fino pra cópia. Às vezes faltava papel fino e eu tirava do meu bolso e mandava comprar. Às vezes faltava grampeador e eu tirava do meu e comprava. São lições e passagens que a gente nunca esquece.

E quanto ao pessoal? Houve reforço? O concurso para juiz foi polêmico...

Quando assumi a Presidência, encontramos o concurso do servidor em andamento, inclusive a última prova foi realizada já na minha gestão. Então demos continuidade e até o último dia de gestão estamos empossando



Conciliação envolvendo frentistas gerou histórico reajuste de 10,6%

novos servidores. Quanto ao concurso dos magistrados, quando assumi, havia um pleito de anulação da prova de sentenças. O CNJ anulou esta prova e refizemos esta etapa do concurso. Onze magistrados foram aprovados e já tomaram posse. São juízes muito bons e estão dando uma resposta muito boa ao nosso tribunal. Quero, ainda, louvar nossa comissão, que elaborou o projeto de ampliação do número de servidores e de varas.

O senhor acredita que as perspectivas sejam de ampliação no quadro?

Já temos em andamento a aprovação pelo CSJT e depois pelo CNJ de 49 cargos de analistas da área de Tecnologia da Informação. Nosso quadro é muito diminuto. Esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Também fizemos projeto de ampliação do nosso quadro porque desde 2003, 2004, que não aumenta o número

de servidores da casa. O TRT5 tem crescido muito. Por exemplo, quando assumi o cargo de desembargador, em 2001, fui conselheiro da Escola Judicial e tínhamos apenas três servidores lá e hoje são onze. Não havia Coordenadoria de Execução e hoje temos uma com dez servidores. Não tínhamos também Núcleo de Conciliação ou Núcleo de Suporte ao PJe. Então há uma quantidade de servidores mas que são disponibilizados para vários setores que vão surgindo. Então vamos tirar servidores de onde? Não vamos fazer mágica. Então fomos atrás e estamos brigando pela aprovação desse projeto.

Por que a criação de novos cargos ainda não aconteceu? O que houve?

Os projetos feitos na gestão anterior à minha foram recusados porque as greves de 2010 e de 2011 prejudicaram sensivelmente o índice

de produtividade do nosso tribunal. Observando-se, então, a norma da Resolução 63 do CSJT, conjugada com a 184 do CNJ, foi detectado que naquele período nós não tínhamos um número suficiente de processos em função da greve. Agora, já recuperamos este passivo. Tanto que foi aprovada recentemente a criação de 350 cargos de analista judiciário, 42 cargos de oficial de Justiça, 112 de técnico judiciário e mais 29 cargos do segundo assessor de gabinete de desembargador – mais uma para cada gabinete. Este projeto já foi aprovado pelo CNJ e está pronto para ser encaminhado ao Congresso. Além disso, conseguimos também, em um outro projeto, a ampliação de três varas para o interior. Serão 70 cargos. Estas varas serão, provavelmente, aquelas que têm mais demandas de processo, por exemplo Conceição do Coité, que tem 3.500 processos por ano. Teixeira de Freitas tem 2800, 3000 processos. Há também Camaçari que tem quatro varas mas que necessita urgentemente de mais uma. Assim que o projeto for encaminhado e aprovado pelo Congresso, quando chegar aqui, o Tribunal pode, inclusive, refazer (por que a lei assim o permite) a indicação das varas que necessitam de ampliação.

Como o senhor avalia a criação de um plano de saúde especialmente desenvolvido para servidores e magistrados do TRT5?

Vejo com muita alegria. Foi um ganho extraordinário. Este plano já vinha sendo estudado há dez anos. Antes mesmo de ser eleito eu já conversava com a desembargadora Graça Boness sobre este tema. Já era da minha expectativa a gente implantar um plano de saúde para servidores e magistrados do TRT5. Eu a convidei, então,

para assumir a presidência desta comissão e, vencidos os desafios, com a ajuda do servidor André Liberato, implantamos o nosso Plano de Autogestão de Saúde. Ela me solicitou que trouxesse o juiz José Arnaldo de Oliveira, e eu, prontamente, a atendi. Além disso, o núcleo de servidores que integraram esta comissão trabalhou muito em prol deste plano e aproveito aqui para parabenizá-los. Nosso plano já nasceu com pleno vigor. Temos uma rede médica credenciada extraordinária. Enfim, é um projeto maduro que está funcionando com muito sucesso em prol da nossa qualidade de vida porque sem ela a gente não consegue nada.

Foi um ganho extraordinário. Este plano já vinha sendo estudado há dez anos. Antes mesmo de ser eleito eu já conversava com a desembargadora Graça Boness sobre este tema. Já era da minha expectativa a gente implantar um plano de saúde para servidores e magistrados do TRT5.

Houve avanços no tocante à mudança para a nova sede, no Centro Administrativo da Bahia (CAB)?

Acredito que sim. Dias depois de tomar posse eu já estava em Brasília junto a Caixa Econômica Federal, com quem mantemos um contrato, e consegui um aditivo de R\$ 45 milhões destinados para a obra da nova sede. Fizemos uma licitação em janeiro de 2014 e, infelizmente, não houve licitante. Não houve empresa que quisesse tocar a obra. Tivemos questionamentos quanto aos projetos complementares. Mandamos um ofício à empresa que fez o projeto, marcamos uma reunião, mas, infelizmente, a sucessora, que é a filha do arquiteto Lelé Filgueiras, não pôde comparecer em virtude de seu pai estar acamado, por problemas de saúde. Tanto que ele veio a falecer em junho do ano passado. Com base nisso, formamos uma comissão só da construção e solicitamos que a desembargadora Ana Lúcia Bezerra Silva fosse a presidente. Os demais membros são a vice-presidente do Tribunal, desembargadora Nélia Neves, desembargador Jefferson Muri-cy, juiz Paulo Temporal e o servidor indicado pela desembargadora Ana Lúcia, Sr. Alexandre. Esta comissão tem se reunido periodicamente. Solicitou-nos uma sala com computadores, com ar-condicionado. E assim fizemos. Também houve a solicitação de contratação de um engenheiro específico para a obra, que já está examinando os projetos complementares. Então acho que nós arrumamos, através da comissão, os meios para que se dê sequência à construção da nova sede, que é um projeto arrojado, bastante complexo.

Vai haver alterações nos projetos do CAB?

Nos projetos complementares. Principalmente levando-se em

consideração que, quando o projeto foi elaborado, em 2009, não havia o PJe. Há de se fazer uma adequação para sabermos qual das torres irá abrigar a sala cofre do PJe, que tem quatro toneladas, por exemplo.

Como o senhor avalia o diálogo que teve com as representações de magistrados, advogados, servidores e cidadãos?

Foi um bom diálogo. Dei sequência aos programas Dia do Cidadão e Dia do Servidor, criados em outras gestões. Os advogados, servidores e magistrados tiveram a porta escancarada para recebê-los na hora que quisessem, bastava que agendassem. Recebemos diversas vezes a OAB, Associação Baiana de Advogados Trabalhistas (Abat) para tratar de vários assuntos relativos às varas do Tribunal, inclusive o problema da greve prolongada que vivenciamos. Mantivemos uma interlocução muito boa com os servidores, alguns com problemas pessoais outros com problemas institucionais. Fizemos uma reunião com motoristas e agentes de segurança terceirizados, tivemos mais de 100 pessoas no Pleno. Também ouvi os pleitos em reuniões com os oficiais de justiça. A Amatra também teve pleno acesso. Recebi também empresários e reclamantes e tenho, não digo o orgulho vaidoso, mas o orgulho do dever cumprido.

Houve um momento de tensão entre o sindicato dos combustíveis e a representação dos frentistas...

Nesse setor fizemos uma conciliação mesmo sem ter dissídio coletivo implantado. O sindicato dos trabalhadores desta categoria nos procurou e dizia que estava prestes a entrar com um dissídio coletivo, a greve se arrastava por mais de dois meses, prejudicando o cidadão. Alguns postos

fecharam por alguns dias, inclusive. Fiz uma carta convite ao sindicato patronal e tivemos uma reunião muito familiar no meu gabinete. Harmonicamente, discutimos os problemas das categorias: de empresários e, sobretudo, dos trabalhadores. Conseguimos um reajuste de 10,6%, índice que eles nunca tinham conseguido.

E como os outros dissídios coletivos na sua gestão?

Nos dissídios coletivos, nas tentativas de conciliação, de forma geral, tivemos um índice de acordo de 90% já nos dissídios implantados. Sempre fiz ver nestas ocasiões que o trabalhador e o empregador, ou seja, o capital e o trabalho, são irmãos siameses, nasceram juntos, estão intimamente ligados, um depende do outro. Se houver uma cirurgia para separá-los pode ocorrer um desastre como agora está acontecendo. Li num jornal recentemente que temos hoje 983 mil trabalhadores desempregados dentro de um ano em razão da conjuntura atual do país. E o que acontece? Vão para as drogas, para a marginalidade é como diz o Gonzaguinha na sua música: *Sem o seu trabalho / o homem não tem sua honra / Sem sua honra o homem morre*. Tudo isso eu sempre frisei aos trabalhadores em conjunto, tanto aqui na minha sala quanto na Sala de Sessões. Aquilo a que me propus, de que daria destaque à humanização das relações sociais, cumpri.

E como foi a experiência de presidir o Colepregon?

Eu tenho a honra de presidir o Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs por um ano. Meu mandato lá se encerra agora no final de dezembro. Fui eleito por aclamação então pra mim foi uma honra muito grande. O TRT5 contribuiu muito para a solidificação do Colepregon. Daqui saiu o desembargador Ronald

Oliveira e Souza, que foi o seu primeiro presidente, e que lutou muito para que se pudesse construir e iniciar o Colepregon. Tivemos também a desembargadora Marama Carneiro e o desembargador Raymundo Figueirôa como ex-presidentes. Há um ambiente bastante produtivo no Colepregon, saio com a consciência tranquila do dever cumprido em relação a isso. Houve muita cordialidade também. Tenho certeza também que projetamos o nosso tribunal, dando-lhe mais visibilidade.

Além disso, realizei um trabalho para os tribunais de menor porte: desde 2010 tinha um projeto que tramitava no CSJT para a criação de mais uma vaga de desembargador para aqueles tribunais e que estava parado. Conseguimos através do presidente Barros Levenhagen e foi aprovado. Também foi aprovado no CNJ e agora está no Congresso, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctas).

Que mensagem o senhor deixaria para a gestão vindoura?

Que a próxima gestão, tendo à frente a presidente eleita desembargadora Maria Adna Aguiar, tenha muito sucesso. Que lute e dê sequência a tudo aquilo que vem sendo construído, não por mim, mas por todos aqueles que me antecederam e que deram a sua contribuição para engrandecer o Tribunal da 5.ª Região. Essa luta é constante. Hoje nós temos o Plano de Gestão Continuada até 2020. Que se dê sequência a isso porque quando a gente não dá continuidade ao que vem sendo feito, o tribunal retroage no tempo e no espaço. Eu desejo a toda a mesa eleita que tenha muito sucesso naquilo que projetou e idealizou para deixar o nosso tribunal sempre no pódio como a Justiça mais célere e eficaz do Poder Judiciário. Que jamais esmoreçam!

Ping-pong

Tadeu Vieira, Corregedor Regional

Por uma justiça mais célere e transparente

Revista do TRT5 - Como foi o trabalho do corregedor frente aos juízes do TRT5?

Tentei marcar minha gestão pelo caráter participativo, buscando estreitar os laços entre a Corregedoria e os senhores juízes, sempre tendo em mente a valorização do juiz do 1.º grau, mas sem esquecer que no exercício deste cargo não é possível prevaricar, sob pena de responsabilização.

Encarei essa nova missão como forma de servir ao Judiciário e, principalmente, como ponto de apoio aos juízes no exercício das suas funções. Assim fazendo, tive a certeza de que contribuiria a buscar por uma justiça mais célere e transparente, que é o anseio de toda a sociedade e, principalmente, do cidadão que nos bate à porta.

Medidas punitivas ou pedagógicas? Qual o melhor?

Indiscutivelmente as medidas pedagógicas devem ser a prioridade de qualquer Corregedoria. Aprender com os erros e não mais repeti-los deve ser a tônica da atividade correicional, mas não se pode olvidar de que o jurisdicionado busca respostas às suas demandas. Hoje, o acesso à Ouvidoria e à Corregedoria faz com que as partes pessoalmente questionem principalmente o atraso no andamento dos

seus processos e cabe à Corregedoria prestar uma satisfação ao cidadão que faz essa cobrança. As medidas punitivas só se aplicam aos faltosos e em respeito aos operosos, para que não sejam jogados numa vala comum do descomprometimento e responsabilidade com o seu trabalho. Por isso procurei sempre resolver as questões sem a necessidade de abertura de processo disciplinar, sempre dialogando com o colega, obtendo êxito. Aqueles poucos casos em que fui compelido a abrir expediente investigatório assim o fiz em face da recalcitrância em não atender as determinações emanadas da Corregedoria.

Ao final da minha gestão tenho a satisfação de constatar que no âmbito do TRT da 5.ª Região a grande maioria dos magistrados são trabalhadores, preparados juridicamente e operosos nas suas atividades judicantes.

Como o senhor verifica a evolução do trabalho dos juízes?

Sou magistrado de carreira e, como tal, tive oportunidade de vivenciar a rotina e as dificuldades dos magistrados de 1.º grau, que vão desde os deslocamentos entre as Varas do Trabalho, de uma região com distâncias tão significativas, até aquelas referentes às condições de trabalho.



A estrutura atual é, indubitavelmente, melhor, mas isto não torna o trabalho menos árduo e difícil. O exercício da magistratura trabalhista impõe uma rotina de trabalho que se desdobra entre o contato diário com partes e advogados, com a efetiva prolação das decisões. O Processo Judicial Eletrônico, em um primeiro momento, nos trouxe a ideia de que esta carga de trabalho seria diminuída, ou quando menos, facilitada. No entanto, após dois anos de implantação nas varas da capital constatamos que apenas mudamos a forma de trabalhar, mas as dificuldades do processo se consagraram na concretização de sua finalidade continuam as mesmas. Por isso ainda é indispensável o empenho pessoal de cada um dos magistrados e da equipe de servidores para uma melhor prestação jurisdicional.



Ilustração: Freepik.com e Freeimages.com

Ping-pong

Yara Trindade, Vice-Corregedora

Dois anos de aprendizado diário e salutar

Revista do TRT5 – Que aspectos a senhora destaca na sua atuação na vice-corregedoria?

Destaco a oportunidade de conhecer unidades deste Regional em todas as regiões do Estado da Bahia, realizando correições ordinárias em Varas do Trabalho situadas no norte – Paulo Afonso, no oeste – Barreiras, no sul – Porto Seguro, Itamaraju, Teixeira de Freitas e Eunápolis, no leste – Valença e Ilhéus. Sem deixar de apontar Itabuna, Ipiaú, Jequié, Alagoinhas, Irecê, Itaberaba, Feira de Santana, Região metropolitana, e Salvador.

Qual a importância das correições?

Embora o número de correições anuais – 44 Varas e setores de Itabuna, Alagoinhas e Salvador no corrente ano – exigisse a realização em poucos dias, geralmente duas por semana, através delas é que foi possível conhecer as peculiaridades de cada região, seus costumes, as necessidades, carências e situações

das unidades em relação aos magistrados e servidores, muitas vezes transmitindo à Corregedoria Regional e à Presidência, suas sugestões e pedidos.

As providências foram adotadas tranquilamente?

É certo que algumas providências foram adotadas, nem sempre simpáticas, mas sempre acolhidas, com o propósito de dar cumprimento à Consolidação das Normas da Corregedoria Regional, resguardando o direito dos jurisdicionados ao célere e regular andamento processual.

A senhora considera que teve um trabalho gratificante?

Por certo e sem qualquer margem de dúvida posso afirmar que o trabalho desenvolvido nestes dois anos à frente da Vice-Corregedoria me foi gratificante e engrandecedor. Foi um aprendizado diário e salutar, especialmente por haver contado



como o trabalho de uma equipe coesa e diligente, integrada pelos servidores Mariana Engelbrecht Cerqueira, Valdson Menezes, Aída Valladares, Virgínia Maracajá, Rosane Moreira, Maria Lins, Cristina Fabel, Cláudio Sampaio, Andréa Aparecida de Lima, Edimara Guimarães, Heliane Tinoco, Maria Aparecida Campos, Fabiano Drummond, Delsuc Ramos e Adilton Cardoso. A todos o meu muito obrigada, estendido a Waldélia Silveira e Adriana Luz, que se afastaram ainda no primeiro ano do biênio.



Ilustração: Freepik.com

Ping-pong

Nélia Neves, Vice-presidente

Otimizar serviços e qualidade da prestação jurisdicional

Revista do TRT5 - Quais foram os principais desafios da Vice-Presidência no biênio?

Os dois grandes desafios do biênio foram: o exame da admissibilidade de Recursos de Revista interpostos mediante o sistema PJe com a utilização do sistema eRevista; e a implantação das alterações previstas pela Lei 13.015/2014, especialmente no tocante aos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência.

Que avaliação a senhora faz do número de recursos de revista no biênio 2013/2015?

O número de apelos interpostos vem crescendo mensalmente. No período de 06/11/2014 a 30/09/2015 foram examinados 11.202 Recursos de Revista. Entretanto, deste total, apenas

1.114 apelos foram recebidos, o que representa, aproximadamente, 10% dos apelos protocolizados. Os critérios para admissibilidade são aqueles estabelecidos pelo art. 896 da CLT, com as alterações determinadas pela Lei 13.015/2014.

Gostaria de agradecer a alguém pelo auxílio que teve?

Sim. À Coordenadoria do Recurso de Revista, através da diretora Andrea Oliveira, e do diretor adjunto Lázaro Cavalcanti, e aos demais servidores, que se dedicaram às atividades daquele setor, sempre no sentido de atingir os objetivos, em especial a instauração dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, conforme a Lei n.º 13.015/14.



Como vice-corregedora na nova gestão (2015/2017) o que a senhora espera?

Espero fazer um trabalho em conjunto com o corregedor, no sentido de inspecionar as Varas do Trabalho, os setores e os núcleos trabalhistas, objetivando a otimização dos serviços e a qualidade da prestação jurisdicional.



Ilustração: Freepik.com

Tecnologia

foi uma das palavras de ordem no biênio 2013/2015. Não à toa, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) teve um papel relevante no planejamento e na implantação das estratégias do TRT5. Para isso, investiu em ações voltadas principalmente para a melhoria da gestão de serviços e atualização do parque de TI. Foram implantadas cerca de 67 ações/projetos, e outros 17 estão em andamento.

PJe – JT

Processo Judicial eletrônico da Justiça do Trabalho

Um instrumento de automação capaz de enxugar e facilitar as práticas de atos processuais, assim como o acompanhamento do processo judicial, independentemente de tramitar na Justiça Federal, dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho. Com esse fundamento, o Processo Judicial eletrônico (PJe) vem se mostrando um sólido avanço na economia de recursos humanos e materiais, como solução única de consolidação do Judiciário no século XXI. No ramo trabalhista, o PJe-JT foi desenvolvido mediante parceria inédita entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e diversos tribunais brasileiros.

Requisitos estruturantes de segurança, interoperabilidade e redução de gastos somam-se na



finalidade maior do Judiciário: solucionar conflitos. Marco firmado no Tribunal do Trabalho da 5ª Região desde agosto 2012, o PJe-JT já funciona em toda a 2ª Instância do TRT5 e fecha o ano de 2015 implantado em 100% das 88 Varas do Trabalho da Bahia, permitindo a inicialização, visualização e

operação de ações trabalhistas via internet. Uma atuação conjunta dos magistrados e servidores, capitaneada pelo presidente, desembargador Valtércio de Oliveira.

De acordo com o presidente do TRT5, "a implementação foi muito positiva, pois o PJe é um sistema novo que, gradativamente, está

agilizando a solução dos processos com celeridade, melhorando a atuação de magistrados, procuradores, servidores e advogados trabalhistas no sentido de melhor atender as partes do processo". São claros os sinais do fim das filas de atendimento em balcão, do vaivém de autos entre gabinetes, secretarias até dentro da própria vara, em atos como distribuição, autuação, protocolos, juntadas, vistas e cargas.

Além de ser indicativo também do real compromisso ambiental de redução do uso do papel, tão importante na preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Reflete o Judiciário visando assegurar o desenvolvimento sustentável, de racionalidade no uso dos recursos naturais. Com a

instalação do sistema, o uso do papel em cada Vara do Trabalho tem estado restrito às ações antigas e aos pagamentos.

A gerente do projeto de implantação, Claudia Jorge, destacou o processo de implantação no TRT5. Segundo ela o diferencial foi "a garantia de treinamento para todos os servidores, a realização de uma semana de simulação e o apoio durante a primeira audiência, ações que objetivaram reduzir os impactos da nova solução." Registrou ainda o trabalho realizado pela equipe de O&M de diagnóstico das Varas como forma de direcionar as ações de capacitação e outras ações estruturantes necessárias nos departamentos."

O usuário passa a ter uma ampla visão do fluxo de procedimentos

de um processo, de forma *online*. Gera inclusive mudanças na estrutura da Justiça do Trabalho, excluindo tarefas como carimbar, transportar, manusear e arquivar a papelada. Uma inovação que traz vantagens para os cofres públicos, para o meio ambiente e para a saúde de quem lida com o processo burocrático.

O PJe-JT traz mais celeridade na prestação jurisdicional. Hoje de qualquer local conectado à internet, um advogado pode iniciar uma nova ação ou verificar o andamento daquelas que estão em tramitação. Também pode juntar documentos, petições ou dar entrada em recursos. Consequência direta na agilidade para o trabalho de magistrados e servidores.

Presidente do TST elogia PJe na Bahia

Em visita ao TRT5, no último dia 14 de agosto, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Antônio José de Barros Levenhagen, fez referência elogiosa à condução do processo de implantação do PJe-JT na Bahia. Para ele, a Justiça do Trabalho enfrentou desafios inéditos por ter sido a pioneira na implantação do Processo Judicial eletrônico. Em 2014, o TST priorizou a ação de conferir ao sistema mais estabilidade e confiabilidade, com a depuração de inconsistências. De acordo com Levenhagen, o PJe-JT é um projeto de ampla envergadura, e novas funcionalidades surgem a cada momento, assim como ocorre com o Direito Trabalhista, que é ampliado constantemente.



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Grupo tira dúvidas sobre PJe

Uma rede de colaboradores está formada no TRT5 visando apoiar quem precisa tirar dúvidas sobre o PJe. O grupo é formado por 242 colaboradores que oferecem suporte nas eventuais dificuldades operacionais relacionadas à utilização do sistema. Os colaboradores estão à disposição de magistrados e servidores organizados no Grupo de Apoio Setorial de 1.º e 2.º graus.

Esses servidores do grupo devem oferecer uma primeira solução em sua própria unidade. Caso

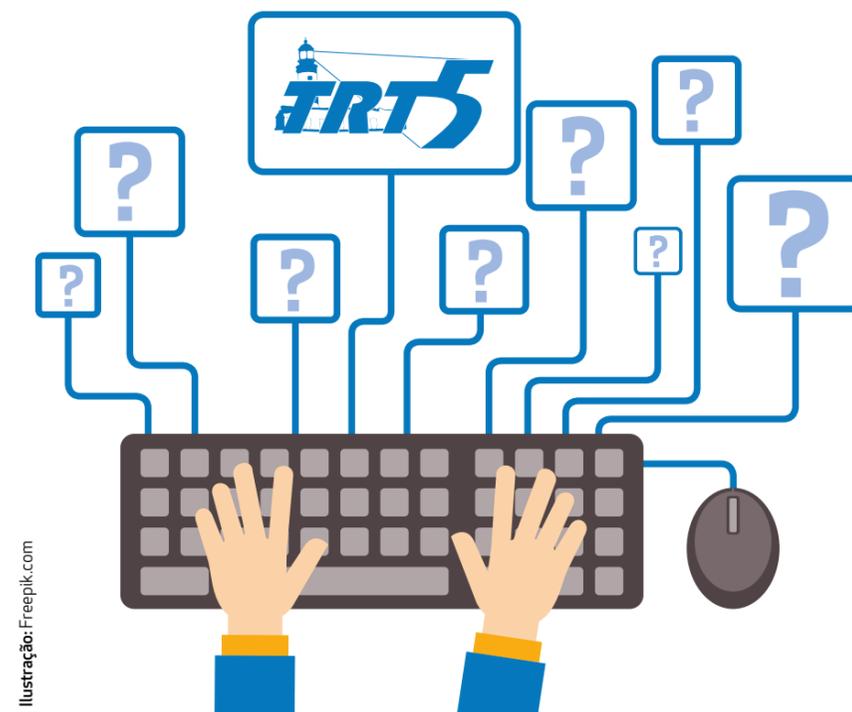


Ilustração: Freepik.com

não se resolve, o servidor deve então discar para o Help Desk (Ramal 6777) e acionar o Núcleo de Suporte Operacional ao PJe (Nusop), chefiado por Orocil Pedreira.

O grupo de 1.º e 2.º graus foi instituído com a Resolução Administrativa n.º 23/2014, que levou

em conta, entre outros fatores, a expansão do PJe no Tribunal, e a crescente demanda de suporte técnico e operacional. Atualmente, o Nusop funciona com oito servidores, dos quais seis atendem chamados e dois trabalham com serviços internos.

Renovação do parque tecnológico

Com a implantação do PJe, impôs-se a renovação do parque tecnológico, com a troca de computadores, instalação de monitores e impressoras, além de *software* compatível.

Foram adquiridos 669 computadores com dois monitores (03/2014) e mais 900 estão em processo de entrega, o que representará, ao final da instalação, uma renovação de mais de 50% do parque.

Além destes, houve o fornecimento de 270 scanners, 181 multifuncionais foram adquiridas e estão em processo de entrega.

No que se refere a softwares, além daqueles necessários para manutenção da atual estrutura de TIC, foi atualizada a solução Jaws para atender aos deficientes visuais e adquirida a Solução Assyst - Sistema de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia para atender ao SeticATende.



Foto: FreeImages.com



eSAMP

Desde junho deste ano, todas as Varas de Salvador passaram a utilizar o módulo eletrônico do Sistema de Acompanhamento e Movimentação de Processos (eSamp), que permite a realização de atos processuais de forma eletrônica em ambiente virtual. O processo de implantação em toda a primeira instância na capital foi iniciado em 2011, coordenado pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (Setic). Foram adquiridos 669 computadores com dois monitores (03/2014) e mais 900 estão em processo de entrega, o que representará ao final da instalação uma renovação de mais de 50% do parque.

Como em todas as varas de Salvador as ações ajuizadas a partir de agosto de 2013 já tramitavam através do Processo Judicial Eletrônico (PJe), as varas que receberam o eSamp passaram a tramitar neste módulo todos os processos anteriores ao mês de agosto de 2013 (processos físicos, no formato papel). Salvador começou a entrar, assim, na era do "zero papel".

O resultado positivo da utilização do PJe e eSamp foi percebido de imediato pelos servidores,



Resultado positivo da utilização do PJe e eSamp foi a imediata redução do trabalho manual com papelada

magistrados e advogados. Processos tramitando com mais celeridade, drástica redução no consumo de papel, e a consequente diminuição nos custos com impressão, armazenamento, transporte etc. Na sequência, com muito menos trabalho manual com a papelada, os balcões de atendimento ficaram desafiados, e os servidores puderam se concentrar em novas atividades.

Acesso – Para acessar o eSamp, o usuário deve fazer um pré-cadastro

no Portal de Serviços do sistema no site do TRT5. O caminho é clicar no ícone Advogados/Peritos, à esquerda da página. Depois, clicar em Portal eSamp e gerar o Novo Cadastro. Após a confirmação, para validar o seu acesso e habilitar as funcionalidades do sistema, o usuário deverá comparecer ao Núcleo de Informação e Acompanhamento Processual (Niap) ou ao posto de autoatendimento, ambos no térreo do Fórum do Comércio, portando documento de identificação com foto.

PROAD

Conhecido como Proad, o Processo Administrativo Eletrônico foi adotado pelo TRT5 desde 27/10/2014, mas teve implantação definitiva no dia 6 de julho de 2015, regulamentado pelo Ato TRT5 n.º 302/2015, divulgado no Diário da Justiça do TRT5 do dia 15/06/2015. Criado para desburocratizar todos os processos e expedientes administrativos e trazer mais agilidade à comunicação entre as unidades, o Proad reflete a meta de tornar o Tribunal mais dinâmico, com cada vez mais eficiência operacional.

Sigilo – Os processos sujeitos a sigilo serão identificados no cadastro do sistema Proad, ficando sua disponibilização restrita às áreas responsáveis pela prática de atos processuais, enquanto permanecerem sob sua responsabilidade. Os documentos apresentados pelos usuários externos (notas fiscais, faturas, recibos, taxas etc.) serão

cadastrados no sistema Proad pelas unidades que os receberem. Os documentos que por determinação de Lei ou Norma Administrativa devam ser retidos pelo Tribunal, após o cadastramento ou digitalização, serão encaminhados aos setores competentes.

O sistema foi criado em 2009, pelo TRT da 12.ª Região, em Santa Catarina, e foi escolhido pelo TST e CSJT como o módulo de protocolo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga-JT). Com o Proad, tanto os processos administrativos novos, que serão totalmente eletrônicos, quanto os processos físicos já existentes, passarão a tramitar no mesmo sistema.

No caso dos processos físicos, o servidor deve certificar nos autos em papel a primeira tramitação do feito no sistema eletrônico, informando o número

de referência do processo no ambiente virtual. Conforme pertinência e viabilidade técnica, também deverá digitalizar o processo físico, total ou parcialmente, ou apenas os documentos essenciais, para incorporação ao ambiente do Proad. Todos os documentos, inclusive aqueles apresentados pelos usuários externos (notas fiscais, faturas, recibos e taxas etc.), serão juntados ao Processo Administrativo Eletrônico apenas em PDF, de qualidade padrão "PDF-A".

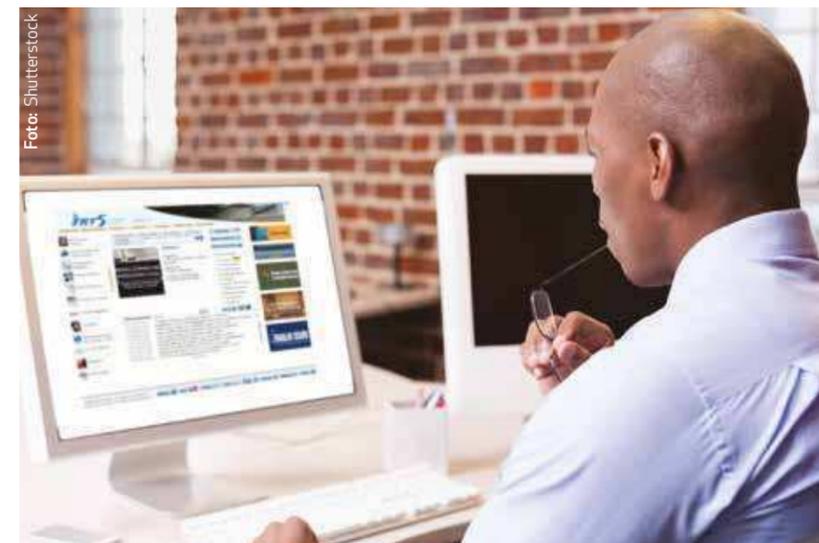


Foto: Shutterstock

Portal do
TRT5

Ágil.

www.trt5.jus.br

eGESTÃO



Inventário virtual assegurou ganho de qualidade das informações estatísticas do TRT5

Implantado no segundo grau desde 2012 e no primeiro grau em 2013, o sistema eGestão vem sendo aprimorado durante o biênio 2013/2015, como explica a diretora da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa (CEP), Railuze Saback. “Com aperfeiçoamento do desempenho, tem sido bem mais intensificada a utilização do sistema, de maneira cada vez mais consistente”, garante. O sistema foi criado em 2009, pelo TRT da 12.ª Região, em Santa Catarina e foi escolhido pelo TST e CSJT como o módulo de protocolo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga-JT). Com o Proad, tanto os processos administrativos novos, que serão totalmente eletrônicos,

quanto os processos físicos já existentes, passarão a tramitar no mesmo sistema.

Exemplo disso, Saback cita a elaboração de relatórios estatísticos anuais de 1.º e 2.º Graus com dados consolidados a partir do sistema e-Gestão, contendo análises gráficas e comparativas da produtividade dos órgãos e unidades judiciárias que auxiliam na tomada de decisões estratégicas pelo Tribunal. Também o desenvolvimento de pesquisas, a partir dos dados extraídos do sistema e-Gestão, para obtenção dos novos indicadores de acompanhamento das metas regionais e nacionais do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (CNJ) e da Justiça do Trabalho.

Foi neste biênio também que ocorreu a implantação, no sistema e-Gestão, de relatórios específicos para auxiliar as atividades correccionais e o acompanhamento da produtividade dos magistrados do TRT5. Assim como a implantação de relatórios estatísticos no Sistema de Apoio à Decisão do TRT5, na base de dados do e-Gestão, para acompanhamento dos resultados das audiências de conciliação, aprimorando a coleta diária dos dados solicitados pelo CSJT/TST e CNJ durante a realização das Semanas Nacionais de Conciliação e Execução.

Inventário – A diretora da CEP também destaca entre as principais ações do biênio a coordenação dos trabalhos voltados para a realização do primeiro Inventário Virtual, promovido pelo CSJT/TST, para corrigir as inconsistências geradas no Sistema e-Gestão oriundas do PJe-JT de 1.º e 2.º graus. A iniciativa assegurou um ganho de qualidade das informações estatísticas do TRT5.

Por fim, Saback atenta que, no mesmo período, “o sistema também recebeu novos controles para a suspensão/sobrestamento de processos por Incidente de Uniformização de Jurisprudência, bem como por Repercussão Geral e Reclamação Constitucional no STF”.

SOF

Administrar o orçamento do TRT5, aprimorando a aplicação dos recursos financeiros com uma gestão eficiente foi a meta da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF). Para o diretor Carlos Alberto Marinho dos Santos, as demandas internas e dos Conselhos Superiores exigiam um grau cada vez mais alto de qualificação, tanto do gestor como da equipe. No biênio 2013/2015, 14 novos sistemas de controle e execução orçamentária foram criados ou implantados para atender às necessidades.

1 – SIGEO – Sistema Integrado de Gestão Orçamentária – Tem como finalidade o acompanhamento da execução orçamentária, com a integração dos fiscais dos contratos, captação da Proposta Prévia Orçamentária, com a participação de todas as unidades administrativas no processo de construção da peça do Orçamento Anual.

2 – TESOURO GERENCIAL – Sistema voltado para o fornecimento de relatórios gerenciais, subsidiando a tomada de decisões e efetivo controle da execução do orçamento.

3 – AUTOGESTÃO – SISTEMA DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO – Com a capacitação no software de gerenciamento financeiro e contábil, com o pagamento de vários hospitais, clínicas e profissionais da área

médica, abrange o atendimento dos associados do TRT5 Saúde.

4/5 – SIAFI OPERACIONAL e WEB – Sistema de Administração Financeira – Para controle e execução através do lançamento de vários documentos referentes a todos os pagamentos do TRT.

6 – PCASP – Novo plano de contas do serviço público – Necessidade de capacitação e qualificação ao novo modelo de Plano de Contas da União.

7 – QUADRO ELETRÔNICO DE PERÍCIAS – Sistema criado para pagamento de honorários de perícias, feito de forma totalmente eletrônica, com possibilidade de agendamento através dos horários previamente disponibilizados no site do TRT pelos peritos cadastrados. Após a emissão dos laudos periciais, as Varas Trabalhistas liberam os pagamentos que são efetuados eletronicamente pela SOF.

8 – CPF/CNPJ – Sistema de consulta, à base cadastral da Secretaria da Receita Federal, das partes envolvidas no processo trabalhista. Uma valiosa ferramenta no processo na fase de execução.

Atualmente são gerenciados mais de 340 usuários cadastrados, com habilitação e fornecimento de senhas no sistema.

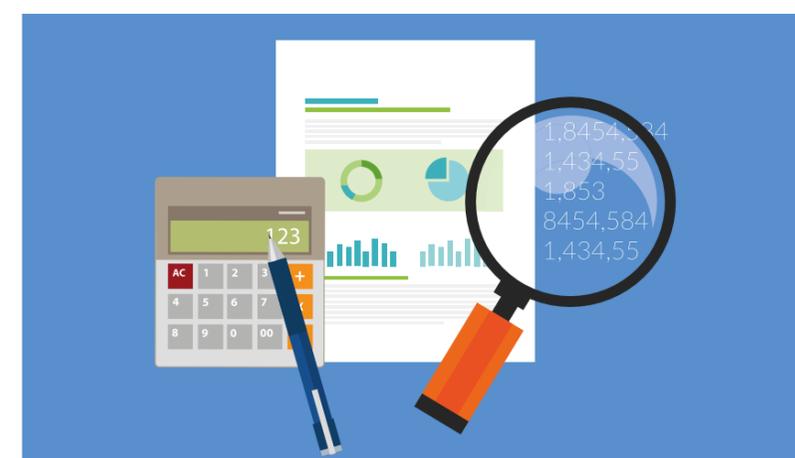
9 – SISTEMA DE CEDIDOS (implantação) – Sistema voltado ao ressarcimento aos órgãos cedentes do pessoal requisitado pelo TRT5 às prefeituras e ao governo do estado.

10 – FOLHA DE PAGAMENTO – Sistema para a elaboração da Folha de Pagamento de Pessoal.

11 – SISGRU – Sistema de Gerenciamento e Controle das Guias de Recolhimento da União

12 – GFIP – Sistema da Receita Federal, para encaminhamento das informações referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os pagamentos efetuados pelo TRT5.

13 – DIRF – Demonstrativo de Imposto de Renda Retido na Fonte – Sistema da Receita Federal, para encaminhamento das informações inerentes ao imposto de renda retido nos pagamentos efetuados pelo TRT5.



SCMP Sistema de controle de material e patrimônio

Um processo de "estruturação produtiva". Assim o diretor da Coordenadoria de Material e Logística, Gustavo Guimarães, define o ganho operacional com o novo Sistema Informatizado de Controle Patrimonial (SCMP), implantado no TRT5 durante o biênio 2013/2015. Desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TRT24/MS, e importado a partir de 2013, o sistema passou a ser usado na Bahia após um protocolo de cooperação técnica.

O diretor explica que o processo ainda está em andamento: "Houve substituição do sistema de almoxarifado e, até o final do ano, o sistema de bens permanentes também será substituído". Contudo, antes de fazer a migração, foi importante realizar um inventário físico em

todo o regional e, consequentemente, um saneamento contábil. "Ainda estamos em testes antes de fazer a migração de dados", revela Guimarães.

O SCMP gerencia os ativos patrimoniais e os materiais de consumo utilizados pelas unidades administrativas e judiciais, assim como a movimentação de itens permanentes e as requisições ao estoque no almoxarifado do Tribunal. O sistema integra o SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativa) e será padronizado entre os tribunais do Trabalho.

Guimarães destaca que, após a primeira etapa da implantação, referente aos materiais de consumo, o processo agora avança para o controle de bens permanentes: "Importante é que agora o TRT5

terá controle mais efetivo sobre a gestão e o monitoramento de material e patrimônio", celebra.

Desde 1998, antes do SCMP, o Tribunal vinha utilizando o sistema de gestão patrimonial ASI, desenvolvido pela empresa Linkdata, que mantinha um contrato de manutenção com a Casa, gerando um custo mensal. Na opinião de Guimarães, o ASI já não proporcionava as funcionalidades que o TRT5 precisava, "principalmente pela dificuldade de obter informações gerenciais". Para o diretor, o TRT5 precisava de um sistema menos complexo, e que atendesse de forma mais eficiente às necessidades do órgão. "Agora certamente estamos em outro patamar de produção, mais alinhado com as metas do planejamento estratégico", conclui.

Resumo das ações desenvolvidas na gestão 2013/2015

- **PROAD** – Sistema Administrativo Eletrônico
- **SCMP** – Sistema de Controle de Material e Patrimônio
- Implantação do PJE-JT
- Instalação do e-SAMP na capital
- Solução de BI para atender a área de Gestão estratégica
- Sistema para Autogestão de Plano de Saúde
- Sistema de Gestão Orçamentária – SIGEO
- Implantação do SeticAtende – Sistema de Gerenciamento de Serviços de Tecnologia
- Substituição dos servidores dos fóruns do interior
- Solução de Monitoramento de infraestrutura
- Solução de disponibilidade para *link* internet
- Instalação da Rede JT que interliga os fóruns do interior a capital
- Atualização da infraestrutura de rede com a substituição dos *switches* e instalação de novos *storages* (equipamentos de armazenamento).
- **SAMP** – Integração depósito judicial eletrônico com a CAIXA
- **SAMP** – Rotina envio de dados de Precatórios
- **SAMP** – Módulo de convocação de juizes auxiliares
- **Módulo RH** – Sistema para controle de ginástica laboral
- **Módulo TRT** – Saúde - Controle de Reabilitação

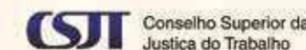
O TRT5 já é

100% PJe-JT

As 88 Varas do Trabalho e o 2º Grau só recebem ações e recursos pelo PJe

www.trt5.jus.br

Promoção:





Infraestrutura Três premissas conduzem o conjunto de projetos de construções e reformas desenvolvidos no TRT5 durante o biênio 2013/2015. A primeira, gerar soluções para otimizar a nova fase da Justiça do Trabalho depois da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) e a consequente modernização dos procedimentos referentes aos atos e ao acompanhamento processuais. A segunda, permitir a execução das obras em um rigoroso regime de contenção de gastos, conforme diretriz do presidente Valtércio de Oliveira. Por último, mas não menos importante, garantir os direitos de ir, vir, permanecer e compartilhar para todos os grupos de indivíduos, inclusive de pessoas com deficiência (PcD), consolidando assim atributos essenciais para a dignidade e a qualidade de vida nos mais variados âmbitos.

São novos fóruns concluídos, postos avançados, novas sedes em licitação já com recursos garantidos, reformas importantes, investimentos em acessibilidade e climatização em diversos municípios, além

do encaminhamento das obras da nova sede do CAB. Ações conduzidas pelas equipes da Secretaria de Administração, via Coordenadoria de Manutenção e Conservação (CMC), em parceria com a Coordenadoria de Apoio às

Unidades do Interior (CAUI), com projetos e supervisão do Núcleo de Engenharia e Arquitetura (NEA) e orientações da Secretaria de Organização e Métodos, no que concerne aos novos fluxos de trabalho do PJe.

Novos fóruns concluídos



Quatro novos fóruns foram inaugurados no biênio 2013/2015 – **Itapetinga, Brumado, Paulo Afonso e Ipiaú**. As edificações foram concebidas nos novos parâmetros de arquitetura, com

acessibilidade para pessoas com deficiência (PcD) e salas interligadas entre si, de forma a facilitar a circulação interna dos magistrados, servidores e material de trabalho. Além disso, os prédios possuem ampla

iluminação e climatização ambientes de secretaria, gabinete de juiz, amplo arquivo, salas de audiência e salas para uso de advogados e estacionamento. Em todos há a possibilidade de instalação futura de mais uma vara.

Itapetinga



Nascido às margens do rio Catolé, o município de Itapetinga firmou-se como significativo centro econômico do Sudoeste baiano, priorizando a atividade pecuária a ponto de ser considerado a ‘capital do gado’, mas já exibindo um parque industrial em ampliação. O contexto positivo foi um dos motivadores da instalação, no dia 9 de dezembro de 2014, de uma nova sede da Vara de Trabalho de Itapetinga, o **Fórum Desembargador José Joaquim de Almeida**.

Reiterado pleito da subseção da OAB em Itapetinga, assim como dos trabalhadores da região, o fórum homenageia o desembargador Joaquim Almeida e glorifica o empenho mostrado por aquele magistrado à época da instalação da primeira sede, em 1992, quando era presidente do TRT5, como destacou o desembargador Valtércio de Oliveira durante a solenidade de inauguração.

A obra da nova sede teve início em setembro de 2013 e foi concluída em outubro do ano seguinte, com um custo total de R\$ 4.289.833,75.

O prédio, de arquitetura moderna, está localizado na Rua Dulce Pereira Gomes, 150, bairro do Morumbi, com 1.345 m² de área construída, em um terreno de 3.229 m², doado pela prefeitura daquele município.

PJe – Na inauguração da nova Vara de Trabalho de Itapetinga, celebrou-se também a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Além do município-sede, a jurisdição da unidade inclui as cidades de

Caatiba, Encruzilhada, Itaju do Colônia, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá e Ribeirão do Largo (Criação: Lei n.º 8432, de 11.06.92). No último triênio, recebeu 5.252 novos processos, uma média aproximada de 1.750 processos por ano. Nessas ações, dado o perfil econômico da região, predominam conflitos em propriedades rurais ou fábricas.

Joaquim Almeida – O desembargador nasceu em Salvador, em 20 de março de 1935, e concluiu o curso de Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) em 1961. Trabalhou na Justiça do Trabalho como servidor e, em fevereiro de 1968, ingressou na carreira da magistratura, chegando ao cargo de presidente do TRT5 no biênio 1991/1993. Aposentou-se em agosto de 2001, mas continuou participando de eventos importantes para o Tribunal, como palestras e seminários. Faleceu em setembro de 2008.

Brumado



Outro município do Sudoeste baiano, desta vez a 'capital do minério', como é conhecido Brumado, recebeu uma nova sede da Justiça do Trabalho. No dia 19 de junho deste ano, o presidente do TRT5, Valtércio de Oliveira, descerrou a placa de inauguração do **Fórum Desembargador Pinho Pedreira**, ao lado da juíza titular local, Carla Novelli.

Localizado no bairro de Santa Tereza, área de expansão imobiliária da cidade, o novo prédio fica na Rua João Teófilo Pereira, s/n, esquina com a Travessa José Galdino. Com área construída de 808 m², foi erguido em terreno de 2.724,55 m², doado pela prefeitura daquele município. A obra teve início em março de 2014 e foi concluída em janeiro deste ano, com custo de R\$ 1.850.119,80. Antes da nova sede, a vara funcionava em uma casa alugada, que já não suportava as demandas dos jurisdicionados.

Criada em 1992, a Vara de Trabalho de Brumado atende a uma jurisdição que inclui 30 municípios,

abrangendo uma população de 537.547 habitantes (IBGE/2010).

Mais de 4.441 novos processos foram recebidos no último triênio, o que gera uma média de 1.480 processos por ano.

PJe – A Vara de Trabalho de Brumado recebeu, no mesmo dia da inauguração da nova sede, a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Além do município-sede, a jurisdição da unidade inclui os municípios de Abaíra, Aracatu, Barra da Estiva, Boquira, Botuporã, Caculé, Caturama, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Érico Cardoso, Guajerú, Ibiassucê, Ibicoara, Ipipitanga, Ituaçu, Jussiape, Lagoa Real,

Livramento de Nossa Senhora, Macaúbas, Maetinga, Malhada de Pedras, Paramirim, Piatã, Presidente Jânio Quadros, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Tanhaçu e Tanque Novo (Criação: Lei nº 8432, de 11.06.92).



Foto: Divulgação

Mestre Pinho – Referencial em conhecimento jurídico e rigor científico, o desembargador Luiz de Pinho Pedreira da Silva, que dá nome ao Fórum Trabalhista de Brumado, foi presidente do TRT5 no biênio 1975/1977. Nascido em 20 de outubro de 1916, natural de São Gonçalo dos Campos, o magistrado foi jornalista, advogado, professor emérito da Universidade Federal da Bahia e um dos primeiros cultores do Direito do Trabalho no Brasil.

Paulo Afonso



No dia 3 de novembro, o município baiano de Paulo Afonso, na região do Vale do São Francisco, ganhou uma nova sede para a Vara do Trabalho criada em 1986, o **Fórum Desembargador Maurício dos Santos Pereira**. A decisão sobre o nome foi firmada pelo Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5-BA), em agosto último.

O prédio foi erguido num terreno de 2.682,87 m², doado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Iniciada em janeiro, a obra foi orçada no valor de R\$ 1.831.560,47. Localizado na Rua Tancredo Neves, lote 97, no bairro Alves de Souza, próximo à agência da Caixa, o Fórum terá cerca de 600 m² de área construída.

Para a juíza titular, Mirella Grassi, "a nova sede é um sonho concretizado". A antiga, lembra ela, era pequena e já não comportava as necessidades para um atendimento digno à população. "Só tenho a agradecer ao presidente Valtércio Oliveira, que tanto se empenhou para alcançarmos essa nova estrutura", exalta.

O presidente do TRT5 recordou que, há nove anos, ele e a juíza estiveram juntos em Recife para conseguir o terreno junto à Chesf. "E acabou dando tudo certo", comemora o magistrado.

"Tinha uma dívida com Paulo Afonso, e cumprimos agora, com a inauguração da nova sede", destacou o desembargador Valtércio de Oliveira.

Além do município-sede, a jurisdição da unidade inclui os municípios de Abaré, Antas, Chorrochó, Coronel João Sá, Glória, Jeremoabo, Macururé, Novo Triunfo, Pedro Alexandre, Rodelas, Santa Brígida e Sítio do Quinto. (Criação: Lei nº 7471, de 30.04.86).

O diretor da vara, Yuride Almeida, há nove anos no cargo, conta

que antes a sede funcionava numa casa, durante 30 anos. "Passamos por reformas, a demanda aumentou, o quadro de servidores mudou, mas nunca deixamos de pleitear a sede própria. Em julho de 2012, Dr. Valtércio, à época corregedor, prometeu inaugurar a nova sede em Paulo Afonso", relembra ele. E conclui garantindo ser "uma grande satisfação para nós ele ter executado esse ato como sendo o último de sua gestão".

Maurício Pereira – O magistrado que deu nome ao Fórum Trabalhista de Paulo Afonso nasceu em 22 de setembro de 1929, na cidade de Salvador, e graduou-se bacharel em Direito pela UFBA e licenciou-se em Filosofia pela UCSal. Assumiu o cargo de juiz do Trabalho substituto da 5ª Região em 15 de outubro de 1965, dando início a uma profícua carreira na magistratura. Chegou ao posto de corregedor no biênio 1995-1997 e de vice-corregedor no biênio 1997-1999. Ao final da gestão, aposentou-se.

Ipiaú



A nova sede da Justiça do Trabalho em Ipiaú foi inaugurada no dia 15 de outubro, recebendo o nome de **Fórum Desembargador do Trabalho Ronald Olivar Amorim e Souza**, em homenagem ao ex-presidente do TRT5, falecido neste ano. Foram cerca de nove meses de obras do novo prédio, que tem uma área total de 5.000 m² e está localizado na entrada da cidade, na Avenida Benedito Lessa de Moraes, s/n, Conceição, região que abrigará as futuras sedes da Receita Federal, do Ministério Público Estadual e da Justiça Comum. O prédio de concreto armado foi planejado com instalações de baixo consumo de energia e aproveitamento de água de chuva, com custo total da construção em R\$ 1.827.344,24.

PJe – A Vara de Trabalho de Ipiaú recebeu, no mesmo dia da inauguração da nova sede, a instalação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

A população da região cacauzeira dos 17 municípios que compõem a jurisdição da Vara de Ipiaú, criada desde 1962, vai dispor de uma edificação moderna, integrada aos critérios de acessibilidade.

Integram a jurisdição, além de Ipiaú, os municípios de Aiquara, Aurelino Leal, Barra do Rocha, Dário Meira, Gandu, Gongogi, Ibirapitanga, Ibirataia, Itagi, Itagibá, Itamari, Jitaúna, Maraú, Nova Ibiá, Ubatã e Ubaitaba. (Criação: Lei nº 4124, de 27.08.62).

Ronald Olivar de Amorim e Souza – O magistrado que deu

nome ao novo fórum nasceu em 10 de novembro de 1936, em Castro Alves/BA, filho de Waldomiro Antônio de Souza e Alice Miranda de Amorim e Souza. Iniciou sua trajetória na Justiça do Trabalho como servidor. Entrou na magistratura trabalhista em 1966. De 3 de janeiro de 1966 até 13 de março de 1967 exerceu a presidência das 1ª, 3ª e 6ª Juntas de Conciliação e Julgamento de Salvador. De maio de 1968 até setembro de 1981 foi juiz presidente das juntas de Propriá e Maruim, em Sergipe, e Ipiaú, Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Amaro e 10ª de Salvador. Foi promovido, por merecimento, a juiz de 2.º grau (desembargador) do TRT da 5ª Região, onde ocupou os seguintes cargos: vice-presidente (1985/1987), presidente (1987/1989) e coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs - Coleprecór (1986/1989). Aposentou-se em 7 de agosto de 1997 e faleceu no dia 11 de junho de 2015.

Postos avançados

Serrinha



Inaugurado em 24 de janeiro de 2014, o Posto de Atendimento Avançado da Justiça do Trabalho (PAAJT) em Serrinha, primeiro no interior do estado, comprovadamente ampliou o acesso do cidadão à Justiça do Trabalho. Completado um ano de atividade (fev/2015), o posto que funciona como uma extensão da Vara do Trabalho de Conceição do Coité já contabilizava mais de 1.500 processos e 1.200 petições tramitados.

Protocolização de documentos e audiências periódicas são

alguns dos significativos avanços gerados com a presença do posto para os trabalhadores e empregadores de Serrinha, Biritinga, Teofilândia e Araci.

Hoje o espaço que fica na Avenida Antônio Carlos Magalhães, número 116, é referência na região no que se refere à garantia dos direitos trabalhistas. A posição é privilegiada no centro da cidade, próximo à prefeitura, bancos, órgãos da administração pública e diversos escritórios de advocacia.

Luís Eduardo Magalhães

Desde o final de 2014, o Oeste da Bahia recebeu um reforço ao atendimento da Justiça do Trabalho com a instalação do Posto de Atendimento Avançado da Justiça do Trabalho (PAAJT) em Luís Eduardo Magalhães. Vinculado à Vara do Trabalho de Barreiras, que fica a 88 km de distância, o posto funciona em duas salas da Câmara Municipal de Vereadores, cedidas ao TRT5 mediante um convênio celebrado entre os três poderes e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Responsável por mais de 30% dos processos trabalhistas analisados pela Vara de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães (949 km de Salvador) é considerada a “capital do agronegócio”. Com 60.179 habitantes (IBGE/2010), possui a décima maior economia da Bahia, com uma renda per capita entre as maiores do Brasil.

Com a implantação do PAAJT, demanda antiga dos cerca de 150 advogados atuantes na jurisdição, hoje é possível receber e protocolar petições com prazos para as partes.



Obras em licitação

Recursos já garantidos

Ilustração: Vector Open Stock

Itaberaba

Uma sede moderna, que traga mais conforto para a população, servidores, magistrados e acessibilidade para pessoas com deficiência. Assim o desembargador Valtércio de Oliveira vislumbra a nova sede da Justiça do Trabalho em Itaberaba. A licitação para contratação de empresa que elaborará projeto para construção do novo Fórum Trabalhista já está em andamento.

O novo fórum será sediado em uma área populosa da cidade, onde já estão instalados o Fórum da Justiça Comum, um centro educacional e uma creche infantil, e

onde serão construídos um departamento técnico da Secretaria de Segurança Pública e um Posto de Saúde da Família. O terreno mede 1.992,51 m², e foi doado por meio da Lei Municipal 1.324/2013.

As primeiras providências para preparar a instalação já foram asseguradas pelo próprio presidente e comitiva do TRT5, que em 2014 visitaram o município no projeto Presidência Itinerante. À época, angariaram importantes apoios políticos para a construção, como os da prefeitura e da classe de advogados. Ações como a canalização de um córrego que atravessava o lote e terraplanagem do local foram realizadas sob a orientação

do Núcleo de Manutenção e Projetos (hoje Núcleo de Engenharia e Arquitetura-NEA).

Atualmente, a Vara do Trabalho de Itaberaba recebe cerca de mil novos processos a cada ano, e funciona em uma casa alugada situada na Avenida Rio Branco, número 900, Centro. Responde à jurisdição do respectivo município e os de Andaraí, Baixa Grande, Boa Vista do Tupim, Boninal, Iaçú, Ibiquera, Ibitiara, Iramaia, Itaetê, Lajedinho, Lençóis, Macajuba, Marcionílio Souza, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Ruy Barbosa, Seabra, Utinga e Wagner. (Criação: Lei nº 7729, 16.01.89).

Euclides da Cunha

Já está em andamento a licitação para contratação da empresa que vai elaborar o projeto para construção do novo Fórum Trabalhista de Euclides da Cunha. Em janeiro deste ano, o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, recebeu um ofício da procuradora-geral do município, Tenille Gomes Freitas, informando a aprovação da Lei nº 1.439/2014, que autoriza a doação de um terreno de 1.882,37 m² para construção da futura sede.

A lei que autorizou a doação do terreno situado no Centro Administrativo, perímetro urbano de Euclides da Cunha, foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pela prefeita da cidade, Maria de Fátima Nunes Soares, no dia 28 de novembro de 2014.

Conceição do Coité

A construção do novo Fórum Trabalhista de Conceição do Coité teve início no dia 30 de setembro deste ano, com o lançamento da pedra fundamental pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargador Valtércio de Oliveira. Com um custo

estimado em R\$ 1.702.975,23, a obra tem término previsto para abril de 2016, está sob a responsabilidade da Caaba Engenharia Ltda., vencedora de licitação.

Até a conclusão da nova sede, a Vara de Trabalho de Conceição do Coité mantém o funcionamento na Praça Dr. José Gonçalves, 19, Centro. A unidade é a que recebe o maior número de processos novos

Até a conclusão da nova sede, a Vara de Trabalho de Euclides da Cunha continuará funcionando na Travessa Pedro Monteiro Campos, número 89, Centro. As instalações passaram por recentes reformas. A Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (Caui) realizou reparos como a pintura das paredes e da grade de proteção, correções no telhado, além de serviços nas áreas de elétrica e hidráulica.

Nos últimos dois anos, até janeiro/2015, a Vara do Trabalho de Euclides da Cunha recebeu um total de 2.581 processos. A jurisdição da unidade é composta, além do respectivo município, pelas cidades de Ajustina, Banzaê, Cansanção, Canudos, Cícero Dantas, Uauá, Fátima, Heliópolis, Monte Santo, Nordeste, Paripiranga, Quijingue, Ribeira do Pombal e Tucano (Criação: Lei nº 8432, de 11.06.92).

em toda a Bahia (mais de 2.600/ano, no último triênio). Tem como jurisdição, o respectivo município e os de Araci, Biringinga, Candeal, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ichu, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Queimadas, Retiroândia, Riachão do Jacuípe, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Valente e Barrocas (Criação: Lei nº 6563, de 19.09.78).



Renovação da frota de veículos

No biênio 2013/2015, o TRT5 adquiriu e concluiu a documentação de 15 novos veículos já integrados à frota. Sete desses de serviço e oito de representação. Também está prevista a aquisição de quatro outros veículos, sendo dois furgões e dois utilitários, destinados à atividade fim e necessidades administrativas.

Reformas importantes

A humanização dos espaços de convivência, trazendo qualidade de vida, bem-estar e melhoria das relações entre os que compartilham boa parte do dia é meta básica da equipe do Núcleo de Arquitetura e Engenharia (NEA) do TRT5. De acordo com a arquiteta Ana Maria Guimarães, chefe do NEA, aliar acessibilidade e contenção de gastos é regra primeira, mas são também importantes as reais necessidades, os hábitos específicos e os aspectos culturais do grupo beneficiado.

Foi assim na criação de espaços nas novas sedes no interior, bem como na ampliação dos Centros de Convivência dos fóruns Ministro Coqueijo Costa (Nazaré) e Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira (Comércio), por exemplo. “Muitos de nós gostamos de sair, comprar o almoço e trazer para comer juntos, o que tornou necessário um espaço comum, não só para descanso”, explica a chefe do NEA. Os espaços dos fóruns da capital foram projetados pelo NEA e executados pela Coordenadoria de Manutenção e Conservação (CMC).

Climatização – O conceito de que o ambiente é uma extensão do ser humano também inspirou reformas menos ‘visíveis’, mas ‘perceptíveis’ para o conforto de quem passa mais tempo no trabalho do que na própria casa. Como a climatização das sedes do interior, capitaneada pela Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior (CAUI).

Hoje as áreas comuns das Varas de Eunápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Santo Antônio de



Equipe do NEA trabalha de olho no rigoroso regime de contenção de gastos

Jesus, Cruz das Almas, Candeias, Valença, Guanambi, Senhor do Bonfim, Juazeiro, Jacobina, Brumado, Paulo Afonso, Ipiaú, Jequié, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Irecê estão todas climatizadas com ar-condicionado, como informa o chefe de núcleo da CAUI, Carlos Régis. “Faltam poucas unidades, mas que já estão planejadas”, adianta o chefe.

Algumas ações são mais visíveis como as reformas das fachadas e esquadrias dos fóruns do Comércio e Coqueijo Costa, bem como a

pintura geral do Edifício Presidente Médici, com a recuperação de estruturas danificadas.

Elevadores – Outras mudanças foram mais dirigidas para o conforto e segurança, a exemplo da troca de cabines de elevadores e manutenção da parte hidráulica e sanitária, realizadas em todas as unidades da capital. Os elevadores passaram por modernização e atualização tecnológica e hoje possuem comandos mais modernos, mais velocidade, e estão adequados com relação

às normas de segurança e acessibilidade. Também o hall dos elevadores recebeu nova iluminação.

Acessibilidade – A identificação e eliminação de obstáculos à acessibilidade nas diversas instalações têm sido metas prioritárias no TRT5. Entre os avanços no biênio 2013/2015, foram feitas adaptações para acessibilidade na sala de sessões do Tribunal Pleno no Edifício Coqueijo e finalizado um

projeto para instalação de plataforma elevatória na entrada do Edifício Médici (o processo de compra e instalação do equipamento está em licitação).

Em 2014, as cidades de Alagoinhas, Senhor do Bonfim, Juazeiro e Feira de Santana receberam piso podotátil. Balcões de atendimento acessíveis (com nivelamento diferenciado para cadeirantes) foram (ou estão sendo) instalados nos prédios concluídos de Itapetinga,

Brumado, Ipiaú, Paulo Afonso e Conceição do Coité, e também serão instalados em prédios onde houve implantação do PJe em 2015, a exemplo de Jacobina, Valença, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas e Jequié.

As unidades de Simões Filho e Ilhéus, ambas com reformas em licitação (a primeira com custo de R\$ 600 mil e a segunda R\$ 1,2 milhão), também receberão plataformas elevatórias para melhor acessibilidade.



“Um projeto grandioso”, é como o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira define a construção do edifício IV da nova sede do Tribunal no Centro Administrativo da Bahia (CAB). “Foi necessário retomar algumas questões projetadas, como o local que deverá abrigar a sala-cofre para atender ao processo eletrônico e o espaço destinado ao arquivo de processos físicos, que possivelmente será reduzido”, explicou o presidente, referindo-se às mudanças decorrentes da implantação do PJe-JT.

A obra foi visitada pelo presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, em agosto deste ano, que elogiou o encaminhamento do

Nova sede do TRT5 CAB

trabalho, ressaltando que “o espírito baiano de aconchego e cooperação contribua para que o TRT5 se empenhe na conclusão da obra, pois o que temos de mais precioso e importante no serviço público é a continuidade administrativa, não o continuísmo”.

Na ocasião, a desembargadora Ana Lúcia Bezerra, que atualmente preside o Comitê de Acompanhamento da Construção, destacou a importância de o projeto ter passado pela Escola de Avaliação Politécnica, órgão que reúne notáveis profissionais na área de edificação, antes de ser adotado pelo Tribunal. Para a ex-presidente do TRT5, “a obra de um gênio como o arquiteto Lelé Filgueiras nunca pode ser desconsiderada”.

Instituído em setembro de 2012, o comitê que visa conferir maior transparência ao processo da construção conta com a participação de magistrados do TRT5, representantes do Ministério Público do Trabalho na Bahia (Procuradoria Regional da 5.ª Região – PRT5), da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia (OAB-BA), e do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal da Bahia (Sindjufe-BA).

Um novo alvará já foi concedido pela Prefeitura de Salvador e está sendo produzido um levantamento detalhado da obra, por meio de contratação de uma empresa, que prevê a conclusão do trabalho em 60 a 90 dias.



Ministro Barros Levenhagen destacou o espírito baiano de aconchego e cooperação



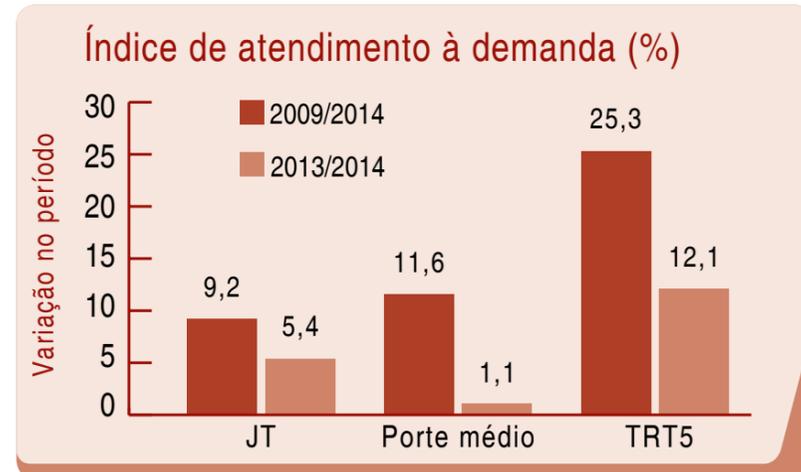
Foto: Shutterstock

Processos e gestão

A capacidade de superação da força de trabalho no TRT5 pode ser comprovada em números. Considerando-se que, de 2009 a 2014, houve uma redução de 9,9% no quadro de servidores e estagnação no quadro de magistrados, só o poder de adaptação justifica os recordes históricos de produtividade. A observação parte do diretor da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), Márcio Fernando Ribeiro, que se apoia nos índices de produtividade registrados no período para magistrados (IPM), de 30,4%, e de servidores (IPS), de 47,6%. Esse último a maior variação entre os nove tribunais do porte médio.

Os índices tomam por base a quantidade de processos com baixa definitiva, e ganham ainda mais força quando comparados com a variação registrada na Justiça do Trabalho como um todo - IPM de 18,3% e IPS de 10,9%, e para os nove tribunais de porte médio - IPM de 10,3% e IPS de 3,9%.

Em 2014, o número de processos baixados pelo TRT5 superou o de casos novos em mais de 11 mil processos. Foram 189.010 casos novos e 200.176 baixas definitivas. Dado que equivale a 976 processos baixados por magistrado no ano, 83 por servidor. No mesmo ano, foram julgadas outras 217,1 mil ações, sendo 170,1 mil no 1.º grau e 46,9 mil no 2.º grau, o que representa uma alta de 6,8% em relação a 2013. E o diretor da SGE destaca a atuação dos 214 magistrados e



2.570 servidores, que elevaram a produtividade no ano em 2,3% e 3,9%, respectivamente.

Os números anuais conferiram ao Tribunal um percentual de 105,9% de Índice de Atendimento à Demanda (IAD), com incremento de 11,46 pontos percentuais em relação aos 94,44% registrados em 2013. Com o índice nos processos

de execução aparecendo ainda maior, 125,3%, graças a ações como as inspeções processuais realizadas em 2014. "É prova de que a Justiça do Trabalho na Bahia está mais efetiva, limpando a base, não acumula processos e presta um atendimento cada vez melhor aos seus jurisdicionados", reforça Márcio Fernando.



Mesmo com redução no quadro de servidores e estagnação no quadro de magistrados, TRT5 obteve recordes históricos de produtividade

Movimentação processual

Comparativamente, a Justiça do Trabalho teve uma redução na velocidade da demanda observada nos anos anteriores, sendo de 2,4% nos casos novos 2012/2013, enquanto o TRT5 observou um incremento em mais de 8,4% no primeiro grau, sendo de 6% com as duas instâncias.

	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	21.671	↑ 7,1%	36.666	↓ -3,7%	43.020	↑ 31,1%	33.895	↓ -6,2%	24.442
1º Grau	294.789	↑ 39,9%	164.410	↑ 8,4%	160.221	↑ 4,2%	156.023	↑ 6,7%	303.176
Total	316.460	↑ 37,0%	201.076	↑ 6,0%	203.241	↑ 8,9%	189.918	↑ 4,1%	327.618

Congestionamento

A taxa de congestionamento corresponde ao percentual de processos não resolvidos no prazo de doze meses. Por exemplo, se a taxa de congestionamento for de 60%, significa que a cada dez processos em tramitação, seis ainda estão pendentes de solução definitiva, no período apurado. Em 2014, o TRT baiano conseguiu reduzir de 63,33% para 60,3%. Nos processos

em fase de execução, o resultado foi ainda melhor em relação a 2013: a taxa caiu de 82,23% para 75,9%, ou seja, 6,33 %.

O diretor da SGE atenta que resultados na baixa de processos e na taxa de congestionamento poderiam se mostrar melhores se não fossem contabilizadas as ações arquivadas provisoriamente, a maioria relacionada com execuções frustradas, bem como os processos sobrestados, com a cobrança da dívida suspensa.



Ilustração: Freepik.com



Destaques – Primeira instância

No que diz respeito à primeira instância, vale destaque a maior demanda no recebimento de processos, pelo segundo ano consecutivo, na Vara de Conceição do Coité, com 2.859 processos em 2014. A Vara de Itamaraju foi a de menor demanda, com apenas 663 novos processos no ano. Em Teixeira de Freitas, houve a maior carga de trabalho na fase de conhecimento do

regional, com 2.176 processos por magistrado no ano. Em Eunápolis, na fase de execução, com 1.743 processos por magistrado.

Em relação à taxa de congestionamento, houve acréscimo na fase de conhecimento comparando-se com o ano anterior, sendo de 52,8% a taxa do ano na região. A 5ª Vara de Feira de Santana obteve melhor desempenho no quesito (30,8%), enquanto

a Vara de Eunápolis apresentou a maior taxa na fase de conhecimento (68,9%). Na fase de execução a menor taxa ficou por conta da Vara de Euclides da Cunha (36,4%) e a maior em Cruz das Almas (93,4%).

O número de decisões na região foi reduzido em 7%, no entanto 41,9% das decisões com exame de mérito foram resultado de conciliações. O índice de conciliação foi de 31,2%, sendo a Vara de Itamaraju a maior conciliadora, 61,3% dentre os processos solucionados.

Destaques – Segunda instância

Em 2014, o TRT5 distribuiu 38.335 processos, dentre os quais 84% físicos e 16% eletrônicos (PJe), representando um incremento de 3% em relação ao total de distribuídos em 2013, cuja distribuição foi de 37.099 processos na segunda instância. Recebeu, ainda, 12.060 recursos internos que compreendem os ED e AgR.

Foram solucionados 49.717 processos, sendo 38.142 de natureza recursal, 579 de natureza originária, 6,3% a mais em relação a 2013 quando foram julgados 46.757 processos. Dentre esses, 97% foram julgados em sessão e

3% por decisão monocrática.

Dos 38.335 processos distribuídos em 2014, 1.034 são de natureza originária, todos eletrônicos, e 36.608 são de natureza recursal. Foram julgados 39.052 processos, 102% em relação aos distribuídos no mesmo período. Foram incluídos em pauta 43.339 processos, 113% em relação aos distribuídos no mesmo período, sendo 38.830 (90%) físicos e 4.509 (10%) eletrônicos.

Em 2014, o Tribunal publicou 48.253 acórdãos, 97% em relação aos julgados no mesmo período e 2% a mais do que o total de publicados em 2013.



Foto: Shutterstock

Plano de conciliação

Desde o início do biênio 2013/2015, o TRT5 instituiu o Juízo de Conciliação e Execução, regulado no Provimento Conjunto GP/GCR10/2015. Com isso, audiências de conciliação de processos de execução passaram a ser realizadas quase que diariamente em Salvador e, periodicamente, em varas do trabalho do interior do estado.

A prática itinerante impõe que um dos juizes da coordenadoria se desloque para as cidades do interior, acompanhado de um secretário de audiência lotado no Núcleo de Hastas Públicas (NHP). Os processos são selecionados pelos servidores da vara atendida pelo Plano Regional de Conciliação, que também fazem a designação das pautas e cumprem as notificações. A iniciativa tem provado que, além de agilizar as execuções com o estímulo à conciliação, gera também ações de cooperação institucional entre juizes e servidores do interior e a Coordenadoria de Execução e Expropriação.

No período entre fevereiro de 2014 a maio de 2015, os juizes da Coordenadoria de Execução, que também integram o Núcleo Permanente de Solução de Conflitos, realizaram 18 viagens a dez cidades



Conciliação é um movimento permanente da Justiça do Trabalho, bastando às partes solicitarem.

do interior do estado: Eunápolis (cinco), Barreiras (duas), Juazeiro (duas), Teixeira de Freitas (duas), Itabuna (duas), além de Porto Seguro, Jequié, Alagoinhas, Ilhéus, Vitória da Conquista (uma). Em cada município, foram realizadas audiências de tentativa de conciliação, sob a presidência dos magistrados Júlio César Massa Oliveira, Ivo Daniel Póvoas de Souza, Ana Paola Diniz e Maria de Fátima Seixas.

Resultados – Foram realizadas 2.108 audiências, com 969 processos conciliados, 2.233 partes envolvidas nas conciliações, somando um valor total de conciliações de R\$ 13.729.694,29. Some-se ao sucesso das audiências realizadas no interior, a liberação de valores incontroversos que atingiram o montante de R\$ 186.500,65.

Na Capital, foram realizadas, entre 2014 e 2015 (até 30 de setembro),

2.126 audiências (2014) e 734 (2015). No mesmo período, foram homologados 235 acordos (2014) e 179 acordos (2015). Valores totais das conciliações, R\$ 4.916.779,99 (2014) e R\$ 4.708.769,61 (2015), somando R\$ 9.625.549,60.

Movimento permanente – A conciliação é um movimento permanente da Justiça do Trabalho. Durante todo o ano são realizadas audiências de conciliação nos processos em qualquer fase em que estejam, bastando às partes solicitarem, pelo e-mail conciliar@trt5.jus.br, o agendamento de audiência junto à Vara ou ao órgão onde a ação tramita. Para tanto, basta informar o número do processo e nomes das partes envolvidas (reclamante e reclamado). A audiência também pode ser solicitada pessoalmente na vara onde o processo tramita.

Semanas de conciliação e execução – Um valor total de R\$ 196.120.424,78 foi o saldo das semanas de conciliação e execução realizadas durante o biênio 2013/2015. No período, foram fechados 4.277 acordos e atendidas 16.186 pessoas, conforme o quadro abaixo:

Conciliações no biênio	Conciliações no biênio				
	2013		2014		2015
	Conciliação 02 a 06/12/2013	Execução 22 a 26/09/2014	Conciliação 24 a 28/11/2014	Conciliação 16 a 20/03/2015	Execução 21 a 25/09/2015
Pessoas atendidas	1.541	3.841	6.236	2.393	2.178
Acordos	996	477	1.776	789	239
Valor Conciliado (R\$)	32.237.867,93	116.565.279,60	27.928.832,05	8.048.219,58	11.340.225,62

Leilões

Até 2013, o Núcleo de Hastas Públicas atuava apenas como uma secretaria de expropriação, desenvolvendo atividades predominantemente voltadas para a designação dos leilões judiciais, realização de audiências de tentativa de conciliação antecedendo os leilões e julgamento dos incidentes relacionados a essas ações. A partir daí, as atividades foram ampliadas, passando a cuidar também de dois outros campos.

O primeiro é a designação de pautas semanais de conciliação de processos na fase de execução, por solicitação da parte, via portal

no site do TRT, por solicitação dos juizes das varas do trabalho, por designação pelos juizes da Coordenadoria de Execução e Expropriação. Também por ocasião das ações e campanhas nacionais de conciliação, sejam as promovidas pelo CNJ ou pelo CSJT.

O segundo campo de atuação é a tramitação do processo principal quando instaurado o procedimento de penhora unificada, desde a fase inicial, com cumprimento de diligências, notificações, citações, expedição de ofícios e mandados de constrição judicial, preparação do processo para a fase de expropriação, até a efetiva transferência de numerário para as varas onde os processos beneficiados tramitam.

Conhecido como penhora unificada, o procedimento foi instituído para melhor aproveitamento das ações de pesquisa desenvolvidas pelo NAE.

Hastas do biênio – No período 2014/2015, até 30 de setembro último, foram realizadas 48 hastas, com 5.296 processos incluídos, 1.349 lotes arrematados, 13 adjudicados e 2.612 lotes sem licitante/não vendido. Um total de 1.304 lotes foram sustados/retirados, 452 sustações por acordo, 311 por pagamento e 533 por motivos processuais.

O valor total das arrematações fechou em R\$ 39.188.926,93. No caso dos lotes sustados/retirados, eles somaram R\$ 490.274.664,07.

		Salvador	Feira de Santana	Itabuna	Barreiras	Juazeiro	Total
2014	Não foram a leilão	—	—	—	—	—	—
	Lotes arrematados	318	380	146	19	30	893
	Lotes adjudicados	3	4	2	1	0	10
	Sem licitantes/não vendido	729	516	255	79	95	1674
	Sustados/retirados	434	265	135	16	61	911
	Avaliação total	286.509.961,78	57.630.584,09	51.191.560,66	95.262.834,20	220.404.832,30	710.999.773,03
	Avaliação sustados/retirados	224.182.237,18	24.341.625,15	17.796.286,88	91.822.663,00	51.738.770,00	409.881.582,21
	Avaliação aptos ao leilão	62.327.724,82	29.198.958,54	33.395.273,78	3.440.171,20	60.666.062,30	189.028.190,64
	Total arrematado	16.256.624,38	5.517.398,58	2.987.060,12	181.613,56	1.576.114,00	26.518.810,64
	Total adjudicados	491.100,00	404.670,00	65.020,00	36.000,00	0,00	996.790,00
	Sustados por pagamento	101	54	47	4	8	214
	Sustados por acordo	142	93	46	7	16	304
	Sustados por motivos diversos	191	118	42	5	29	385
	Total de sustados retirados	434	265	135	16	53	903

		Salvador	Feira de Santana	Itabuna	Barreiras	Juazeiro	Total
2015	Não foram a leilão	—	—	—	—	—	—
	Lotes arrematados	168	152	104	12	20	456
	Lotes adjudicados	0	0	2	1	0	3
	Sem licitantes/não vendido	384	321	111	42	80	938
	Sustados/retirados	176	130	63	7	17	393
	Avaliação total	102.764.653,80	73.472.435,55	31.291.045,51	3.583.702,74	65.505.500,18	276.617.337,78
	Avaliação sustados/retirados	29.860.962,06	36.759.800,02	7.998.519,78	269.800,00	5.504.000,00	80.393.081,86
	Avaliação aptos ao leilão	72.903.691,74	36.712.635,53	23.292.525,73	3.313.902,74	60.001.500,18	
	Total arrematado	7.873.130,47	1.179.289,50	2.787.864,33	295.471,94	534.360,05	12.670.116,29
	Total adjudicados	—	—	110.000,00	4.500,00	0,00	114.500,00
	Sustados por pagamento	37	40	12	3	5	97
	Sustados por acordo	57	58	36	3	4	158
	Sustados por motivos diversos	82	42	15	1	8	148
	Total de sustados retirados	176	130	63	7	17	393

Cumprimento de metas pelo TRT5 comprova produtividade crescente

As unidades do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5) iniciaram, em 2014, 38.118 execuções processuais e concluíram 47.779, gerando o saldo positivo de 9.661 de encerramento de processos. Este foi o maior destaque de relatório apresentado no último dia 27 de outubro, pela Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) do TRT5, durante a cerimônia de premiação das Varas do Trabalho que cumpriram as Metas 1, 2, 3 e 4 estabelecidas pelo Poder Judiciário para o ano de 2014.

Gestora de metas do TRT5, a desembargadora Dalila Andrade destacou que os resultados mostram uma produtividade crescente para uma demanda também crescente, apesar de haver um mesmo número de magistrados e de servidores.

Ela finalizou dizendo esperar que as autoridades "façam sua parte" no que diz respeito a dotar o Judiciário da estrutura necessária.

Na sequência, a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5), juíza Rosemeire Fernandes, declarou que a definição de metas tem que considerar as condições de trabalho oferecidas e a independência dos magistrados. "Deve haver metas estruturantes, ou seja, elas devem ser vistas como um meio para aprimoramento da Justiça, e não um fim em si mesmo".

Os dados da SGE foram exibidos pelo diretor da unidade, Márcio Fernando Ribeiro, e a entrega dos troféus pela juíza Rosemeire Fernandes (varas que cumpriram uma meta) e pelos desembargadores Dalila Andrade (duas metas), Tadeu

Metas

- 1 Julgar quantidade igual ou superior a 100% dos processos distribuídos em 2014
- 2 Julgar quantidade igual ou superior a 98% dos processos distribuídos no ano de 2011 (processômetro)
- 3 Proferir sentenças líquidas em quantidade igual ou superior a 80% das ações procedentes ou procedentes em parte
- 4 Reduzir o acervo de processos, na fase de cumprimento de sentença, em quantidade igual ou superior a 100% dos processos que entraram na mesma fase em 2014

Vieira (três metas) e Valtércio de Oliveira (quatro metas).

Durante a cerimônia, as unidades administrativas e judiciárias também foram homenageadas em reconhecimento ao empenho para a melhoria da Justiça do Trabalho da Bahia. Dez unidades que ajudaram a cumprir metas também foram homenageadas.

Metas 2014



4 METAS

4.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana; 3ª Vara do Trabalho de Feira de Santana; 5.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana

3 METAS

2.ª Vara do Trabalho de Simões Filho; 2.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana; Vara do Trabalho de Itamaraju; 11.ª Vara do Trabalho de Salvador; 6.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana; 8.ª Vara do Trabalho de Salvador; 4.ª Vara do Trabalho de Camaçari; 34.ª Vara do Trabalho de Salvador; 1.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana; Vara do Trabalho de Itaberaba; 12.ª Vara do Trabalho de Salvador; 1.ª Vara do Trabalho de Simões Filho; Vara do Trabalho de Paulo Afonso; 3.ª Vara do Trabalho de Itabuna; Vara do Trabalho de Santo Amaro; 16.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Santo Antonio de Jesus; Vara do Trabalho de Barreiras; 15.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Bom Jesus da Lapa; 1.ª Vara do Trabalho de Candeias; Vara do Trabalho de Irecê; 3.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim; 9.ª Vara do Trabalho de Salvador

2 METAS

Vara do Trabalho de Itabuna; 3.ª Vara do Trabalho de Ilhéus; Vara do Trabalho de Conceição do Coité; 21.ª Vara do Trabalho de Salvador; 22.ª Vara do Trabalho de Salvador; 17.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Eunápolis; 2.ª Vara do Trabalho de Candeias; Vara do Trabalho de Euclides da Cunha; 1.ª Vara do Trabalho de Camaçari; Vara do Trabalho de Valença; Vara do Trabalho de Brumado; 20.ª Vara do Trabalho de Salvador; 23.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Ipiáú; 1.ª Vara do Trabalho de Ilhéus; 39.ª Vara do Trabalho de Salvador; 2.ª Vara do Trabalho de Itabuna; 25.ª Vara do Trabalho de Salvador; 24.ª Vara do Trabalho de Salvador; 37.ª Vara do Trabalho de Salvador; 29.ª Vara do Trabalho de Salvador; 7.ª Vara do Trabalho de Salvador; 18.ª Vara do Trabalho de Salvador; 26.ª Vara do Trabalho de Salvador; 36.ª Vara do Trabalho de Salvador; 27.ª Vara do Trabalho de Salvador; 1.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas; 31.ª Vara do Trabalho de Salvador; 5.ª Vara do Trabalho de Salvador; 2.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas; 3.ª Vara do Trabalho de Camaçari

1 META

1.ª Vara do Trabalho de Juazeiro; 2.ª Vara do Trabalho de Juazeiro; 30.ª Vara do Trabalho de Salvador; 2.ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista; 35.ª Vara do Trabalho de Salvador; 38.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Itapetinga; 2.ª Vara do Trabalho de Camaçari; Vara do Trabalho de T. de Freitas; 32.ª Vara do Trabalho de Salvador; 33.ª Vara do Trabalho de Salvador; Vara do Trabalho de Cruz das Almas

Metas 2014



100% das varas cumpriram uma meta em 2013

Em 18 de dezembro do ano passado, durante a solenidade de entrega do Troféu Metas 2013, foi anunciado um marco histórico: as 88 varas cumpriram pelo menos uma das metas estipuladas pelo Poder Judiciário. Naquele momento, o número de processos encerrados em 2014 (45.954) já superava o de processos iniciados no mesmo ano (37.376). O saldo positivo de encerramento de processos ficou em 8.578.

A juíza Andréa Presas entregou troféus para as varas que cumpriram uma meta, a desembargadora Dalila Andrade

para aquelas que cumpriram duas metas, o corregedor Tadeu Vieira para as que cumpriram três e o presidente Valtércio de Oliveira para as que cumpriram quatro. A desembargadora Nélia Neves entregou troféus para unidades administrativas que contribuíram decisivamente com o resultado positivo na área judiciária.

As unidades premiadas foram: Arquivo, Setor de Análise Documental, Central de Execução e Expropriação, Coordenação de Estatística e Pesquisa e secretarias de Comunicação, de Coordenação Judiciária de

Metas 2013

do Poder Judiciário e do TRT5

- 1 Julgar quantidade igual ou superior a 100% dos processos distribuídos em 2013
- 2 Julgar quantidade igual ou superior a 98% dos processos distribuídos no ano de 2010 (processômetro); As mesmas do Poder Judiciário, neste caso, são de 80% dos processos
- 3 Proferir sentenças líquidas em quantidade igual ou superior a 65% das ações procedentes ou procedentes em parte
- 4 Encerrar execuções em quantidade igual ou superior a 100% dos processos que entraram na mesma fase em 2013. Poder Judiciário

1ª Instância, de Gestão Estratégica, de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação e Comunicações.



"Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles."

Rui Barbosa



Planejamento estratégico

4 METAS	Varas Trabalhistas	Pontuação
	3.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	144,76%
	6.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	116,18%
	Vara do Trabalho de Valença	111,80%
	4.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	111,30%

3 METAS	Varas Trabalhistas	Pontuação
	34.ª Vara do Trabalho de Salvador	128,81%
	12.ª Vara do Trabalho de Salvador	127,63%
	11.ª Vara do Trabalho de Salvador	127,04%
	22.ª Vara do Trabalho de Salvador	126,86%
	16.ª Vara do Trabalho de Salvador	124,95%
	Vara do Trabalho de Itamaraju	124,02%
	1.ª Vara do Trabalho de V. da Conquista	123,36%
	17.ª Vara do Trabalho de Salvador	121,77%
	15.ª Vara do Trabalho de Salvador	116,47%
	5.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	113,98%
	2.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	113,93%
	Vara do Trabalho de Ipiatú	112,68%
	13.ª Vara do Trabalho de Salvador	110,08%
	4.ª Vara do Trabalho de Salvador	109,42%
	1.ª Vara do Trabalho de Juazeiro	106,45%
	28.ª Vara do Trabalho de Salvador	104,44%
	2.ª Vara do Trabalho de Juazeiro	103,85%
	2.ª Vara do Trabalho de Simões Filho	103,41%
	1.ª Vara do Trabalho de Feira de Santana	102,76%
	3.ª Vara do Trabalho de Salvador	102,28%
	24.ª Vara do Trabalho de Salvador	101,85%
	Vara do Trabalho de Euclides da Cunha	101,73%
	9.ª Vara do Trabalho de Salvador	101,61%
	30.ª Vara do Trabalho de Salvador	100,49%
	Vara do Trabalho de Paulo Afonso	100,17%
	1.ª Vara do Trabalho de Simões Filho	97,89%
	Vara do Trabalho de Bom Jesus da Lapa	95,98%
	Vara do Trabalho de Barreiras	95,43%
	1.ª Vara do Trabalho de Camaçari	83,51%
	27.ª Vara do Trabalho de Salvador	80,46%

1 META	Varas Trabalhistas	Pontuação
	Vara do Trabalho de Eunápolis	94,05%
	4.ª Vara do Trabalho de Camaçari	92,31%
	Vara do Trabalho de Irecê	91,79%
	Vara do Trabalho de Porto Seguro	87,42%
	Vara do Trabalho de Itapetinga	85,45%
	4.ª Vara do Trabalho de Itabuna	84,75%
	39.ª Vara do Trabalho de Salvador	80,58%
	29.ª Vara do Trabalho de Salvador	80,17%
	Vara do Trabalho de T. de Freitas	79,43%

2 METAS	Varas Trabalhistas	Pontuação
	1.ª Vara do Trabalho de Candeias	136,33%
	20.ª Vara do Trabalho de Salvador	123,71%
	23.ª Vara do Trabalho de Salvador	117,91%
	14.ª Vara do Trabalho de Salvador	116,55%
	6.ª Vara do Trabalho de Salvador	112,87%
	19.ª Vara do Trabalho de Salvador	112,71%
	Vara do Trabalho de Jacobina	111,66%
	1.ª Vara do Trabalho de Salvador	110,72%
	3.ª Vara do Trabalho de Itabuna	105,61%
	2.ª Vara do Trabalho de Salvador	104,58%
	Vara do Trabalho de Itaberaba	102,16%
	3.ª Vara do Trabalho de Ilhéus	98,58%
	7.ª Vara do Trabalho de Salvador	96,29%
	8.ª Vara do Trabalho de Salvador	95,16%
	38.ª Vara do Trabalho de Salvador	94,84%
	35.ª Vara do Trabalho de Salvador	94,80%
	Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim	93,87%
	Vara do Trabalho de Santo Amaro	92,04%
	2.ª Vara do Trabalho de Ilhéus	90,36%
	Vara do Trabalho de Jequié	89,65%
	10.ª Vara do Trabalho de Salvador	87,87%
	2.ª Vara do Trabalho de Itabuna	85,56%
	2.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas	85,55%
	37.ª Vara do Trabalho de Salvador	85,43%
	1.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas	84,83%
	18.ª Vara do Trabalho de Salvador	83,59%
	1.ª Vara do Trabalho de Itabuna	82,62%
	Vara do Trabalho de Brumado	82,40%
	5.ª Vara do Trabalho de Salvador	80,43%
	21.ª Vara do Trabalho de Salvador	79,01%
	25.ª Vara do Trabalho de Salvador	76,96%
	2.ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista	76,23%
	2.ª Vara do Trabalho de Camaçari	74,33%
	Vara do Trabalho de Santo Antonio de Jesus	73,46%
	Vara do Trabalho de Guanambi	70,29%
	Vara do Trabalho de Cruz das Almas	64,18%
	3.ª Vara do Trabalho de Camaçari	63,05%

2 METAS	Varas Trabalhistas	Pontuação
	1.ª Vara do Trabalho de Salvador	110,72%
	3.ª Vara do Trabalho de Itabuna	105,61%
	2.ª Vara do Trabalho de Salvador	104,58%
	Vara do Trabalho de Itaberaba	102,16%
	3.ª Vara do Trabalho de Ilhéus	98,58%
	7.ª Vara do Trabalho de Salvador	96,29%
	8.ª Vara do Trabalho de Salvador	95,16%
	38.ª Vara do Trabalho de Salvador	94,84%
	35.ª Vara do Trabalho de Salvador	94,80%
	Vara do Trabalho de Senhor do Bonfim	93,87%
	Vara do Trabalho de Santo Amaro	92,04%
	2.ª Vara do Trabalho de Ilhéus	90,36%
	Vara do Trabalho de Jequié	89,65%
	10.ª Vara do Trabalho de Salvador	87,87%
	2.ª Vara do Trabalho de Itabuna	85,56%
	2.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas	85,55%
	37.ª Vara do Trabalho de Salvador	85,43%
	1.ª Vara do Trabalho de Alagoinhas	84,83%
	18.ª Vara do Trabalho de Salvador	83,59%
	1.ª Vara do Trabalho de Itabuna	82,62%
	Vara do Trabalho de Brumado	82,40%
	5.ª Vara do Trabalho de Salvador	80,43%
	21.ª Vara do Trabalho de Salvador	79,01%
	25.ª Vara do Trabalho de Salvador	76,96%
	2.ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista	76,23%
	2.ª Vara do Trabalho de Camaçari	74,33%
	Vara do Trabalho de Santo Antonio de Jesus	73,46%
	Vara do Trabalho de Guanambi	70,29%
	Vara do Trabalho de Cruz das Almas	64,18%
	3.ª Vara do Trabalho de Camaçari	63,05%

1 META	Varas Trabalhistas	Pontuação
	32.ª Vara do Trabalho de Salvador	77,54%
	33.ª Vara do Trabalho de Salvador	76,77%
	1.ª Vara do Trabalho de Ilhéus	74,89%
	Vara do Trabalho de Conceição do Coité	72,51%
	26.ª Vara do Trabalho de Salvador	71,09%
	2.ª Vara do Trabalho de Candeias	69,59%
	36.ª Vara do Trabalho de Salvador	67,10%
	31.ª Vara do Trabalho de Salvador	65,78%

Em 2014, a Rede de Governança Colaborativa da Justiça do Trabalho estabeleceu os macrodesafios para 2015-2020. Desde a garantia dos direitos da cidadania, celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, combate à corrupção e improbidade administrativa e adoção de soluções alternativas de conflito, até a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas, melhoria da gestão de pessoas, aperfeiçoamento da gestão de custos, instituição da governança judiciária e melhoria da infraestrutura e governança de TIC fecham o leque de desafios.

O subcomitê dos tribunais de porte médio (TRT5-BA, 6-PE, 7-CE, 8-PA e AP, 9-PR, 10-DF e TO, 11-AM, 12-SC, 18-GO) é coordenado pelo TRT5, perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), integrando a Rede de Governança Colaborativa instituída pela Portaria CNJ nº 138/2013. O diretor da Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), Márcio Fernando

Perspectiva	Macrodesafio/Alinhamento	Objetivo Estratégico
Sociedade	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional	Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania
	Garantia dos direitos da cidadania	
Processos Internos	Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito	Ampliar as formas de conciliação e soluções alternativas de conflito
	Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Aumentar a eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
	Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais	Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais
	Fortalecer os processos de governança administrativa e combate à corrupção	Maximizar os resultados da governança administrativa e judiciária
	Gerir as demandas repetitivas e os grandes litigantes	Melhorar a comunicação interna e externa
Recursos	Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas Efetivar a gestão por competências
	Aperfeiçoar a gestão de custos	Gerir o orçamento de forma eficiente e eficaz
	Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC	Prover o Regional de infraestrutura física adequada; Maximizar os resultados da governança de TIC

Ribeiro, representa o TRT5 e também integra o Comitê Gestor Nacional.

Histórico – As etapas de construção do plano estratégico começaram em 2013 quando o CNJ

solicitou iniciativas de todos os tribunais para a identificação de macrodesafios para, inicialmente, 2015-2019 e depois para 2015-2020. Foram 569 dias de trabalho envolvendo todo o TRT5. Neste período foram



Equipe da SGE é chefiada por Márcio Fernando Ribeiro.

consolidadas as iniciativas de todo o Poder Judiciário, pelo CNJ, e do segmento da JT culminando na ReuneJT. Internamente foram coletadas as informações, iniciativas, proposições, além da

construção de pesquisa de clima organizacional e de público externo que foram todos consolidados no relatório de Insumos e distribuído para todos os magistrados e servidores da casa.

Nas reuniões nacionais foram envolvidos todos os atores do processo, tais como: Anamatra, Sindjufe e OAB. No TRT5 foram realizadas entrevistas com Amatra5, Sindjufe, MPT e Abat/OAB. Os desembargadores, juízes, servidores e unidades participaram diretamente da construção do nosso plano, respondendo a questionários e formulários, bem como na identificação de pontos fortes e fracos do Regional. Esse material foi compilado para uma Oficina de construção e validação da revisão do Plano Estratégico do TRT5, culminando na aprovação no Órgão Especial no dia 19/12/2014.



Portaria TRT5 1.904/2008 e NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego

SUGESTÃO:
ANÚNCIO INSTITUCIONAL
e é muito importante
para prevenir o
adoecimento





Foto: FreeImages.com

TRT5-Saúde comprova vantagens da autogestão

Menor custo e melhor atendimento para servidores e magistrados. Assim a presidente da Comissão de Autogestão do TRT5-Saúde, desembargadora Graça Boness, sintetiza as vantagens do novo plano. Foram 10 anos de planejamento até a implantação do TRT5-Saúde, no dia 1º de agosto deste ano, mas o pouco tempo de existência já mostrou que valeu a pena. Apenas dois meses depois (em 1º/10), o plano já contava com 4.319 beneficiados e, pelo menos, 3.660 atendimentos na capital e interior do estado, sendo 3.646 consultas e 14 internações.

O TRT5-Saúde foi criado para assegurar a prestação de assistência multiprofissional, hospitalar e ambulatorial, na capital e interior do estado, com cobertura nacional, para magistrados e servidores, ativos e inativos, e a seus dependentes e pensionistas, de acordo com o Ato TRT5 nº 48, de 4 de fevereiro de 2015. Com gerenciamento da Seção de Apoio a Planos de Saúde (SAPS), está integrado ao Programa de Qualidade de Vida do TRT5 e conta com um Conselho Deliberativo presidido pela vice-presidente, Nélia Neves, e representantes de várias unidades do TRT5.

A iniciativa tomou por base experiências positivas nos tribunais superiores, como STF, TST e Justiça Federal, além de outros regionais trabalhistas, como o



Plano foi lançado em 1º de agosto, com transição segura e sem choque



Equipe da SAPS oferece informação e apoio aos beneficiários do novo plano

Tribunal do Distrito Federal e do Pará. Mas a expertise do Tribunal Superior do Trabalho no TST-Saúde foi fundamental para o sucesso da estruturação na Bahia, como destacou a presidente da comissão executora que assumiu desde janeiro de 2014. Para Boness, o apoio do chefe da Divisão de Saúde do TST, Marcus Vinícius de Carvalho, foi merecedor de referência elogiosa.

Destaque também para a sólida contribuição do juiz José Arnaldo de Oliveira, que na fase inicial de implantação do TRT5 Saúde empenhou todo seu conhecimento no setor de autogestão, para conduzir o processo. Antes da magistratura, o juiz obteve comprovado sucesso à frente do plano de autogestão do Banco do Estado de Sergipe (Banesse), durante oito anos.

Economia – Confirmado o objetivo, o plano de autogestão TRT5-Saúde vai gerando uma economia consistente para os todos beneficiários - desembargadores, juízes e servidores (ativos e aposentados), além dos dependentes. Em um comparativo com planos privados, a redução pode chegar

a 40% em algumas faixas etárias, já que não prevê lucros, estimados em torno de 25% para as operadoras privadas. Sem contar que os custos operacionais com marketing e sistema de vendas também ficam descartados no caso.

Além da própria administração do plano, a proatividade também soma significativa contribuição para o sucesso da autogestão em saúde, fato já detectado no TRT5-Saúde. O usuário é dono do plano, logo mostra envolvimento com todo o processo assim como com a própria instituição.

Como aderir – As adesões ao plano continuam sendo realizadas pela intranet e extranet. Os beneficiários que pertenciam à Promédica foram automaticamente transferidos para o TRT5-Saúde. Havendo dificuldade, os interessados devem se dirigir à Seção de Atendimento aos Planos de Saúde (SAPS), no 5º andar de sede administrativa do TRT5, em Nazaré, onde funcionam as atividades operacionais do TRT5 Saúde – telefone (71) 3319-7112. Consulte o site exclusivamente dedicado ao TRT5 Saúde, no endereço: <http://saude.trt5.jus.br>

Transição segura

O chefe da SAPS, André Liberato, garante que a equipe se esforçou bastante e também conseguiu o credenciamento da antiga operadora de saúde do TRT5, a Promédica, para os beneficiários que já tinham cirurgia marcada e não contavam ainda com cobertura no TRT5-Saúde. “Teve inclusive uma beneficiária que tinha cirurgia marcada para o Hospital Santa Isabel que, embora não seja da nossa rede, realizou o procedimento sem problema algum, numa transição sem choque”.

Liberato explica que, para comodidade de todos os beneficiários que já vinham sendo atendidos pela rede da Promédica há mais de seis anos, o novo plano realizou credenciamento com todas as unidades da antiga rede. O TRT5-Saúde é a única operadora que é aceita nas unidades específicas da Promédica, como os prontos atendimentos da Garibaldi e Cidade Baixa, além dos consultórios no Edifício Mãe, em Ondina, Cardio Care e o próprio home care da Promédica. Além de todas as outras unidades, como fisioterapia: “Eles tiveram inclusive que preparar todo o sistema de informática para essa nova clientela do TRT5-Saúde”, atesta o chefe.

Por esses e outros cuidados, muitas pessoas que vinham sendo atendidas pelo plano da Promédica nem sequer perceberam a mudança. Continuaram com o atendimento ou tratamento sem alterações: “Esse esforço foi feito tendo em vista que, nas mudanças ocorridas no TRT para outros planos, uma das queixas mais recorrentes era a mudança de médico nome de um tratamento”, reforça Liberato. Dos 4.319 beneficiários hoje incluso no TRT5-Saúde, 2.496 eram oriundos da Promédica.

Amil e Saúde Caixa

A rede credenciada do TRT5 Saúde já obteve a adesão de grandes clínicas, hospitais e profissionais. Contudo, como recurso para otimizar o atendimento no interior do estado e em nível nacional, foi firmado um credenciamento com a Amil, que atende em todo o país, com o plano Blue 700, da Amil. O beneficiado tem a carteira do TRT5-Saúde e outra carteira da Amil. Nas circunstâncias em que a carteira do TRT5-Saúde não cobre, haverá a segurança de ser suprido pela rede da Amil nacional.

Ampliando ainda mais a rede de clínicas, hospitais e médicos que atendem aos usuários do plano de autogestão TRT5-Saúde, no primeiro dia de setembro o Tribunal assinou com a Caixa Econômica Federal um protocolo de intenções para mútua cooperação das entidades. Será celebrado um convênio visando ao compartilhamento da rede de credenciados do Saúde Caixa com os beneficiários do Programa TRT5-Saúde.

A assinatura do convênio entre as partes está prevista para ocorrer em junho de 2016. O termo de intenções foi assinado pelo presidente do TRT5, desembargador Valtécio de Oliveira, e pelo superintendente Regional da Caixa, Adelson Prata, diante dos magistrados Graça Boness, Nélia Neves e José Arnaldo de Oliveira, membros do Conselho Deliberativo do TRT5 Saúde.



Primeiro bebê nasceu no Aliança

Toda gestação traz ansiedade, principalmente quando o parto está perto. Mesmo as mulheres que já tiveram a experiência outras vezes têm sua dose de receio, já que cada gestação pode apresentar novidades e surpresas de última hora. Agora imagine se, faltando menos de 15 dias para o parto, a mamãe resolvesse trocar de plano de saúde? Sufoco total?

Pois imaginou errado quem não conhece a experiência de Camila Mota Malaquias de Almeida, 31 anos, a mamãe protagonista do primeiro parto realizado pelo plano TRT5-Saúde. Esposa do juiz Alexei Malaquias de Almeida, da 3.ª Vara de Camaçari, Camila já tinha dois meninos. Bruno, de dez anos, e Felipe, de dois anos. No dia 14 de agosto, ela deu à luz uma menininha linda, em parto cesáreo realizado no Hospital Aliança. Alice nasceu às 8h40min, com 3,265 kg e 49 centímetros, e pode ser considerada a mascote do TRT5-Saúde.

Camila conta que, de início, ficou apreensiva, pois a migração da Promédica para o TRT5-Saúde, no dia 1º de agosto, seria muito próxima do parto. Mas o que a tranquilizou foi o atendimento da equipe da Seção de Apoio a Planos de Saúde (SAPS): “Eles me atenderam tão bem, o André (André Liberato, chefe da seção)... todos da equipe; fui tão bem acolhida pelo grupo, bem informada”, revela a mamãe.

Como tinha feito opção pelo Hospital Aliança, Camila temeu que a mudança gerasse problema com a internação e precisasse trocar de lugar: “Mas eles correram com a autorização, deu tudo certo, e, até no dia do parto eles me acompanharam. Foi tudo exatamente como eu queria”, exalta a mãe de Alice, hoje um bebê gordinho e “bem mais calma do que os irmãos”. O pai, ninguém tem dúvida, “está babando” e contente com a tranquilidade com que tudo ocorreu.

Bem estar no TRT5

Qualidade de vida



humanizar a instituição, criando melhorias nas condições e nas relações de trabalho. Consequentemente, um aumento de produtividade para todos. “Mesmo antes da criação da seção específica dentro da Secretaria de Gestão de Pessoas, muita coisa já vinha sendo feita; mas nosso processo é ir ampliando a integração e o alinhamento entre as unidades e programas, seguindo as metas do planejamento estratégico”, sintetiza a chefe da nova seção, Daniela Mascarenhas.

Hoje são muitos os projetos, a maioria de responsabilidade compartilhada, voltados à prevenção de doenças crônicas e ocupacionais, assim como à promoção de saúde (vide quadro na página ao lado). “Um cenário em constante mutação”, como explica Mascarenhas. Para a chefe da Seção de Qualidade de Vida, é fundamental manter o foco no que é mais necessário, mais importante, para assegurar e aumentar a qualidade de vida de todos que convivem nas várias unidades do Tribunal.

Um dos objetivos a serem alcançados no atual estágio de desenvolvimento da humanidade, a qualidade de vida é um conjunto de parâmetros positivos utilizado para medir as condições de vida de um ser humano. Condições que contribuem para o bem físico e espiritual dos indivíduos em sociedade. Abrange os aspectos: físico, psicológico, religioso, nível de independência, relações sociais e de meio ambiente.

No âmbito do ambiente de trabalho, a qualidade de vida é avaliada em diversas abordagens.

Referida como QVT, a ‘qualidade de vida no trabalho’ pode ser entendida como uma gestão dinâmica e contingencial de fatores físicos, tecnológicos e sócio-psicológicos que afetam a cultura e renovam o clima organizacional, refletindo-se no bem estar do trabalhador e na produtividade das organizações (Eda Fernandes, no livro Qualidade de Vida no Trabalho: como medir para melhorar. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 1996).

No TRT5, mais especificamente na Seção de Qualidade de Vida, a proposta maior tem sido

Detalhes do Programa

I.1 – Programa de Prevenção de Doenças

I.1.1 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) – Coordenadoria de Saúde

- I.1.1.1 – Projeto de Gerenciamento de Estresse – Seção de Psicologia
 - I.1.1.1.a. Avaliação do Nível de Estresse
- I.1.1.2 – Avaliação Médico-Ocupacional Especial – Médicos do Trabalho
- I.1.1.3 – Avaliação do Risco Coronariano – Coordenadoria de Saúde

I.1.2 – Programa de Prevenção de Doenças Crônicas – Coordenadoria de Saúde

- I.1.2.1 – Recadastramento de Saúde – Coordenadoria de Saúde
- I.1.2.2 – Palestras Informativas – Coordenadoria de Saúde
- I.1.2.3 – Acompanhamento de Pacientes Crônicos – Coordenadoria de Saúde

I.1.3 – Programa de Prevenção de Doenças Ocupacionais

- I.1.3.1 – Programa de Acompanhamento da Reabilitação – Comissão de Reabilitação

- I.1.3.2 – Ginástica Laboral – Seção de Qualidade de Vida

- I.1.3.3 – Projeto de Pausa Laboral – Comitê de Saúde do Trabalhador (CSTrab)

- I.1.3.4 – Mobiliário Ergonômico – CSTrab, CESMT e Seção de Qualidade de Vida

I.1.4 – Programa de Prevenção de Saúde Bucal – Seção de Odontologia

- I.1.4.1 – Palestras nos setores sobre Doenças Periodontais

- I.1.4.2 – Levantamento sobre Percepção da Saúde Bucal

I.1.5 – Programa de Prevenção em Riscos Ambientais – Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

I.2 – Programa de Promoção de Saúde

I.2.1 – Projeto de Acompanhamento da Implantação do Processo Judicial Eletrônico

- I.2.1.1 – Análise Ergonômica do Trabalho – Comitê de Saúde do Trabalho (CSTrab)
- I.2.1.3 – Qualificação de servidores e magistrados – Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas
- I.2.1.4 – Suporte à Equipe – NUSOP

I.2.2 – Acessibilidade – Comissão de Acessibilidade

- I.2.2.1 – Equipe Multiprofissional de Acompanhamento de servidores com

- necessidades especiais – Comissão de Acessibilidade

- I.2.3 – TRT Cultural – Projetos Especiais

- I.2.4 – Clube do Livro – Projetos Especiais

- I.2.5 – Programa de Preparação para a Aposentadoria – Projetos Especiais

- I.2.6 – Coral – Projetos Especiais

- I.2.7 – Tempoparamim – Projetos Especiais
 - I.2.7.a. Meditação
 - I.2.7.b. Grupo de Auto Conhecimento

I.2.8 – Saúde para todos – Projetos Especiais

- I.2.8.a. Mexa-se
- I.2.8.b. Caminhada, corrida e pedalada
- I.2.8.c. Mutirão de saúde

I.2.9 – Programas de Valorização do Servidor – Projetos Especiais

- I.2.9.a. Excelência funcional
- I.2.9.b. Seu tempo vale bronze, prata, ouro e diamante
- I.2.9.c. Obrigado, Servidor!

I.2.10 – Curso de teatro – Projetos Especiais

I.2.11 – Comemoração e reflexão de datas festivas – Projetos Especiais

- I.2.11.a. Dia da Mulher
- I.2.11.b. Dias das Mães
- I.2.11.c. Dia do Servidor

I.2.12 – Junte o útil ao agradável – Projetos Especiais

Dia Mundial da Saúde

No ano de 2015, a Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE) aproveitou o Dia Mundial da Saúde (7 de abril) para organizar um mutirão de serviços para a prevenção de doenças e promoção da saúde. A ação foi realizada no Fórum do Comércio, das 9 às 17 horas, e atendeu pessoas do público interno e externo do Tribunal.

Foram realizados testes de glicemia para verificar se o índice de glicose no sangue estava dentro dos padrões, em torno de 179 mg/dL, sendo o normal inferior a 110 mg/dL. Aqueles que apresentaram alterações já saíram com a solicitação de exames

laboratoriais para acompanhamento. Também houve aferição da pressão arterial de servidores, magistrados, funcionários terceirizados, estagiários e público externo.

Ainda entre as atividades do dia, os participantes tiveram acesso a teste de acuidade visual e massagens terapêuticas. Empresas convidadas, como DayHorc, Hemoba e Vitalmed, distribuíram folders e kits explicativos, assim como a Secretaria Municipal de Saúde, que chegou a entregar em todas as varas do Fórum cerca de 1.440 camisinhas, além de material informativo sobre DST e AIDS,



sífilis, hepatites B e C. O mutirão de serviços também contou com a participação da Escola Pierre Fauchard, que aplicou atividades educativas para a promoção da saúde bucal.

Pesquisa de clima

No final de 2014, entre os dias 3 e 17 de novembro, a equipe da Secretaria de Gestão de Pessoas, por meio da Seção de Qualidade de Vida, realizou uma pesquisa de clima, utilizando o mesmo modelo desenvolvido para a pesquisa anterior (2012/2013), aprimorado com a troca de algumas questões. Participaram da pesquisa 253 servidores, sendo 81 do interior, 102 da capital área judiciária e 70 da capital área administrativa.

Os temas foram analisados por meio de três "gráficos radar": "geral", "administrativa" e "judiciária", permitindo uma visão geral comparativa, de cada tema, que traz a percepção dos lotados nas devidas áreas. Para os analistas, a divisão nas três categorias visa facilitar a identificação das percepções peculiares a cada realidade de trabalho, assim como a dos pontos fortes e fracos, para embasamento de ações a serem implementadas para cada categoria.

Quando analisados os gráficos "Radar Geral", "Radar Administrativa



Pontos fortes (entre 73% e 80% de satisfação)

Relação com a chefia	80
Trabalho em equipe	79
Identificação com a instituição	79
Autonomia no trabalho	78
Recursos disponibilizados pela instituição	78
Treinamento e qualificação disponibilizados	72



Pontos medianos (entre 60% e 70%)

Preparo pessoal	67
Planejamento do trabalho na instituição	66
Condições físicas e segurança	64



Pontos fracos (entre 43% e 53%)

Trabalho e o espaço total de vida	53
Preocupação da organização com satisfação e qualidade de vida dos servidores	52
Informática	50
Pressão no trabalho	50
Comunicação dentro da instituição	49
Crescimento, reconhecimento e valorização profissional dentro do tribunal	42

x Judiciária" e "Radar Judiciária Capital x Interior" (**vide gráficos**), foram encontradas três faixas principais de resultados no TRT5. São

itens que devem ser apreciados como sugestões para a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho dentro do TRT5.

Portal da Qualidade de Vida -

A pesquisa completa vai estar disponível no Portal da Qualidade de Vida, que deverá ser lançado ainda este ano. A análise dos resultados tomou por base os referenciais teóricos da pesquisa de 2012, apresentada para cada tema, comparando-se com o resultado encontrado na pesquisa de 2012. A comparação foi realizada especialmente



nas questões onde foi constatada uma diferença igual ou superior a sete pontos percentuais.

Segundo a análise, uma melhor compreensão dos resultados encontrados deve levar em conta o contexto organizacional de cada momento, que varia de um ano para o outro. Na última pesquisa, um diferencial significativo em relação à de 2012 logicamente é a implantação do PJe, concretizada em diversas unidades do interior do estado.

Pedômetro Projeto Mexa-se



Estimular a prática de atividades físicas através do uso do pedômetro. Esse é o objetivo do projeto Mexa-se, desenvolvido desde maio deste ano pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE) do TRT5, em conjunto com a Coordenadoria de Saúde. Os servidores e magistrados receberam um pedômetro, pequeno dispositivo portátil, eletrônico ou eletromecânico, geralmente utilizado no cinto, que conta os passos que uma pessoa dá através da detecção dos movimentos dos quadris.

O público alvo do projeto são aqueles servidores e magistrados que se consideram sedentários ou pouco ativos, em especial quando o quadro é agravado por fatores de risco como sobrepeso ou obesidade, hipertensão arterial, pré-diabetes ou diabetes, distúrbios de colesterol e/ou triglicérides. Desde o início de junho, após a medição do IMC - Índice de Massa Corporal (peso/altura²) e da pressão arterial, pela Coordenadoria de Saúde, os pedômetros vêm sendo entregues pela CPE, junto com a ficha de acompanhamento e instruções de uso.

A partir daí, o participante passa a fazer o registro da quantidade de passos por dia captados pelo aparelho. Ao final do período de 30 dias são feitas análises para definir a categoria do indivíduo quanto ao nível de atividade física e comparação entre início e fim do uso do pedômetro. A ideia visa reverter o quadro de sedentarismo, incentivando a prática de exercícios no dia a dia.

"E já está revertendo", festeja Vânia Fagundes, chefe da Coordenadoria de Projetos Especiais, que vem supervisionando o desenvolvimento do projeto. Segundo ela, logo após as primeiras devoluções dos aparelhos e nova avaliação dos participantes, as mudanças de comportamento mostraram-se claramente. "Gente que voltou a malhar, iniciou dieta com reeducação alimentar, começou a emagrecer e, melhor, gente que concluiu que precisa cuidar mais da saúde e está investindo nisso", completa.

Na primeira etapa do projeto Mexa-se, a CPE inscreveu 24 servidores, mas apenas 12 participaram efetivamente das atividades. "Mas

é certeza que, com a experiência positiva, tão elogiada pelos participantes, temos incentivo para que novas turmas sejam formadas em 2016", garante Fagundes.

MEXA-SE - A meta aplicada é de, pelo menos, 150 minutos de atividade física aeróbica de intensidade moderada durante a semana ou 75 minutos de atividade física aeróbica de intensidade vigorosa durante a semana ou ainda uma combinação equivalente de atividade moderada e de intensidade vigorosa. O cumprimento da proposta também pode acontecer com atividades em vários episódios curtos de pelo menos dez minutos de duração, desde que se atinja o tempo de 150 minutos ou mais por semana.

Categorias

De acordo com o número de passos/dia de um indivíduo, as pessoas podem ser classificadas em 5 categorias:

Sedentário	<5.000
Pouco ativo	5.000 a 7.499
Razoavelmente ativo	7.500 a 9.999
Ativo	10.000
Muito ativo	12.500



Corridas ecológicas



Presidente do TRT5 entregou medalha ao campeão José Francisco Barbosa Araújo

O sucesso das três primeiras edições da Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5 assegurou a continuidade do projeto promovido pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), em parceria com a Comissão de Trabalho Seguro do TRT5, com apoio da Amatra 5. O projeto busca aliar conscientização ecológica e qualidade de vida, além de estimular a prática de atividades físicas, sempre em ambiente saudável e próximo à natureza.

Este ano, a quarta edição do projeto trouxe também um alerta de conscientização da sociedade para importância da segurança do trabalho, em consonância com o plano de ação do Programa Trabalho Seguro. Parte das medidas e ações que devem contribuir para a redução do número de acidentes de trabalho e desenvolvimento de uma cultura de prevenção de acidentes no ambiente laboral.

O evento foi realizado no dia 18 de outubro, no Parque Metropolitano de Pituaçu, e teve a participação de cerca de 90 servidores do Tribunal. Considerado a maior área verde de uso público de Salvador, o parque abriga a Lagoa de Pituaçu, que se assemelha a um trevo com um espelho d'água de 200 mil m² e uma ciclovia de 18 quilômetros.

Superação – Vencedor desde a 2.ª edição do evento, o veterano em corridas e membro da Federação Baiana de Atletismo, José Francisco Barbosa Araújo, manteve a dianteira. Após a grave lesão que o afastou dos treinos por cinco meses, ele conseguiu superar os adversários com apenas um mês de preparação. Na premiação, o campeão fez questão de agradecer aos envolvidos na recuperação: Médicos como Jardel Caetano, do TRT5, colegas e atletas parceiros. “Disseram que

eu não iria voltar, que seria mais fácil “um boi voar” do que eu voltar a correr, e eu ganhei”, festejou José Francisco. Na categoria feminina, o primeiro lugar foi dividido entre Valdelice Brito e Fernanda Formighieri.

Trabalho seguro – O Programa Trabalho Seguro – Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho é uma iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em parceria com diversas instituições públicas e privadas, visando à formulação e execução de projetos e ações nacionais voltados à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho.

O Brasil é o 4º país do mundo em número de acidentes de trabalho. Desde 2011, a Justiça do Trabalho vem assumindo uma



Na categoria feminina, primeiro lugar foi dividido entre Valdelice Brito e Fernanda Formighieri

atuação proativa, promovendo iniciativas para a prevenção de acidentes e de adoecimento no trabalho. Em 2012, foi instituído o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, que visa difundir a cultura da prevenção, conscientizando trabalhadores e empresários sobre a importância e a gravidade do tema.

Edição 2014 – Em outubro de 2014, a terceira edição da Caminhada e Corrida Ecológica do TRT5 teve participação de mais de 100 servidores e magistrados de Salvador. O evento foi realizado no 19.º Batalhão de Caçadores do Exército (19.º BC), no bairro Cabula, coordenado pela chefe da CPE, Vânia Fagundes, e teve como vencedores da prova masculina e feminina José Francisco Barbosa e Cláudia Sampaio, com os tempos de 18:38” e 19:08”, respectivamente.

Pela primeira vez, a Corrida ocorreu simultaneamente também no Extremo Sul, no município de Porto Seguro, com grande

sucesso. Além do patrocínio da Caixa, contou também com o apoio da Prefeitura, do Porto Seguro Praia Resort, da Transportadora Brasileiro, dos Supermercados Rondelli e do 8º Batalhão da PM, que deu cobertura durante todo o trajeto.

Foram vencedores Josué Calebe, filho do servidor da Vara Josué Oliveira Sena, nas categorias Geral e Juvenil; a juíza Andréa Schwarz, na categoria Bicicleta; Pablo Deiró, marido da servidora Bethânia Deiró, na categoria *Adulto Masculino*; a advogada Aretusa Formosa, na categoria *Adulto Feminino*; e Pablo Deiró, filho de Bethânia, na categoria *Mirim*. O empresário Jairo Eliziário, um dos patrocinadores do evento, e o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, venceram nas categorias *Seniores*. Calebe recebeu troféu pela sua vitória e todos os outros foram homenageados com medalhas. A premiação foi obtida junto ao secretário de Esportes de Porto Seguro, Enildo Rodrigues da Gama.

Campanhas de vacinação

A Coordenadoria de Saúde do TRT5 mantém campanhas constantes de vacinação para os magistrados, servidores e estagiários. Em 2014, só na capital, foram aplicadas mil doses de vacina contra gripe. Este ano, até o início de outubro, 965 doses foram aplicadas na capital e no interior do estado. E a vacinação ainda vem sendo mantida, com previsão de aplicar mais 176 doses na região metropolitana e interior. Em algumas localidades, a campanha de vacinação também incluiu tétano DT, tríplice viral, influenza, febre amarela e hepatite B.

Saúde bucal

A Seção de Odontologia do TRT5 vem coordenando o Programa de Promoção de Saúde Bucal, em um trabalho pioneiro que visa estimular a educação para a adequada higiene oral e prevenção da doença gengival inflamatória.

Parte do Programa Qualidade de Vida, a ação é realizada pelos dentistas do Tribunal, que visitam as unidades da capital e interior do estado, orientando sobre práticas saudáveis em palestras e distribuindo kits individuais com escova e fio dental.

Com 100% de aceitação pelos servidores, segundo pesquisa realizada, o programa capitaneado por Cristiane de Souza Valadares já promoveu intervenções ambientais nos sanitários do Tribunal, que atualmente dispõem de fio dental e enxaguatório bucal.



Acessibilidade teve destaque

Respeito e convivência. Sob a luz deste prisma, o tema da acessibilidade sempre teve pleno destaque na gestão de Valtércio de Oliveira. Durante o período em que presidiu a Casa, dois seminários foram dedicados ao assunto. O entendimento geral em ambos os eventos foi o de que é preciso conscientizar os magistrados, servidores, advogados, estudantes e jurisdicionados, cada vez mais, sobre a capacidade que as pessoas com deficiência têm para superar as dificuldades, produzindo, cumprindo metas, atendendo advogados e partes.

O balanço foi considerado positivo pelo presidente do TRT5 Valtércio de Oliveira. “Em ambos seminários procuramos focar ações de conscientização destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e atitudes que possam atentar contra o direito das pessoas”. Ainda segundo ele, as relações no regional também neste sentido melhoraram “pois possibilitou uma consciência maior sobre as dificuldades enfrentadas no dia a dia da pessoa com deficiência”, explicou.

Intitulado, em sua primeira edição, *Acessibilidade: Novas tendências e desafios no 3º milênio*, o evento aconteceu em 3 de dezembro de 2013. De forma geral, as palestras apresentaram ao público formas de como lidar com uma pessoa com deficiência, seja ela



Seminários abordaram aspectos da acessibilidade. À esquerda, a dupla Diego e Angela, usuários do PJe, após capacitação.

auditiva, física, mental ou visual. Os seminários foram organizados pela Comissão de Acessibilidade do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e aconteceram sempre no Auditório do Tribunal Pleno.

O 2.º encontro, cujo tema foi *Acessibilidade Efetiva: Uma*

Justiça sem Barreiras, também aconteceu em 3 de dezembro de 2014, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. O encerramento deste evento foi mediado pela desembargadora do TRT5 Maria Adna Aguiar e ficou a cargo do primeiro juiz cego do Brasil, o

desembargador do TRT do Paraná, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, presidente da Comissão de Acessibilidade daquele tribunal.

O magistrado Tadeu Fonseca destacou que a Convenção Internacional da ONU que trata dos direitos das pessoas com deficiência, ratificada pelo Brasil em 2009, tem valor de lei. O encontro foi adaptado para atender pessoas com qualquer tipo de deficiência. Para tanto, contou com a participação de professor de Libras (Língua Brasileira dos Sinais), legendas no vídeo exibido e audiodescrição para cegos.

Exercício mostrou dificuldades enfrentadas pelos deficientes

Para melhor entender o drama vivido pelos deficientes visuais, os servidores da Justiça do Trabalho que atuam no Fórum do Comércio vivenciaram, em 28/11/13, um processo de readaptação ao seu ambiente de trabalho, utilizando, por alguns minutos, venda nos olhos e uma bengala, ou uma cadeira de rodas.

O propósito da atividade realizada pelo Comitê de Acessibilidade do TRT5 foi fazê-los reconhecer as dificuldades enfrentadas



Servidores vivenciaram o drama das pessoas com deficiência (PcD) em exercício

por pessoas com deficiências. O exercício, chamado de "vivência de imersão", se inseriu nos preparativos para o Seminário

Acessibilidade: Novas tendências e desafios no 3º milênio, realizado no auditório do Tribunal Pleno, em Nazaré em 3/11/2013.

TRT5 reforçou campanha para deficientes auditivos

A parceria entre TRT5 e a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos do Estado da Bahia (Apada-Bahia) continuou colhendo bons frutos no biênio 2013/2015. Os deficientes auditivos receberam doativos recolhidos na campanha *Seja um Amigo Presente*, no dia 5 de dezembro/2013, no Fórum do Comércio. A entrega ocorreu

durante a apresentação do grupo de percussão *Batuque de Surdo*, da Apada, no térreo do edifício.

A campanha teve por objetivo presentear crianças de três a 12 anos de idade atendidas pela Associação até o próximo dia 18. Nesta ocasião, foi fundamental o apoio da Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância e do Setor de Digitalização para o sucesso da iniciativa.

A parceria do TRT da Bahia com a Apada foi formalizada em agosto de 2012, através de um convênio que possibilitou a contratação, inicialmente, de 25 profissionais com deficiência auditiva. Eles prestam serviços ao Setor de Digitalização, vinculado à Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância. O trabalho tem registrado alto índice de produtividade e o TRT baiano tem servido de modelo para outros órgãos como UFBA e Procuradoria do Governo do Estado (PGE).

PJe-JT: inclusão garantida

Nada melhor do que poder desempenhar, sem restrições, as mesmas funções que os seus colegas de trabalho na operação do novo sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Este é o sentimento que melhor expressa o estado de espírito da servidora do TRT5 Ângela Lima Ribeiro (foto página 58). Lotada na Secretaria de Coordenação Judiciária de 2ª Instância. "Com este novo programa o que está na tela é lido pra mim, através do meu teclado e eu posso, agora, realizar as mesmas tarefas que os videntes", comemorou ela.

Além dela, o servidor Diego Pugliesi Eça dos Santos, lotado no Núcleo de Suporte ao PJe (Nusop), participou, no último dia 25 de junho do curso Acessibilidade

no PJe-JT, acontecido na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. O objetivo principal foi capacitar servidores com deficiência visual na nova versão do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT).

Promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da Coordenação Nacional do PJe-JT, o curso capacita duplas formadas por servidores deficientes visuais, como Ângela, e videntes, como Diego, de 10 Tribunais Regionais do Trabalho. O conteúdo foi ministrado pelo servidor do TST Rafael Pereira de Carvalho, que atua junto à Coordenação.

Acesso total – A partir da versão 1.5.1 o sistema trouxe aos usuários melhorias

que, em conjunto com um software leitor de telas, permitem às pessoas com deficiência visual realizarem diversas tarefas relacionadas às suas atividades laborais. 'Após o treinamento, os servidores com deficiência visual poderão, por exemplo, realizar todas as ações no PJe-JT usando somente o teclado do computador', disse, na ocasião, a Coordenadora Nacional do PJe-JT, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann.

A capacitação é resultado do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão Permanente de Acessibilidade do PJe-JT, cujo objetivo é facilitar o acesso de pessoas com deficiência ao sistema, além de sugerir adaptações, promover testes de acesso e revisão das ferramentas e funcionalidades.

Ação Global

Promover a justiça social é uma das missões do TRT5, fato que motivou a atuação da instituição com um posto de atendimento de cidadãos no evento Ação Global, realizado no dia 30 de maio último. Na ocasião, mais de 800 pessoas foram atendidas no estande montado na sede do Sesi/Senai, no bairro de Piatã.

A iniciativa contou com a participação do presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, assim como da desembargadora Vânia Chaves, gestora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do TST. Também da presidente da Amatra5, juíza Rosemeire Fernandes, e das juízas Carla Cunha e Manuela Hermes, além do secretário-geral, Manoel Neto, e da assessora Luciana Pinto Aguiar.

"Estamos trazendo nossa atuação no combate ao trabalho escravo e infantil e estímulo ao trabalho

seguro, pois desenvolver ações conjuntas é responsabilidade de todos", avaliou o presidente do TRT5.

Juízes, servidores da Coordenação Judiciária de 1ª Instância (CJ1) e da Ouvidoria, além de advogados e voluntários, revezaram-se no atendimento aos cidadãos. Receberam casos que inclusive já se tornaram ações hoje em andamento na Justiça do Trabalho, além de questionamentos sobre demissões indevidas e sobre como proceder após o adoecimento.

A 22ª edição do Projeto Ação Global atendeu 23 mil pessoas em 28 cidades brasileiras, das 8h às 16 horas. Foram oferecidos mais de 40 serviços gratuitos, como assistência médica, auxílio jurídico e emissão de documentos.



Equipe do TRT5 ofereceu informação para mais de 800 pessoas

A organização registrou 7.772 pessoas participantes. Entre os serviços, 2.680 na área de cidadania, 2.339 de lazer, 6.731 na área de educação e 10.602 em saúde. Mais de 900 pessoas cortaram o cabelo. A iniciativa contou também com a participação de 600 voluntários e mais de 40 parceiros.

O trabalho do TRT5 no projeto foi organizado em parceria por Vânia Fagundes, da Coordenação de Projetos Especiais, Ismar Tourinho, da Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª instância, Cristiane Dantas Ramos, da Ouvidoria, Léa Coury, da Secom, e pela Amatra5.

Economia de papel e reciclagem

Em tempos de economia em crise, deixar de gastar quase R\$ 343 mil ao ano, só em consumo de papel A4, é vitória a ser festejada. Não bastassem todos os avanços processuais proporcionados pela implantação do PJe, eSamp e Proad, some-se a isso o fato de o TRT5 conseguir economizar 22.828 resmas de papel somente em 2015. Basta multiplicar pelo preço cobrado por uma resma (15 reais em média) e comprovar a boa administração dos recursos tecnológicos.

A simulação do consumo de papel foi construída pela Secretaria de Gestão Estratégica, prevendo 44% de redução em um gasto que seria estimado em 52.829 resmas, antes da implantação dos sistemas de processos digitais. Efetivamente, o consumo hoje é de apenas 30.001 resmas. “Uma economia sensível”, como pontuou o diretor de Gestão Estratégica, Márcio Ribeiro.

Outra conta boa de fazer para ilustrar o impacto ambiental: as 22.828 resmas de papel não consumidas equivalem a mais de 11,4 milhões de folhas, o equivalente a mais de 57 toneladas de peso. Como uma árvore é capaz de produzir cerca de 20 resmas de papel, o TRT5 contribuiu para poupar mais de 1.141 árvores da destruição. Sem contar a economia também de 5,5 milhões de litros de água e de 275 mil kWh de energia.

Papel doado – Em outro flanco na “luta” para redução do corte de árvores destinado à produção de papel, o TRT5 faz doações corriqueiras a uma cooperativa que o destina à reciclagem, a Coopcicla – Cooperativa de Agentes Autônomos



de Reciclagem, Responsabilidade Ltda. Durante o biênio 2013/2015, o TRT5 coletou e doou a essa instituição um total de 54,9 toneladas de folhas usadas e processos eliminados dos arquivos.

Primeira cooperativa de catadores de Salvador, a Coopcicla foi criada em 1995 pela Limpurb, garantindo renda para 40 famílias. Eles foram cadastrados, treinados e capacitados, conforme metodologia do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre). Os equipamentos e galpão da cooperativa foram viabilizados por financiamento do Banco Mundial.

Lixeiras seletivas – Para incrementar ainda mais a coleta interna de materiais recicláveis, em 2014 o TRT5 adquiriu 39 lixeiras seletivas com quatro recipientes, destinados a plásticos, papéis, metais e lixo orgânico. Dezesesseis desses conjuntos foram destinados ao Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira, 14 para o Fórum Ministro Coqueiro Costa e nove instalados na sede administrativa da capital.

Gestão socioambiental

Os atos 372 e 373, de julho de 2015, conferiram à Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE) a competência de Unidade de Gestão Socioambiental. Cabe à CPE elaborar, anualmente, o Programa de Gestão Socioambiental do TRT5, visando promover a conscientização de servidores, magistrados, partes e advogados sobre as questões socioambientais e de qualidade de vida no ambiente de trabalho, dentre outras atribuições. “Tudo isso reforça e dá robustez ao trabalho que esta coordenadoria já vinha desenvolvendo ao longo dos anos”, atesta a chefe de Núcleo da CPE, Vânia Ribeiro.

Vânia conta que, nos dias 9 e 10 de setembro, participou, junto com Erman Dias, servidor da Secretaria de Planejamento Estratégico, da capacitação do Plano de Logística Sustentável (PLS). O evento foi realizado no TRT de Pernambuco, no Recife, com outros servidores de 21 tribunais, sendo 20 da região Nordeste e um da região Norte. Segundo a chefe da CPE, o PLS é um instrumento de planejamento estratégico, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade para uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, partindo de uma visão sistêmica da instituição.

Setor de Análise Documental



Trabalho do SAD mereceu referência elogiosa da Presidência do TRT5 pela “limpa” nas prateleiras

Mais de 175,5 mil processos foram eliminados por conta da ação da força tarefa do Setor de Análise Documental (SAD), que reordenou os arquivos de 14 municípios baianos. A equipe coordenada pela servidora Renata Veiga conduziu verdadeiros mutirões em Teixeira de Freitas, Eunápolis, Coité, Camaçari, Itapetinga, Ilhéus, Guanambi, Brumado, Itamaraju, Ipiauí, Porto Seguro, Barreiras, Paulo Afonso, Jequié e Santo Amaro (vide quadro).

Designado pela Presidência do TRT5, o trabalho propiciou uma limpa nas prateleiras das unidades, retirando processos já em degradação por conta do tempo de armazenamento. Além da melhor adequação do espaço das varas, a ação elimina o risco

gerado pelo acúmulo de fungos e bactérias, que poderiam trazer risco à saúde dos magistrados e servidores. Todos os procedimentos são realizados com equipamentos de proteção como máscaras, luvas, aventais e toucas, por equipes que incluíram, além do SAD, servidores das respectivas unidades.



Município – número de processos eliminados

Teixeira.....	25.739	Itamaraju.....	7.080
Eunápolis.....	34.450	Ipiauí.....	4.803
Coité.....	8.524	Porto Seguro.....	4.950
Camaçari.....	12.085	Barreiras.....	1.145
Itapetinga.....	7.549	Paulo Afonso.....	2.000
Ilhéus.....	39.264	Jequié.....	16.000
Guanambi.....	2.941	Santo Amaro.....	4.500
Brumado.....	4.491		

Camelot encerra o ano com campeã baiana de judô

Quatro atletas estão concorrendo ao título de melhor do ano pela Federação Baiana de Judô

No início ela era só um pingo de gente de dois anos quando entrou na Associação Camelot pra iniciar suas aulas de judô. Raíssa Ventura vinha de mãos dadas com o pai e a irmã, a também judoca Giovana Ventura, pelas ruas do Alto da Santa Cruz em direção à sede da Associação Camelot, no nº 42 da Rua Ari Pedreira de Oliveira, em Amaralina. Nem sabia direito amarrar o quimono mas, logo de início, mostrou-se dedicada.

Nove anos depois, em 2015 o esforço da jovem foi compensado. Raíssa sagrou-se campeã baiana de judô na categoria sub-13. Foram três lutas acontecidas no Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas no 2.º semestre. Ganhou duas e perdeu uma. "Fiquei muito feliz, gosto muito de judô. Meu pai que me trouxe, aí ele saiu e eu fiquei", narra a jovem, acrescentando: "quando crescer quero ser veterinária e judoca, claro".

Parceria – Em tempos de balanço esportivo, a Associação Camelot encerra o ano com quatro judocas concorrendo ao prêmio de melhor do ano pela Federação Baiana de Judô. São eles: Raíssa Ventura (categoria leve), Giovana Ventura (meio-pesado), Rafael Messias (sub 15 leve) e Ian Guimarães (sub 15 meio-leve). O resultado será divulgado na primeira quinzena de dezembro.

Registrada pelo TRT5 como entidade que apoia o programa



A atleta da Camelot Raíssa Ventura brilha como campeã de judô

de Combate ao Trabalho Infantil e contando com o apoio financeiro de alguns servidores, a entidade atende atualmente a 110 jovens matriculados. Além do judô, há também aulas de karatê e ginástica olímpica de segunda a sexta. A maioria dos alunos é do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz, mas a fama da entidade chega também a outros bairros através da propaganda do boca a boca.

"Agradeço principalmente aos servidores e magistrados

do TRT5 que nos apoiaram e nos mantiveram vivos nestes 14 anos", agradece o professor de judô José Carlos Lêdo de Oliveira, o sensei Lêdo, feliz com o resultado da parceria. O sensei conta, emocionado, que desde que abriu a associação, ainda observa o mesmo fenômeno: mães e pais que levam ali os seus filhos e filhas para ter aulas e comentam sempre "aqui ele (a) está salvo".

Campeão – Além dos atletas infanto-juvenis que concorrem ao prêmio de melhores do ano, a Associação Camelot já revelou o campeão sul-americano e pan-americano de judô Luiz Henrique das Virgens, 20 anos, medalha de ouro nos campeonatos sul-americano e pan-americano de judô, realizados em 2013 na Argentina. O atleta é hoje um dos cinco melhores do Brasil na categoria sub médio 21 (até 90 kg) de acordo com o ranking da Confederação Brasileira de Judô (CBJ).

Vice-presidente da Associação Camelot, a servidora aposentada do TRT5 Rita Vidal lembra que "precisamos do apoio formal do TRT5 para que possamos apoiar uma nova campanha para conseguirmos novos padrinhos e madrinhas para estes jovens esportistas promissores", destaca ela. Para contato: ligue (71) 3347-9852 ou veja o site <http://associacaocamelot.blogspot.com.br>

Campanhas

TRT5 arrecadou fraldas para asilos em Ilhéus e Salvador

O Tribunal Regional do Trabalho da Bahia, pensando em ajudar os idosos que vivem em abrigos, durante o mês de dezembro de 2014 realizou a campanha Natal Fraterno do Bom Velhinho para arrecadar fraldas geriátricas e produtos de higiene pessoal. As Varas de Salvador e Ilhéus se destacaram nas arrecadações. Juntassomaram 98 donativos, incluindo fraldas e produtos de higiene pessoal.

Em Salvador, postos de coletas foram montados em Nazaré e no Comércio para receber os donativos, que foram destinados ao abrigo D. Pedro II. Já em Ilhéus, as doações foram feitas na Vara do Trabalho do município e foram entregues no abrigo São Vicente de Paula. "No momento da entrega o abrigo só dispunha de dez pacotes em estoque, o que foi amplamente comemorado pelas irmãs e internos", afirmou Estevão Araújo, chefe do Núcleo de Apoio de Ilhéus.



O abrigo D. Pedro II, localizado no bairro da Boa Viagem, em Salvador, está instalado em um antigo solar, onde está a Capela Santa Izabel. O abrigo de São Vicente de Paula está instalado no Bairro da Conquista, em Ilhéus. Ele funciona com recursos federais, municipais, parte da aposentadoria dos idosos, doações da comunidade, aluguel e contribuições dos sócios, abrigando cerca de 100 idosos.

Mobilização para ajudar desabrigados das chuvas

Uma quantidade superior a uma tonelada de alimentos, produtos de limpeza e água mineral foi doada por magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para os desabrigados da chuva em Salvador. O presidente do TRT5, desembargador Valtério de Oliveira, foi pessoalmente entregar os donativos à diretora

das Voluntárias Sociais.

O movimento de solidariedade no TRT5 alcançou uma arrecadação total de R\$ 6.252,00 para a compra dos produtos. A arrecadação foi realizada pela Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE), em Nazaré, e no Fórum do Comércio contou com o apoio do servidor Orocil Pedreira (Nusop) e da equipe



240 kg de alimentos para crianças com câncer

A Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE) do TRT5 arrecadou 240 quilos de alimentos, doados pelos magistrados e servidores que participaram da 3.ª Caminhada e Corrida Ecológica do Tribunal. Todos os alimentos foram doados no dia 21/10/14 ao Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil (Nacci). Cada participante contribuiu com dois quilos de alimento.

O Nacci, instituição sem fins lucrativos, foi fundado em 27 de outubro de 1994, com o objetivo de prestar serviço de apoio ao tratamento do câncer em crianças. O Núcleo abriga, protege e contribui para o aumento das expectativas de vida das crianças baianas portadoras de câncer, oriundas de famílias com poucos recursos, na capital e no interior do estado.

da 11.ª Vara do Trabalho de Salvador. "Ficamos emocionados com a boa vontade de todos aqueles que contribuíram", disse Vania Fagundes, diretora-adjunta da CPE.

De acordo com dados da Defesa Civil, há mais de 20 anos que não chovia tanto em Salvador como choveu no início deste ano. Foram registradas mais de 20 mortes e cerca de mil famílias ficaram desabrigadas por conta de deslizamentos em diferentes pontos da cidade.

Artes tiveram apoio como ferramenta de integração

Teatro, coral e cinema. Foi este o tripé da cultura que a Secretaria de Projetos Especiais pôs em prática como forma de integração dos servidores e magistrados durante o biênio 2013/2015. “Foi uma gestão que, dentre outras ações, aprovou o projeto do curso de teatro, e incentivou o coral, permitindo trabalhar a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida de magistrados e servidores, que é uma das metas prioritárias do Planejamento Estratégico”, explicou a chefe do Núcleo do Coordenadoria de Projetos Especiais, Vânia Fagundes.

Coral

No ano passado, de 31 de julho a 2 de agosto, o Coral do TRT5 participou da sexta edição do evento Vozes da Chapada, em Mucugê, apresentando-se para cerca de mil pessoas. O time musical do TRT5 contou com a participação de 26 coralistas (15 servidores da ativa, sete aposentados e quatro convidados), regidos pelo maestro Ângelo Rafael da Fonseca. Ao todo, o evento reuniu 13 corais de todo o Brasil.

Inspirados pelo sucesso externo, a coordenadoria de Projetos Especiais organizou o 1.º Encontro de Corais do TRT5, que aconteceu no auditório do Pleno no dia 18 de dezembro do ano passado, com a participação de sete corais, incluindo o deste Regional. Na



Coral tem 26 participantes, entre servidores, aposentados e convidados

oportunidade foram executadas músicas clássicas, pop, internacional, brasileira e até mesmo em latim. Entre os participantes, além do coral do TRT5, sob a regência

de Neemias Couto, estavam os grupos da Previs; o Grupo Vocal Pentágono, da Faculdade de Direito; o Phoenix, o Doce Vida e o Coral Módulo Vocal.



Peça 'As Mulheres do Carvalho' foi encenada durante a Semana da Mulher

Teatro

Um dos destaques teatrais do biênio ficou por conta da peça *As Mulheres do Carvalho*, gestada pelo Grupo de Teatro do TRT5, com direção de Newton Olivieri. O esquete teatral foi encenado dentro da programação especial da Semana da Mulher denominada, *Território Feminino* e contou com a participação de 14 servidores, que brilharam em uma adaptação de cinco textos diferentes, que gira em torno do sedutor doutor Carvalho e sua clientela.

Na oportunidade houve também uma apresentação do grupo de música instrumental *Entre Amigos*, composto por Helena Rodrigues (flauta), Ademir Santos (violão), Vera Pamponet (pandeiro) e pela servidora Carolina de Carvalho (flauta), da 31ª Vara do Trabalho. O evento aconteceu no auditório da Escola Judicial (sede administrativa) que ficou lotado de magistrados, servidores e familiares. A sessão de cinema no pleno também foi implantado, após a instalação de um telão, e inaugurado quando das comemorações do Dia do Servidor.

Em outubro de 2015, o Grupo de Teatro do TRT5 também brilhou apresentando no Centro de Convivência do Edifício Médici, em Nazaré, oito esquetes no estilo flash mob, ou seja, sem anúncio prévio, surpreendendo os servidores que lá estavam.

O texto foi adaptado pelo diretor Newton Olivieri a partir do livro de João Jorge Amado "Pequeno Anedotário do TRT da 5ª Região", e contou com sugestões das integrantes do grupo. O cenário das ações era uma sala de audiência, a Coordenadoria de Pagamento e o balcão de uma Vara.



Grupos musicais foram parceiros

Em 11 ocasiões o TRT5 contou com o brilhantismo de variado leque de atrações

A formação musical da população mais carente do país costuma ter poucos aliados: filarmônicas, fanfarras escolares, orquestras, cameratas e corais mantidos por organizações não-governamentais. Atento ao caráter pedagógico que estas instituições representam, o presidente Valtércio de Oliveira convidou dez delas para abrilhantar a maratona de inaugurações do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) entre os anos de 2014 e 2015.

Filarmônicas

Alagoinhas

O primeiro grupo foi composto pelas filarmônicas, destacando-se a Filarmônica Euterpe de Alagoinhas, a mais antiga de todas as convidadas. Fundada em 8 de dezembro de 1893, apresentou-se no dia 5/4/14, enquanto era descerrada a placa comemorativa da implantação do PJe-JT da sua cidade natal. A Euterpe, como é carinhosamente conhecida, executou o Hino de Alagoinhas, dentre outras peças cívicas.



Bom Jesus da Lapa

Conhecida com a meca sertaneja, o município sedia a Filarmônica Euterpe Lapense, fundada em 1918. É uma tradição na cidade a Missa do Bom Jesus, no dia 6 de agosto, acompanhada pela banda. Nesta ocasião, devidamente uniformizados, os músicos desfilam com seus instrumentos. No dia 6 de março deste ano, o PJe foi instalado no município com direito a um pequeno show dos músicos no hall do Fórum Desembargador Rodrigues Pinto.

Irecê

Já no município de Irecê, a Filarmônica 23 de agosto, originária do antigo Projeto Quixabeira, foi a caçula dentre as que se apresentaram em parceria com o TRTS durante implantação do PJe em

16 de abril de 2015 no Fórum Aloy- sio de Carvalho Filho. Fundada em 23 de agosto de 1999, encontra-se sob direção do presidente Ednaldo dos Anjos dos maestros Vasconcelo Ventura e Adilson dos Anjos. A instituição surgiu a partir da mobilização de alguns cidadãos ireceenses

que sentiram a necessidade em estar promovendo a preservação de valores e talentos da cultura local. Atende a mais de 70 integrantes. Dentre esses 20 alunos que já são músicos e tocam em outras bandas. Os integrantes têm uma faixa etária que vai de 8 a 55 anos.



Jacobina

A Filarmônica Juvenil Rio do Ouro foi fundada e instalada no dia 13 de janeiro de 1997, por iniciativa do musicista autodidata Amado Honorato de Oliveira (*in memoriam*). Em 17 de abril de 2015 se apresentou em Jacobina, na sede da

Vara no Fórum Desembargador Washington Trindade. Responsável pelo resgate de músicas de veteranos maestros da cidade, a Filarmônica Juvenil Rio do Ouro pertence a uma associação beneficente de mesmo nome. Sob os seus acordes foi descerrada a placa comemorativa da implantação do Pje-JT.

Brumado

Em Brumado, em 19 de maio de 2015, o hasteamento das bandeiras na inauguração do Fórum e do PJe se deu ao som da Lira Cecília-na Brumadense. Fundada em 16 de novembro de 1961, a instituição é de suma importância para a cidade, se apresentando nos festejos religiosos, apresentações cívicas, políticas e culturais, nos bailes de Carnaval, ganhando festivais e prêmios pela participação digna. É composta por cerca de 100 integrantes.



Cidadania musical

A Orquestra Canto das Artes, de Itapetinga, e o Projeto Baianarte, de Porto Seguro, deram um tom diferenciado – ou menos solene, do ponto de vista dos repertórios – às cerimônias do PJe em suas cidades. Ambas promovem também atividades de musicalização para crianças a partir de sete anos de idade.

Itapetinga

A Orquestra Canto das Artes integra a Fundação Movimento de Corais Canto das Artes de Itapetinga (F.M.C.C.A), com 41 anos de fundação. Sua apresentação foi a mais eclética dentre todas as implantações do PJe, pois mesclou um repertório com peças clássicas e populares emocionando os presentes durante a inauguração do Fórum José Joaquim de Almeida Netto, em Itapetinga.



Porto Seguro

O Projeto Baianarte, Dança e Cidadania é parceiro antigo do TRTS. Já no encerramento do Programa de Capacitação no Tribunal Regional Trabalho, em Porto Seguro, aconteceu em agosto de 2014, a convite da juíza Doutora Andréa

Schwarz, o grupo realizou um espetáculo que emocionou a todos os presentes. No dia 31 de julho de 2015, a cerimônia de instalação do PJe foi a que teve um caráter mais diferenciado, onde as vozes suplantaram os instrumentos e houve apresentação de grupo de dança. Em seguida, houve a execução do

Hino Nacional pela orquestra de Câmara Musicart, formada por 15 jovens da rede pública de ensino, sob a regência do maestro Leandro Rodrigues. O projeto é voltado, principalmente, para atender garotos e garotas do bairro Frei Calixto, Baianão e Mirante, na área mais carente da cidade.



Fanfarra e banda marcial

As fanfarras ou bandas marciais diferem das filarmônicas pois se utilizam da arte cênica para implementar movimentos e beleza ao espetáculo apresentado, podendo vir a utilizar espadas, lanças, bandeiras e mastros. Utilizam também instrumentos de sopro menos requintados. O TRT5 contou com duas delas em suas ações no interior: a Fanfarra Municipal de Ipiaú e a Banda Marcial da Escola Edgar Santos, de Itamaraju.

Itamaraju

A solenidade de instalação do PJe em sua cidade de origem, em 17 de maio de 2015, contou com uma das principais instituições fomentadoras de educação musical do

Extremo Sul: a Banda Marcial da Escola Reitor Edgar Santos. Grupo com mais de 20 anos de existência, regido pelo maestro Beléu Machado, durante a cerimônia executou o Hino de Itamaraju e sucessos populares da música axé, sertanejo

e outros estilos. A Banda Marcial, em parceria com Pastoral da Sobriedade, Pastoral dos Jovens, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Cultura, costuma participar de caminhadas de conscientização no combate às drogas.



Ipiaú

Fundada em 4 de agosto de 2004, a Fanfarra Musical de Ipiaú abrilhantou a implantação do PJe na cidade em 15 de outubro de 2015. O evento foi importante para o grupo, que vinha passando por dificuldades em termo de visibilidade, e assim pôde demonstrar seu repertório musical e coreográfico, sendo bastante aplaudido.



Camerata e banda da PM

Teixeira de Freitas

Luiz Gonzaga, Coldplay, músicas populares brasileiras e estrangeiras. A implantação do PJe em Teixeira de Freitas, em 16 de julho de 2015, teve um inusitado repertório musical. O responsável: o Grupo Camerata 9 de maio, sob o comando do Maestro Orley Silva. Formada por alunos da rede pública de ensino, o grupo integra o projeto Orquestrando o Futuro, do Instituto Cultura, Educação e Desenvolvimento (Iced) e da Secretaria Municipal de Educação. O projeto, que tem dois anos, envolve cerca de 300 estudantes, mas a Camerata é composta por 15, entre crianças e adolescentes.

Orgulho da população teixeirense, a Camerata Nove de maio é reconhecida em toda a



região do Extremo Sul do Estado. Sua música, de tom sinfônico, abrilhanta eventos oficiais da cidade. Tocam também em

hospitais, asilos e outros locais para públicos que, geralmente, têm pouco contato com a chamada música erudita.



Vitória da Conquista

A Banda da Polícia Militar de Vitória da Conquista tem sido uma das principais formadoras de músicos da região pois a linguagem das partituras é universal. Formada por cerca de 40 músicos, é especializada em ocasiões solenes como 7 de setembro e 2 de julho, dentre outras atividades. No dia 10 de dezembro de 2014, a Banda da PM, como é simplesmente conhecida, deu o ar dos seus acordes enquanto o PJe ganhava vida.



Coleprecor

CPC, diálogo com instituições e eleição foram temas das reuniões

Melhorar cada vez mais o diálogo com o TST e com CSJT, reivindicando o que for de maior interesse dos tribunais foi a tônica das oito reuniões do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprecor), realizadas no biênio 2013-2015. A 7ª reunião aconteceu em Brasília nos dias 23 e 24 de setembro e a 8ª em Mata de São João, no Litoral Norte baiano, nos dias 21 e 22 de outubro último. A última reunião será dias nos 26 e 27 de novembro, em Brasília.

No 8º encontro, ocorrido na Bahia, o presidente do Coleprecor e do TRT5, Valtério de Oliveira, destacou a honra que teve ao presidir o Colégio. "Fui eleito por aclamação então pra mim foi uma honra muito grande. O TRT5 contribuiu muito para a solidificação do Coleprecor. Daqui saiu o desembargador Ronald Oliveira e Souza, que foi o seu primeiro presidente, e que lutou muito para que se pudesse construir e iniciar o Coleprecor".

Na próxima gestão, o cargo de presidente do Colégio será exercido pelo desembargador Lorival Ferreira dos Santos, presidente do TRT da 15ª Região; o de vice, pela corregedora do TRT da 2ª Região, desembargadora Beatriz de Lima Pereira; e o de secretário-geral, cargo recém-criado



Ministro Barros Levenhagen destacou o esforço das Cortes Regionais durante o período

para compor a coordenação do Coleprecor, pelo vice-presidente e corregedor do TRT da 16ª Região, desembargador James Magno Araújo Farias.

Na 8ª reunião, os trabalhos foram iniciados com a aprovação dos textos do regimento interno e novo estatuto da entidade, além da aprovação de uma minuta de resolução

sobre a segurança institucional dos órgãos da Justiça do Trabalho. O presidente eleito destacou, também, como uma das metas para 2016, a prioridade aos assuntos institucionais nas votações. "Temos um trabalho imenso para manter um bom diálogo com os tribunais e os conselhos, e queremos dar uma interlocução de alto nível, reivindicando o que for de maior interesse dos tribunais, e para isso conto com a colaboração de todos".

Nova luz sobre o novo CPC – Durante o último encontro do Colepccor, o advogado Fredie Didier Jr, apresentou estudo comparativo do novo CPC com o Código de 1973, na palestra 'Possíveis Impactos do CPC-2015 no processo do trabalho'. Ele apontou que é possível classificar as normas jurídicas provenientes do novo CPC em três grandes grupos: normas jurídicas novas; pseudonovidades normativas e normas de caráter simbólico.

Ao final da palestra, o professor recebeu uma placa em sua homenagem do presidente do Colepccor e do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira, e do presidente eleito para o Colepccor para 2016, desembargador Lorival Ferreira, além da vice-presidente

Anúncio das metas de 2015 a 2020

Durante a 7ª Reunião do Colepccor, ocorrida em Brasília, em setembro último, houve a divulgação das metas da Justiça do Trabalho para 2015 a 2020 pelo presidente do TST, ministro Barros Levenhagen. Além disso, o magistrado anunciou a aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei 606/2011, que propõe a adoção de novas regras para o cumprimento das sentenças e acordos judiciais, bem como para a execução dos títulos extrajudiciais

e execução de títulos judiciais.

Na ocasião, o presidente do TST, ministro Barros Levenhagen, agradeceu o empenho dos tribunais na realização da Semana de Execução Trabalhista, e destacou o aumento das conciliações nos TRTs em 2014, em relação aos outros anos. Barros Levenhagen destacou que "o esforço das Cortes Regionais refletiu-se também na diminuição do tempo médio de tramitação do processo no segundo grau, ficando 12 dias abaixo do previsto."



atual da instituição, desembargadora **Denise Horta**.

Em seguida, o desembargador Lorival dos Santos apresentou a proposta de que o Colepccor envie moção dos magistrados direcionada aos parlamentares para que rejeitem a PEC 139 que altera a Constituição e extingue o abono de permanência para o serviço público. A moção ressalta também que no âmbito do Poder Judiciário trabalhista, com a perda, se não houver a reposição dos servidores aposentados em razão da extinção do abono, pode ocorrer o estrangulamento na prestação jurisdicional.



Zelando, também, pelos direitos do trabalhador, em nosso estado.



Boas práticas

Expressão traduzida do inglês *best practice*, que denomina baseadas técnicas identificadas como as melhores para realizar determinada tarefa.

Em diversas profissões e atividades vêm sendo criadas normas baseadas nesse conceito indicando a forma correta de proceder dos respectivos atores.

Assim vem ocorrendo no Judiciário Trabalhista, que mostra um perfil inovador, inclusive por ser um dos ramos mais novos da Justiça. Hoje cada Tribunal Regional do Trabalho (TRT) pode criar e absorver a inovação instalada por outro, a depender da sua adequação à realidade regional. Em continuidade, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) também pode aproveitar as ideias nacionalmente, respeitando a autonomia dos TRTs. A perspectiva é reunir as boas propostas e criar um banco de soluções à disposição de todos.

Em 2015, a Bahia sediou o II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, de 9 a 11 de abril, em Porto Seguro. Um evento onde dominaram palestras induzindo à criatividade, inovação e humanismo. "Ao todo, foram 139 projetos inscritos, mas o tempo não foi suficiente para abranger todos, então selecionamos 44 temas", detalhou o presidente do TRT5 e do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, Valtércio de Oliveira. Destaque inédito, o TRT5 proporcionou a transmissão do encontro pelo portal (Canal 1 da WebTV), em tempo real, o que agilizou a adesão mais rápida dos tribunais regionais às propostas apresentadas.

Conforme o coordenador do Comitê Gestor de Estratégia da

Justiça do Trabalho, juiz Alexandre Luís Ramos, as sugestões de melhor resultado encaminhadas ao CSJT serão recomendadas aos tribunais para que incorporem estas ações nos respectivos planejamentos estratégicos. Projetos que podem proporcionar avanços, a exemplo de reduzir à metade o tempo gasto ao se cadastrar um processo físico no PJe, utilizando um programa que preenche os dados mais burocráticos como OAB, CPF e endereço. Ou manter técnicos de informática disponíveis pelo whatsapp, para apoiar um magistrado em dificuldades com o PJe. Ou ainda a facilidade de pagar dívidas trabalhistas com cartão de crédito, e de realizar ações de saúde para servidores do interior.

Inovação no planejamento, melhoria de atendimento e mais envolvimento de magistrados e servidores na gestão são temáticas que mobilizaram os cinco projetos apresentados pelo TRT5 no II Encontro de Boas Práticas

Quadro eletrônico de perícia

Permite às varas visualizar a disponibilidade de peritos das diversas especialidades aptos a atender em qualquer cidade do estado e o orçamento disponível para remunerá-los.

Reabilitação no trabalho

Apresenta propostas para uma adequada reinserção de servidores afastados por motivos relacionados à saúde, com repercussão positiva na sua capacidade laboral.

Inspeção física e análise documental

O TRT5 vem organizando mutirões para a análise individualizada dos autos nas varas, visando impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais. A



Foto: Shutterstock

proposta é identificar e corrigir distorções nas tramitações que afetam as taxas de congestionamento dos processos em fase de execução.

Penhora unificada

Identifica grandes devedores da Justiça do Trabalho e reúne os processos na

Coordenadoria de Execução e Expropriação. Com isso, as negociações e cobranças ao devedor são facilitadas. O TRT5 estabeleceu a competência aos juízes da Coordenadoria para fazer a penhora unificada.

Capacitação de servidores para implantação do sistema PJe

Referência nacional na prática de preparar os operadores, tanto da instituição como externos – advogados, procuradores e peritos. A cada implantação do sistema são oferecidos cursos específicos na região abrangida, com antecedência. Trata aspectos peculiares de cada grupo em cada módulo, com treinamentos específicos por função.



Fácil acesso a informação.

www.trt5.jus.br

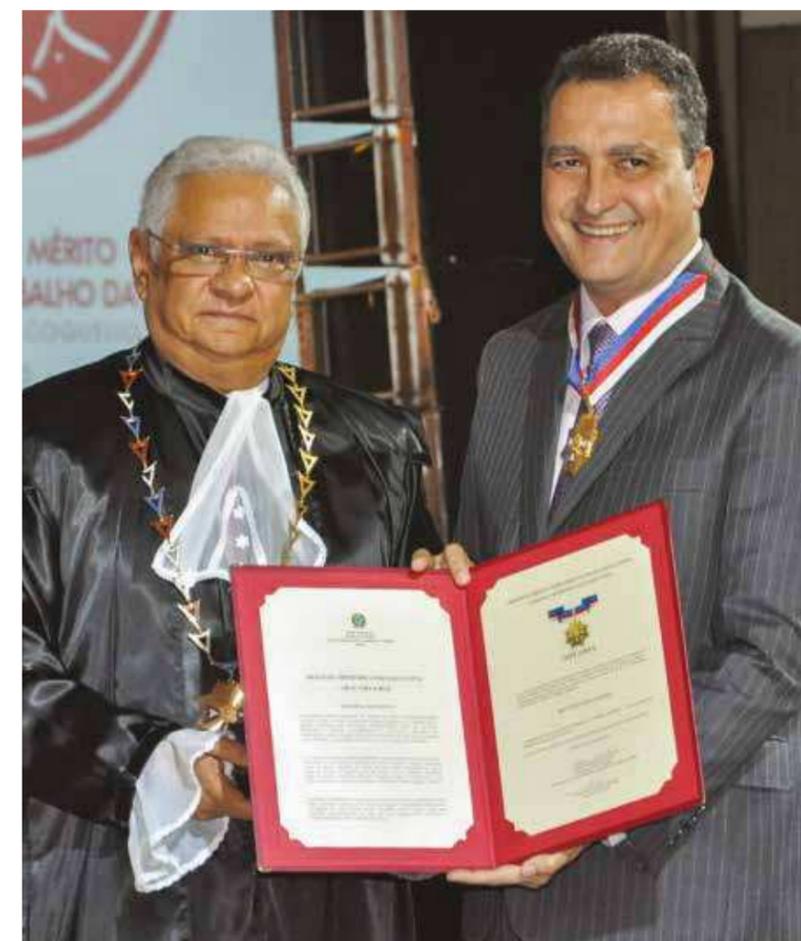


Foto: Shutterstock

Comenda Ministro Coqueijo Costa

A sétima edição da tradicional Comenda Ministro Coqueijo Costa, da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, homenageou 64 personalidades com contribuições relevantes no mundo do trabalho (relação abaixo). O evento realizado no dia 21 de maio deste ano, no cerimonial Rainha Leonor (Pupileira), em Nazaré, reuniu ministros, autoridades políticas, juristas, procuradores, chefes do executivo, presidentes de outros tribunais, além de magistrados e servidores do próprio TRT5

Maior honraria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, a Comenda Coqueijo Costa tem por objetivo “reconhecer o empenho das pessoas que lutam e contribuem de forma efetiva para a Justiça do Trabalho, estimulando que eles continuem esse caminho”, como explicou o presidente do TRT5, desembargador Valtércio de Oliveira. Criada em 2003 pelo TRT da Bahia, a comenda é entregue a cada dois anos e celebra a memória do ministro Carlos Coqueijo Costa, que foi presidente do TRT5 de 1967 a 1971.



Governador da Bahia, Rui Costa, recebeu a Comenda Coqueijo Costa no grau Grã-Cruz

A escolha dos homenageados em 2015 foi feita pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia, composto pelo presidente Valtércio de Oliveira, e pelos desembargadores Nélia

Neves (vice-presidente), Tadeu Vieira (corregedor), Yara Trindade (vice-corregedora) e Lourdes Linhares. Constituída nos graus de Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador e Oficial, a comenda tem como principal



Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Alberto Balazeiro, foi um dos homenageados

critério a atuação destacada de personalidades e instituições na área do Direito ou em outra atividade sociocultural.

Entre os homenageados da noite, condecorado no grau Grã-Cruz,

o maior, estava o governador da Bahia, Rui Costa. "É um reconhecimento que me deixa honrado pela minha história política, iniciada no movimento sindical. Temos atuado no sentido de garantir a

qualidade de vida do trabalhador", declarou o chefe do executivo estadual.

Também o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Alberto Balazeiro, recebeu a comenda no grau Grã-Cruz. "Recebo esta medalha como uma demonstração da estreita relação institucional que o Ministério Público do Trabalho na Bahia tem com o TRT. Juntos, temos conseguido construir uma agenda extremamente positiva e eficiente na busca de relações de trabalho mais equilibradas e justas", exaltou o chefe do MPT-BA.

A cerimônia foi conduzida a partir da entrada dos desembargadores da Corte, seguida da execução do Hino Nacional, ao som da Orquestra Neojibá, e da entrega das medalhas por integrantes da Mesa Diretora do TRT.

Relação completa dos agraciados

GRAU GRÃ-CRUZ

Rui Costa dos Santos, *Governador do Estado da Bahia*
Antonio José de Barros Levenhagen, *Presidente do Tribunal Superior do Trabalho*
Alberto Bastos Balazeiro, *Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia*

GRAU GRANDE OFICIAL

Adalberto Souza Galvão, *Deputado Federal*
Aécio Neves da Cunha, *Senador*
Aguiberto Lima Dias, *Prefeito do Município de Brumado/BA*
Altino Pedroso dos Santos, *Desembargador Presidente do TRT da 9.ª Região*
Alvaro Luiz Pinto, *Ministro do Superior Tribunal Militar*
Antônio Guilherme dos Santos, *Prefeito*



do Município de Santa Luzia/BA
Augusto de Lima Bispo, *Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia*
Carlos Alberto Araújo Drummond, *TRT da 1.ª Região*
Denise Alves Horta, *Corregedora do TRT da 3.ª Região e Vice-Presidente do Colepregor*
Deraldino Alves de Araújo, *Prefeito do Município de Ipiáú/BA*

Edson Bueno de Souza, *Desembargador Presidente do TRT da 23.ª Região*
Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, *Desembargador do TRT da 15.ª Região*
Elza Cândida da Silveira, *Desembargadora do TRT da 18.ª Região*
Emílio Salomão Pinto Resedá, *Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia*
Erivelton Lima Santana, *Deputado Federal*
Fátima Teresinha Loro Ledra Machado,

Desembargadora Corregedora do TRT da 9.ª Região
Félix de Almeida Mendonça Júnior, *Deputado Federal*
Francisco de Assis Alves dos Santos, *Prefeito do Município de Conceição do Coité/BA*
Ilson Alves Pequeno Junior, *Desembargador Vice-Presidente do TRT da 14.ª Região*
Ivanildo da Cunha Andrade, *Desembargador do TRT da 6.ª Região*
José Álvaro Fonseca Gomes, *Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia*
José Roberto Freire Pimenta, *Ministro do Tribunal Superior do Trabalho*
Lorival Ferreira dos Santos, *Desembargador Presidente do TRT da 15.ª Região*
Luiz Cosmo da Silva Júnior, *Desembargador Presidente do TRT da 16.ª Região*
Luiz Barbosa de Deus, *Deputado Estadual*
Manoel Jorge e Silva Neto, *Subprocurador-Geral do Trabalho*
Paulo Moreno Carvalho, *Procurador Geral do Estado da Bahia*
Paulo Sérgio Paranhos de Magalhães, *Deputado Federal*
Rogério Favreto, *Desembargador do TRF da 4.ª Região*
Ronaldo Carletto, *Deputado Federal*
Rosita Falcão de Almeida Maia,

Desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia
Rubens Curado Silveira, *Juiz do TRT da 10.ª Região*
Saulo José Casali Bahia, *Juiz Federal*
Walmir Oliveira da Costa, *Ministro do Tribunal Superior do Trabalho*
Washington Bolívar de Brito, *Ministro do Superior Tribunal de Justiça*
Washington Bolívar de Brito Júnior, *Subprocurador-Geral da República*

GRAU COMENDADOR

Andréa Presas Rocha, *Juíza do TRT da 5.ª Região*
Antônio Walter Pinheiro, *Presidente do Jornal Tribuna da Bahia*
Cássio Meyer Barbuda, *Juiz do TRT da 5.ª Região*
Cláudio Kelsch Tourinho Costa, *Juiz do TRT da 5.ª Região*
Eduardo Lima Sodré, *Advogado e Professor*
Frei Paulo Avelino, *Clérigo*
Hudson Araújo Resedá, *Advogado*
Isa Maria Lélis Costa Simões, *Superintendente Regional do Trabalho no Estado da Bahia*
Joanice Maria Guimarães de Jesus, *Juíza do Tribunal de Justiça da Bahia*

Jorge Teixeira de Almeida, *Advogado*
Juscelino Campelo Siqueira, *Gerente Regional de Judiciário da Caixa Econômica Federal no Município de Salvador*
Ligia Maria Ramos Cunha Lima, *Juíza de Direito do Estado da Bahia*
Nemésio Leal Andrade Salles, *Advogado*
Raimundo Carlos de Souza Correia, *Presidente do Sindhosba*
Rosemeire Lopes Fernandes, *Juíza do TRT da 5.ª Região e Presidente da Amatra5*

GRAU OFICIAL

Armando da Costa Macedo (Armandinho), *Músico*
Julietta Viana de Queiroz Machado, *Servidora do TRT5*
Laulito Mendes Porto, *Servidor do TRT5*
Manoel Evangelista Neto, *Servidor do TRT5*
Orcil Pedreira Santos Junior, *Servidor do TRT5*
Pollyana Alves Carvalho, *Servidora do TRT5*
Rômulo Soares Polari Filho, *Servidor do TRE da Paraíba*
Suzana da Silva Pereira, *Servidora do TRT5*
Taciano Barbosa Vasconcelos, *Servidor do TRT5*
Telma Maria Santos Souza da Cunha, *Servidora do TRT5*



Informação ao seu alcance

www.trt5.jus.br



Foto: Shutterstock



CDP

A Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDP) do TRT5 vem intensificando a promoção de cursos e treinamentos internos, tanto nas modalidades presencial como à distância, além de conduzir a inscrição de servidores em eventos promovidos por outras entidades.

Nos 529 eventos realizados no período de 5 de novembro de 2013 até o último dia 5 de outubro foram oferecidas 8.132 vagas para os servidores. Cursos principalmente voltados à implantação do PJe, mas também à implantação do modelo de Gestão por Competências, programas de desenvolvimento gerencial, relativos à área de TI, entre outros foram ministrados. Encontros e seminários para os diversos grupos e representantes das unidades judiciárias e administrativas da capital e do interior também aconteceram.



O Projeto de Educação a Distância (EAD) é uma das prioridades da CDP do TRT5, principalmente para reduzir as dificuldades de proporcionar cursos aos servidores do interior. A modalidade oferece uma significativa redução de despesas com passagens e diárias dos

professores-tutores e dos alunos. São cursos com temas variados, disponibilizados na Moodle, plataforma utilizada também por outros Regionais, por recomendação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Estágio – O TRT5 hoje mantém 442 vagas de estágio ativas. Na capital, são 160 estagiários de nível médio, cinco de nível profissionalizante e 122 de nível superior. No interior, são 112 estagiários de nível médio e 43 de nível superior. No biênio, aumentou o número de vagas de nível médio na capital e no interior para as secretarias de varas, totalizando três estagiários de nível médio e um de nível superior. O objetivo do programa de estágio é proporcionar oportunidades para os estudantes, inclusive com a oferta de cursos preparatórios sobre temas como postura profissional, mercado de trabalho e atendimento ao público.

Parcerias – A CDP também mantém um programa de parcerias, por meio da Seção de Seleção de Estágios e Convênios (SSCE), que conta com a adesão de 125 instituições em diversas áreas. Este programa possibilita a concessão de descontos para servidores e magistrados, ativos e inativos, incluindo os dependentes em 1.º grau.

São serviços relacionados com o combate ao estresse e à melhoria da qualidade de vida, em áreas ligadas a atividades físicas e corporais, escolas de

idiomas, escolas de ensino fundamental e médio, faculdades, psicoterapias, fonoaudiologia, saúde e estética e afins.

A relação dos parceiros é mantida no site da CDP. No biênio 2013/2015, foram realizadas 22 novas parcerias, sendo oito na categoria de psicoterapias, seis na categoria de escolas e cursos, três na categoria de atividades físicas e corporais, uma na categoria de beleza e estética, uma de odontologia, duas de hotelaria e turismo e uma ótica.



Escola Judicial

Dando seguimento à competência de planejar ações relativas à capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e de servidores na área jurídica, a Escola Judicial do TRT5 realizou 310 eventos, sendo 278 presenciais e 32 online, entre cursos, seminários e encontros como o Institucional e a Semana de Formação Continuada para Magistrados.

Um dos destaques do biênio, sob a direção da desembargadora Luiza Lomba, foi a EJ Itinerante, que, em 2014, incluiu as cidades de Itabuna, Ilhéus, Ipiaú, Jequié, Eunápolis, Itamaraju, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Itapetinga, Guanambi, Barreiras, Brumado e Bom Jesus da Lapa.

Em 2015, as oficinas e cursos da EJ Itinerante já contemplaram as cidades de Feira de Santana, Alagoinhas, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Itaberaba, Santo Amaro, Valença, Juazeiro, Euclides da Cunha, Jacobina, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Barreiras, Brumado, Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Itabuna Ilhéus,



Eunápolis, Ipiaú, Teixeira de Freitas e Porto Seguro.

Durante todo o ano, a escola oferece atividades como os Ateliês de Psicanálise, encontros quinzenais, ao longo de todo o ano, onde os magistrados, em ambiente de acolhimento de angústias e ansiedades relacionadas à profissão, encontram a possibilidade de compartilhar com os demais colegas, em uma reflexão dialógica sobre as questões subjetivas subjacentes ao exercício da magistratura.

Para os assistentes e assessores, a Escola Judicial oferece os cursos

de FCAA. São cursos como o de estudo do Direito Constitucional do Trabalho e releitura das normas infraconstitucionais, com repercussão nas relações de trabalho, realizado entre outubro e novembro deste ano. Estes conteúdos permitem que o aluno adquira uma percepção constitucional do Direito do Trabalho, e compreenda em cada relação laboral um momento de concretização dos princípios constitucionais. Com isso, pretende-se que possa interpretar fatos e normas, buscando a solução que melhor atenda ao sentido de justiça.



Transparência e Integração

Um Estado verdadeiramente democrático tem a obrigação de tornar públicas as ações, prestar contas à sociedade e interagir com todos os segmentos. E o canal mais amplo e eficaz para o exercício dessa responsabilidade é a mídia jornalística. Este é um cenário que traz para a assessoria de comunicação de um organismo uma importante missão na esfera pública, sendo fundamental na mediação entre as instituições e o público interno e externo. Mesmo diretamente ligado ao comando político-administrativo, uma Secretaria de Comunicação não deve deixar de atuar e se manter presente em todos os níveis organizacionais.

No caso da Secretaria de Comunicação do TRT5, os níveis estão entrelaçados aos gestores da Casa, às 88 Varas do Trabalho, a todas as unidades administrativas e aos diversos veículos de imprensa nacionais, estaduais e municipais. Essencial a qualquer organização, a comunicação deve melhorar o ambiente de trabalho e potencializar as atividades. Assim tem sido a rotina das cinco áreas da Secom - Imprensa, Áudio e Vídeo, Publicidade, Mídias Gráficas e Administração.

Todas as demandas de comunicação do TRT5 são de responsabilidade da Secom, seja o atendimento aos veículos de comunicação em busca de notícias, a elaboração de informativos, a cobertura e divulgação de um evento do Tribunal ou a confecção



Revista do TRT5 tem periodicidade trimestral

de um cartaz para uma campanha. "A forte inserção na mídia que o TRT5 desfruta hoje é fruto de uma política de comunicação planejada, com profissionalismo e apuro técnico da informação,

buscando um conteúdo de fácil entendimento para o público", explica a diretora da Secretaria, Léa Paula Coury, que defende um trabalho "mais próximo do público e com menos sisudez".

Foto: Shutterstock

Ritmo acelerado

Toda ação de comunicação feita por cada unidade do tribunal, no âmbito interno ou externo, ou pela instituição perante a sociedade, mobiliza diariamente a equipe da Secom. "Muitas vezes os textos já chegam prontos, 'relatoriais', com fatos em ordem cronológica, e gera certa frustração quando publicamos uma versão diferente. Todos precisam entender que mudamos porque sabemos o quanto é importante priorizar, já na abertura, o fato mais recente sobre o tema ou alguma providência que o público terá que adotar de imediato ou em breve. Isso é o que chamamos de gancho", detalha a chefe do Núcleo de Imprensa, Valdicéa do Val.

Na área de Imprensa, o ritmo é acelerado. São apenas três repórteres, uma editora e três estagiários que alimentam diariamente um portal externo (internet), um portal interno (intranet) e páginas acessórias (PJe e TRT5 Saúde), além de atenderem a mídia - estadual e nacional - com releases e agendamento de entrevistas, e cuidarem da atualização de dois canais em redes sociais (Facebook e Twitter).

Em complemento, coordenam a produção terceirizada de reportagens para a Revista do TRT5 e



para as TVs (incluindo a TV Justiça), e também conteúdos para rádio - neste caso, boletins noticiosos semanais para a Rádio Justiça e outros para abastecer as rádios da capital e do interior, com periodicidade variando conforme as necessidades de utilidade pública.

A equipe de jornalismo é atualmente formada pelos servidores diplomados em Comunicação Social (com habilitação em Jornalismo): Franklin Carvalho, Lázaro Britto, Josemar Arlego (repórteres) e Valdicéa do Val (editora), além dos estagiários. A diretora, graduada em Jornalismo, também atua na redação de matérias. Só no Portal, durante o período de novembro de 2013 até 16 de outubro de 2015, foram disponibilizadas 2.879 matérias no Portal do TRT5 e mais 873 exclusivamente na intranet.

Administração

A área administrativa da Secom, onde trabalham as servidoras Andrea Velloso (relações públicas) e Carola Rapp (formada em Letras), tem, dentre as suas incumbências, a produção de newsletters e a revisão de textos jornalísticos e de todo o material institucional do TRT5, sejam banners ou manuais. Nessa área trabalha também Maria Luiza Chaves, que cuida de toda a distribuição de material produzido pela Secom (Gráfica, Publicidade, Imprensa e Áudio e Vídeo).

Outra atribuição administrativa é o acompanhamento dos processos, como os contratos com as empresas terceirizadas, desde o apoio na elaboração de termos de referência até o recebimento de notas fiscais e pagamentos. O setor cuida também da elaboração de ofícios, do controle diário de malote digital, do clipping dos principais jornais e sites de notícia com informações sobre o TRT5 e do envio de um recorte dessas notícias à mesa diretora do tribunal.



Audiovisual

O setor de audiovisual é coordenado pelo ex-servidor de TI, Sandro Chagas, que atua na supervisão técnica das reportagens e documentários que são exibidos na TV Justiça, na internet (Portal do TRT5 e YouTube) e que ajudam a entreter o cidadão durante a espera nas antessalas das varas do TRT5.

Os canais Web TV e Áudio e Vídeo do Portal do TRT5 disponibilizam todos os materiais produzidos pelo Tribunal, além da Videoteca com Memorial - com vídeos históricos da Justiça do Trabalho na Bahia, desde a criação do Regional em 1941. O conteúdo é composto por entrevistas com personalidades que fizeram parte dessa história e palestras sobre assuntos institucionais até 2010.



A responsabilidade pela produção e execução dos vídeos fica a cargo da empresa Studio Cine Vídeo, coordenada por Felipe Wenceslau, que tem como equipe José Cupertino, Carolyn Anache e Rita Martins. As últimas fazem as reportagens, Felipe filma, dirige, e Cupertino edita as imagens. Todo o conteúdo passa também pela revisão

da Imprensa (desde os roteiros até a edição final). Ao todo, foram produzidos no biênio (entre novembro de 2013 e agosto de 2015) 117 trabalhos em vídeo.

Uma novidade foi a produção de um vídeo didático, em estúdio, para um curso sobre o PJe, que foi disponibilizado em plataforma Moodle, na modalidade EAD (Educação a Distância).

Publicidade e mídias gráficas

A criação e produção das peças de publicidade do TRT5, das campanhas para o público externo e o público interno, são responsabilidade da Seção de Publicidade e da Seção de Mídias Gráficas. A Seção de Publicidade, que tem à frente a jornalista Solange Galvão, cuida da elaboração de folders, cartazes, manuais, banners de vinil, calendário, adesivos, convites, sinalização, cartilhas, busdoors, outdoors e também das peças digitais. O trabalho exige múltiplos contatos com clientes e fornecedores diferentes, além de requerer criação de layout e de textos e revisão.

A Seção de Mídias Gráficas, além de imprimir grande parte do material elaborado pela Seção de Publicidade - já que algumas peças

como as de vinil, acrílico e outras são impressas fora, também é responsável por outras impressões como carteira funcional, cartões de visita, livros de ponto, apostilas, formulários de várias unidades, pastas de treinamento, certificados, diplomas, blocos, entre outros. A partir deste ano, passou também a se encarregar da impressão das carteiras do TRT5-Saúde.

A maior responsabilidade do setor, no entanto, como destaca o chefe Antônio Carlos Mata, é o Diário Eletrônico, que de segunda a sexta-feira tem de ser produzido em duas etapas: o Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DJET), publicado conjuntamente com o TST e demais regionais, e o Diário Eletrônico

TRT5, que se restringe às matérias administrativas.

Antônio Carlos, que é o gestor regional do DJET, informa que o material judicial é elaborado a partir das 10h para ser disponibilizado conjuntamente às 19h. As unidades da área jurídica devem enviar as matérias até as 9h55min. A Seção de Mídias Gráficas captura os arquivos e os envia para a imprensa nacional, em Brasília, por meio do portal do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSTJ). Já o Diário Administrativo requer a diagramação das matérias, que seguem em PDF para publicação pela Setic (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações). A Seção é formada também pelos servidores Conceição Santos, Jaildes Pereira e Tânia Lisboa.

Política de Comunicação Social

Aumentar a informação interna a respeito de cada setor e promover junto à sociedade mais transparência em relação aos vários níveis da instituição. Com esse propósito, o Órgão Especial aprovou, em abril de 2014, a Resolução Administrativa 24/2014, definindo uma Política de Comunicação para o Tribunal, sob a responsabilidade da Secom e de um Comitê integrado por várias unidades.

A medida atende a Resolução nº 85/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Comunicação Social no Poder Judiciário e fornece diretrizes para divulgar, de forma sistemática, os direitos do cidadão e os serviços colocados a sua disposição pelo



Poder Judiciário, em todas as suas instâncias.

O Comitê de Comunicação do TRT5 (foto) foi criado, em novembro de 2014, pelo Ato 519/2014. Presidido pelo desembargador Marcos Oliveira Gurgel, conta com a participação da Presidência do

TRT5, da Corregedoria Regional, do Diretora de Gestão Estratégica, da Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicações, da Comissão de Diretores de Secretarias de Varas do Trabalho, da Diretoria-Geral e, logicamente, da Secretaria de Comunicação Social.

Mídias sociais alcançam mais de quatro milhões de pessoas

A Secom aderiu, a partir de agosto de 2014, a um dos mais poderosos canais de mídia social da atualidade, o Facebook. O alcance total até setembro/2015 atingiu a mais de 4 milhões de pessoas (4.418.508). Esta marca foi atingida a partir da publicação de 1.157 posts, com 7.021 novas curtidas e 377.513 pessoas envolvidas.

O servidor Lázaro Britto, jornalista pós-graduado em Gestão de Mídias Sociais, é o encarregado de alimentar esses conteúdos e de interagir com os seguidores que se manifestam por meio de comentários. Ele também coordena as postagens no Twitter, que criado em 2010, e conta com 8.610 seguidores e mais de 5 mil tweets.



Flickr – Outro destaque foi a disponibilização de fotos por meio do Flickr, a partir de 2013. Até o final de agosto deste ano,

já eram contabilizados 140 álbuns e um total de 2.046 fotos postadas relativas à eventos e ações desenvolvidas e coordenadas pelo TRT5. Isso facilitou o acesso da imprensa e dos participantes às fotos do seu interesse.

Youtube – Um total de 252 vídeos estão disponibilizados no Canal do TRT5, gerando 104 mil visualizações até meados no outubro/2015. No biênio, foram postados 117 vídeos produzidos pela Secom, inclusive todas as palestras do II Encontro Nacional de Boas Práticas da Justiça do Trabalho, que aconteceu em Porto Seguro, e foi transmitido ao vivo pela internet.

Secom TRT5 é premiada

O ano de 2014 trouxe um grato reconhecimento à Secretaria de Comunicação do TRT5. A reportagem “**Vaqueiros**”, episódio da série Profissões, exibido na TV Justiça, tirou o 1º lugar no X Festival Brasileiro de Filmes de Aventura, Turismo e Sustentabilidade. O programa foi exibido na programação da TV Justiça, na Sky (canal 117), Net (canal 10), e está disponível no Portal do TRT5 (<http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=audioVideo>) e no canal do TRT5 no YouTube.

Também foram mais dois prêmios em segundo lugar: no XII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, na categoria “Reportagem de TV”, com o vídeo “Acessibilidade no TRT5 - Superação e Desafios para deficientes físicos” e com o documentário “**Trabalho Infantil - Ontem e Hoje**”, na categoria “Reportagem de TV” do 11º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça (Conbrascom).

Boa notícia também foi o fato de o documentário “Trabalho Infantil - Ontem e Hoje”, produzido pela jornalista Léa Paula, diretora da Secom, em parceria com a produtora contratada, passar a ser utilizado como material didático pelo *Curso de Formação de Formadores (CFF) sobre A Criança, o Adolescente e a Justiça do Trabalho*. Ministrado pela Escola Nacional de



Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat). O curso recebeu 41 juízes, representantes de todas as 24 regiões da Justiça do Trabalho

e também juízes do Trabalho em suas palestras para conscientização sobre o trabalho infantil. Em 2015, foi a vez de o jornalista Franklin Carvalho ser agraciado com o segundo lugar na categoria *Webjornalismo* do Prêmio OAB de Jornalismo Barbosa Lima Sobrinho, da seccional baiana da Ordem. A matéria trata de uma decisão da juíza Rosemeire Fernandes, quando titular da Vara de Itapetinga, que beneficiou a Fundação Canto das Artes, voltada para crianças carentes. O texto informa sobre um jovem egresso da Fundação que foi estudar na Alemanha e, depois, foi aprovado para o mestrado em Música na Ufba.

Reconhecimento

Diversos magistrados do TRT5 foram homenageados por instituições públicas no biênio, como reconhecimento pelas suas atuações destacadas no âmbito trabalhista. Vejam quais foram as honrarias:

Presidente, desembargador Valtécio de Oliveira

- Título de Cidadão Coiteense, da Câmara de Vereadores de Conceição do Coité (BA)
- Diploma de Colaborador Emérito do Exército, do Comando Militar do Nordeste
- Medalha do Mérito Judiciário Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, do TRT13 (PE)
- Título de Cidadão Baiano, da Assembleia Legislativa do Estado
- Comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, do TRT16 (MA)
- Eleito administrador do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRT5 para 2015

Corregedor Regional Tadeu Viera

- Título de Cidadão Cruzalmeno, da Câmara de Vereadores de Cruz das Almas (BA)

Diretora da Escola Judicial, desembargadora Luíza Aparecida Oliveira Lomba

- Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Djalma Aranha Marinho, do TRT21 (RN)

Desembargadora Ana Lúcia Bezerra

- Comenda Fátima Stern do Mérito Judiciário da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5.ª Região (Amatra5).

Desembargadora Maria Adna Aguiar

- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho 2014, do Tribunal Superior do Trabalho

Desembargadora Vânia Jacira Tanajura Chaves

- Comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho, do TRT16 (MA)

Juiza Adriana Silva Nico

- Título de Cidadã Baiana, da Assembleia Legislativa da Bahia

Juiz Firmo Ferreira Leal Neto

- Título de Cidadão Ipiauíense, da Câmara de Vereadores de Ipiauí

Juiza Renata Gaudenzi

- Comenda Fátima Stern do Mérito Judiciário - da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5.ª Região (Amatra5).

Juiz Rodolfo Pamplona

- Título de Cidadão Itabunense, da Câmara de Vereadores de Itabuna
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho 2014, do Tribunal Superior do Trabalho
- Eleito presidente da Academia Nacional de Direito do Trabalho (ANDT)

Juiza Rosemeire Lopes Fernandes

- Título de Cidadã de Itapetinga, da Câmara de Vereadores de Itapetinga

Projetos de lei

Projeto de Lei n.º 7907/2014 – já aprovado pelos CNJ e CSJT, tramita na Câmara dos Deputados – Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em 14/10/2015 – segue para o Senado - propõe a criação de 49 cargos de Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Especialidade Tecnologia da Informação.

Processo PAM0003638-46.2015.2.00.0000 - julgado pelo CNJ em 25/08/2015, aprovou a criação dos seguintes cargos para o TRT da 5ª Região:

- 196 cargos efetivos de Analista Judiciário/Área Judiciária;
- 42 cargos efetivos de Analista Judiciário/Área Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador Federal;
- 82 cargos efetivos de Analista Judiciário/Administrativo;
- 112 cargos efetivos de Técnico Judiciário/Área Administrativo;
- 29 cargos em comissão CJ3 para o 2º assessor de Gabinetes de Desembargadores;
- 29 funções comissionadas FC5 para assistentes de Gabinetes de Desembargadores;
- transformações de 98 funções comissionadas FC4 em 30 funções comissionadas FC5 e 68 funções comissionadas FC6, para adequação dos Chefes

de Seção e Chefes de Núcleo ao quanto previsto na Resolução 63/2010.

Processo CSJT-AL-6504-12.2014.5.90.0000 - em trâmite no CSJT, julgado Pedido de Esclarecimento no dia 28/08/2015, aguardando remessa ao CNJ – aprovou criação dos seguintes unidades/cargos/ funções para o TRT da 5ª Região:

03 Varas do Trabalho, com a seguinte estrutura:

- 03 cargos de Juiz do Trabalho Titular;
- 29 cargos efetivos de Analista Judiciário/Área Judiciária;
- 06 cargos efetivos de Analista Judiciário/Área Judiciária/Oficial de Justiça Avaliador;
- 36 cargos efetivos de Técnico Judiciário/Área Administrativa;
- 03 Cargos Comissionados CJ3;
- 09 Funções Comissionadas FC5;
- 12 Funções Comissionadas FC4;
- 03 Funções Comissionadas FC2;

Transformação de funções comissionadas alocadas na Área Administrativa, da seguinte forma: 66 FC-3 em 66 FC-4; 16 FC-2 em 16 FC-4; 16 FC-02 em 16 FC-3.

Valorização

O **Ato 473/2014** instituiu o Comitê Gestor Regional de Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Comitê de valorização da magistratura

o **Ato 539/2014** instituiu Comissão para estudo da disponibilização, lotação e redirecionamento de estagiários nas unidades do TRT5 e designados seus membros.

O **Ato TRT5 139/2015**, regulamentou a prestação de serviço voluntário por magistrados e servidores aposentados da Justiça do Trabalho, em áreas de interesse e compatíveis com seus conhecimentos e experiências profissionais.



Foto: Shutterstock

Ação de combate ao trabalho infantil é realizada na Fonte Nova

Para diminuir os elevados números do trabalho infantil no país, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) promoveu mais uma ação. A atividade, que foi realizada durante o jogo entre Bahia e Criciúma, na Arena Fonte Nova, contou com a participação de dez colaboradores deste Regional.

No início da partida foram distribuídos panfletos com o slogan “Cartão vermelho ao Trabalho Infantil”. Os gandulas também levantaram a faixa para apoiar a campanha.

Essa ação faz parte do Programa de Combate ao Trabalho Infantil no âmbito da Justiça do Trabalho. O programa,

instituído em 2013 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), tem o objetivo de promover debates para estimular o levantamento e implementação de propostas de erradicação no trabalho infantil no Brasil.

Abaixo, o nome dos colaboradores que participaram desta ação:

Edjane Alves dos Santos, Edmilson Santos de Melo, Edson Palmeira, José Carlos Castro de Oliveira, Josevaldo Pereira Lima, Jose Orlando Silva Carneiro, Jurandi Moreira da Silva, Luá Santos Silva, Maria da Conceição Brandão da Silva e Robenilson Lima da Silva

Teletrabalho



O Ato 440/2015 regulamentou o teletrabalho no âmbito do TRT5, autorizando a atividade de servidores fora das dependências de seus órgãos de lotação de 1.º e 2.º graus, com a utilização de recursos tecnológicos. Já o Ato 442/2015 instituiu a Comissão de Gestão do Teletrabalho, integrada pelos diretores da Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenação de 1.ª e 2.ª Instância e por um representante da Comissão de Diretores de Varas do Trabalho.

Novos dirigentes do TRT5-BA tomam posse



A nova presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5.^a Região (TRT5-BA) para o biênio 2015/2017, desembargadora Maria Adna Aguiar, tomou posse no dia 5 de novembro, prometendo “novos caminhos para uma Justiça do Trabalho ainda mais social, com gestão pautada nos direitos humanos e atenta às demandas da sociedade”. Na mesma noite foram empossados os desembargadores Maria de Lourdes Linhares, Esequias de Oliveira e Nélia Neves, que ocuparão os cargos de vice-presidente, corregedor regional e vice-corregedor, respectivamente.

A cerimônia de posse aconteceu no Salão Nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Canela, e foi prestigiada por mais de 500 convidados. Entre os presentes estavam o governador do estado, Rui Costa, o vice-presidente do Tribunal Superior do

Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, a corregedora nacional de Justiça, ministra Nancy Andrighi; além de magistrados, servidores, lideranças políticas, autoridades militares, dirigentes de órgãos públicos e de instituições financeiras, personalidades do meio jurídico, como advogados, diretores de entidades e representantes da sociedade civil.

O discurso de posse, como a própria presidente frisou, foi marcado pelo agradecimento a familiares, amigos, demais integrantes da Mesa Diretora e a todos que fizeram parte de sua trajetória. Aos servidores da Casa, além de agradecer, prometeu uma administração mais atenta. “Terão em mim uma incansável lutadora para a concretização das demandas próprias do servidor público, por entender que estes são o maior patrimônio deste Tribunal. Contem com esta Presidência”, prometeu.

Servidores são homenageados

O Dia do Servidor Público – celebrado em 28 de outubro – foi comemorado no TRT5-BA com mais uma edição do “Sou + Servidor”, uma série de eventos dedicada aos servidores idealizada pela Coordenadoria de Projetos Especiais do TRT. As homenagens incluíram entrega de troféus aos que se destacaram, reconhecimento aos que completaram décadas de serviço e àqueles que se aposentaram no último ano, e até mesmo homenagem póstuma a quem faleceu. Realizado no auditório do Pleno, em Nazaré, o evento foi conduzido pelo presidente da Casa, desembargador Valtércio de Oliveira, e contou com a participação de magistrados, servidores e funcionários terceirizados.

Obrigado, Servidor! – A primeira homenagem da tarde foi o “Obrigado, Servidor!”, que este ano foi dedicado a 17 servidores que se aposentaram no último ano. Todos os que compareceram à cerimônia receberam das mãos do presidente certificados de agradecimento pelos bons serviços prestados ao Tribunal.

Excelência funcional – Nesta premiação, dez servidores que se destacaram em seus serviços, na visão dos próprios colegas, receberam troféus. Eles foram escolhidos em votação pela intranet. O primeiro colocado foi Carlos Alberto de Oliveira Bottas, chefe de seção na Administração do Fórum do Comércio, em Salvador. Além dele os servidores Pedro Augusto dos Santos, Jeferson Santana, Ana Cláudia Accioly, Rose Valéria Sardeiro, Nelma Calixto Dourado, André Liberatto, Gean Charles Pimentel, Orocil Pedreira Júnior e Irlanda Cristina Passos.

Homenagem póstuma – O “Sou + Servidor” fez homenagem póstuma à servidora Lylyan Cyreno de Cerqueira, falecida em janeiro deste ano, enquanto exercia as funções de calculista na 23.^a Vara de Salvador.

PINS – Finalizando a cerimônia, aconteceu a entrega de pins comemorativos a servidores que completaram 10, 20, 30 e 40 anos de serviços prestados ao Tribunal, retratados em categorias bronze, prata, ouro e diamante.

A galeria de fotos da solenidade pode ser vista no Flickr do TRT5-BA <http://flickr.com/photos/trt5>



TRABALHO SEGURO

Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho

Saúde e ambiente de trabalho sadio são direitos do trabalhador e dever do empregador





CARTÃO VERMELHO AO TRABALHO INFANTIL

Você também pode participar
Denuncie: disque 100

A criança e o adolescente **NÃO PODEM:**

- *Trabalhar antes dos 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.*
- *Trabalhar à noite*
- *Abandonar a escola para trabalhar*
- *Ser trabalhadores domésticos (nem babás)*
- *Realizar atividades perigosas, que prejudiquem em sua saúde ou comprometam sua formação, moral, social e psicológica.*
- *Praticar qualquer atividade ilegal (exploração sexual, tráfico de drogas etc.)*

